

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA DO MESTRADO EM HISTÓRIA

MILLIANN CARLA STRONA DE GODOY ROCHA

**A GUERRA NO CONTESTADO EM DEFESA DE UM MODO DE VIDA: ANÁLISE
DA CONSTRUÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS ENTRE OS CABOCLOS (1912-1916)**

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

MILLIANN CARLA STRONA DE GODOY ROCHA

A GUERRA NO CONTESTADO EM DEFESA DE UM MODO DE VIDA: ANÁLISE
DA CONSTRUÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS ENTRE OS CABOCLOS (1912-1916)

Dissertação apresentada como
requisito para a obtenção do grau de
Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Escola
de Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Dr. Antonio de Ruggiero

Porto Alegre
2021

MILLIANN CARLA STRONA DE GODOY ROCHA

A GUERRA NO CONTESTADO EM DEFESA DE UM MODO DE VIDA: ANÁLISE
DA CONSTRUÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS ENTRE OS CABOCLOS (1912-1916)

Dissertação apresentada como
requisito para a obtenção do grau de
Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Escola
de Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio de Ruggiero – PUCRS - Orientador

Prof^ª. Dra. Maíra Inês Vendrame - UNISINOS

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado - UFSC

Porto Alegre
2021

Ficha Catalográfica

R672g Rocha, Milliann Carla Strona de

A Guerra no Contestado em defesa de um modo de vida : Análise da construção dos laços sociais entre os caboclos (1912-1916) / Milliann Carla Strona de Rocha. – 2021.

159.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Antonio de Ruggiero.

1. Contestado. 2. Laços Sociais. 3. Redes de Sociabilidade. 4. Território. 5. Criminalização. I. Ruggiero, Antonio de. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

Dedico esta pesquisa a todos que apoiaram,
em especial aos meus pais
e minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao professor Dr. Antonio de Ruggiero por ter aceitado me orientar nesta pesquisa de mestrado, que era um desafio por ser uma temática nova dentro de suas pesquisas. Obrigada pelo apoio e confiança, e por todas as orientações e acima de tudo pela paciência e compreensão nos momentos difíceis dessa jornada de pesquisa.

Agradeço aos componentes da banca, Professora Dra. Máira Inês Vendrame, e ao Professor Dr. Paulo Pinheiro Machado por aceitarem o convite para compor a banca examinadora.

Agradeço a todos os profissionais e coordenadores do programa de pós-graduação em História da PUCRS, por todo o apoio e estrutura fornecidos nestes dois anos de curso.

Agradeço a todos os professores com quem tive aulas e palestras nesses dois anos de mestrado, não é possível citar o nome de todos, mas agradeço a cada um que colaborou para minha aprendizagem acadêmica e que me inspiraram enquanto pesquisadora e professora. Não importa aonde eu estiver sempre lembrarei com carinho de cada um que me ensinou e me tornou uma profissional melhor.

Agradeço de modo especial nossa querida secretária do programa de pós-graduação em História Daniela Petró Maria por toda ajuda nos momentos de dúvidas acadêmicas e por sempre ser tão atenciosa.

Agradeço de maneira especial a Henriette Ilges Shinohara que me deu todo o suporte acadêmico quando iniciei minha trajetória no ppg. E tenha certeza que jamais esquecerei o dia em que liguei no ppg perguntando das bolsas e você me disse que eu havia conseguido uma bolsa de estudos, esse momento foi de muita emoção e foi extremamente significativo.

Aos colegas de jornada acadêmica do ppg da pucrs que estiveram ao meu lado nestes dois anos me auxiliando e trocando experiências, de maneira especial.

De maneira especial agradeço a colega e amiga Fernanda Trentini Ambiedo que me socorreu todas as vezes que precisei, que me escutou, orientou e me cobrou quando necessário, obrigada por tudo.

Agradeço a minha amiga Cibeli Grochoski pelo apoio, e pela parceria em publicações, eventos. É muito bom ter alguém pra contar nessa difícil caminhada acadêmica.

Agradeço a Professora Juliana Bastos, uma grande professora de História pelo apoio e incentivo ao escrever a carta de recomendação.

Agradeço ao professor Dr. Claércio Schneider meu orientador de graduação, que me apoiou por muitos anos na pesquisa e me incentivou a realizar o mestrado ao escrever a carta de recomendação.

Agradeço aos profissionais que proporcionaram auxílio com as fontes históricas, em especial ao arquivo público do Paraná, ao arquivo público de Santa Catarina, ao Museu do Judiciário em Florianópolis.

Agradeço à CAPES por ter disponibilizado a bolsa para esta pesquisa.

Agradeço a minha querida professora Maíra Vendrame, uma grande inspiração nos meus estudos. Sempre me apoiou, esteve ao meu lado me incentivando, me ajudando e orientando. Agradeço por todas as trocas que tivemos, pois aprendi muito com você.

Agradeço ao Professor Alexandre Karsburg por todo o apoio, e orientações no início de minha trajetória, me ajudou a me tornar uma pesquisadora melhor, és pra mim uma grande inspiração no campo da pesquisa.

Agradeço ao Professor Paulo Pinheiro Machado, uma grande referência em minha temática de pesquisa. Obrigada por todo o apoio, e orientações, sou muito grata pela sua pessoa, pois tive ao longo de minha trajetória oportunidades de lhe encontrar em eventos e desde então tenho uma profunda admiração por seus estudos e por seu profissionalismo. Agradeço de modo especial aos meus pais, Anadir Strona e Célia Strona nada disso seria possível se vocês não tivessem me apoiado, e lutado para que eu conseguisse estudar desde pequena. Agradeço pela educação que recebi e por todos os ensinamentos que me tornaram a pessoa que eu sou. Dedico essa pesquisa e o título de mestre que recebo a vocês, em nome de tudo que construímos juntos.

Agradeço aos meus irmãos Felipe Matheus Strona e Mayara Sabrina Strona por sempre estarem ao meu lado, pois passamos uma vida dividindo funções pra que cada um alcançasse seus sonhos. Agradeço a minha querida cunhada Beatriz Strona pelo apoio e a minha amada sobrinha Alice Strona que sempre foi motivo de alegria em minha vida. Agradeço a minha querida avó Terezinha Strona por todas as orações e por acreditar no meu potencial desde sempre. Agradeço aos meus padrinhos Paulo Strona e Janete Strona por todo o apoio e incentivo. Agradeço também a minha querida prima Joice Strona por todo o grande apoio. Obrigado a toda a minha família e amigos que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado.

Agradeço a toda a família de meu esposo por todo o apoio e incentivo, de modo especial agradeço minha querida sogra Wanderléia, meus cunhados Charles e Laryssa, e aos meus

avós de coração Sandra e Geraldo Rocha, Cinira e Darci, assim como, agradeço a querida e também grande professora de História Fabiana Rocha.

De modo muito, mas muito especial agradeço ao meu amado marido Vinícius Guse de Godoy Rocha, por todo o apoio, amor, carinho e compreensão, foi você que me acompanhou desde o início a cada passo desses dois anos que foram muito difíceis, cheios de desafios, cansaço, mas também de muitas alegrias. Você foi fundamental nesta trajetória, acordava comigo às cinco da manhã para me levar a estação de trem, fazia minha marmita, ajudava a cuidar da casa. Agradeço a você pela paciência nos meus momentos de dificuldade, pelo incentivo e por todos os cuidados que teve comigo. Que possamos continuar unidos e sendo companheiros um do outro nesse caminho que escolhemos dividir.

Não é possível mencionar a todos nesses agradecimentos, mas levo cada incentivo, palavra de carinho e apoio no meu coração e desejo a todos muitas bênçãos Deus.

Agradeço ao bondoso Deus que me fortaleceu nos momentos de desânimo, e esteve comigo em toda essa trajetória. Tu és o meu refúgio, a minha fortaleza, em ti eu confio.

“O Tempo”

A vida é o dever que nós trouxemos para fazer em casa.

Quando se vê, já são seis horas!

Quando se vê, já é sexta-feira!

Quando se vê, já é natal...

Quando se vê, já terminou o ano...

Quando se vê perdemos o amor da nossa vida.

Quando se vê passaram 50 anos!

Agora é tarde demais para ser reprovado...

Se me fosse dado um dia, outra oportunidade, eu nem olhava o relógio.

Seguiria sempre em frente e iria jogando pelo caminho a casca dourada e inútil das horas...

Seguraria o amor que está a minha frente e diria que eu o amo...

E tem mais: não deixe de fazer algo de que gosta devido à falta de tempo.

Não deixe de ter pessoas ao seu lado por puro medo de ser feliz.

A única falta que terá será a desse tempo que, infelizmente, nunca mais voltará.

(Mario Quintana)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar, de forma crítica, o que uniu homens e mulheres de distintos contextos sociais a resistirem ao ataque das forças armadas do Estado brasileiro durante a Guerra no Contestado de (1912-1916). Pretende-se analisar como foram construídos os laços sociais entre os caboclos durante a guerra, e como as redes de sociabilidade foram usadas pelas lideranças neste processo. A partir do estudo das relações sociais construídas historicamente pretende-se observar ligação destes sujeitos com o território e a criminalização do movimento a partir da visão das elites locais. Essa pesquisa parte da hipótese de que há uma força agregadora em torno das redes de sociabilidade dos caboclos que foi utilizado para manter o grupo na guerra frente a tantas dificuldades. O suporte teórico-metodológico será a Micro-História, deste modo, selecionou-se como pontos de recorte espacial e cronológico o município de Curitibaanos, em Santa Catarina, entre 1912 e 1916. As fontes utilizadas serão processos-crime da região de Curitibaanos, Mensagens e Relatórios Oficiais do Governo dos Estados do Paraná e Santa Catarina e para exame das fontes será empregado o método analítico e indiciário. Essa pesquisa busca contribuir com reflexões pertinentes sobre a criminalização do movimento, bem como apontar novas perspectivas na Estudos do Contestado, demonstrando a relevância desta luta camponesa no âmbito latino-americano considerando o conflito no contexto do século XX no Brasil, que foi marcado por ideias de modernização e políticas de incentivo à Migração, pois o capital estrangeiro e a migração foram fatores que contribuíram para alterar o modo de vida local dos cabocos, modificando assim suas relações com o território.

Palavras-chave: Contestado; Laços Sociais; Redes de Sociabilidade; Território; Criminalização.

ABSTRACT

This research aims to investigate, in a critical way, what united men and women from different social contexts to resist the attack of the armed forces of the Brazilian State during the Contestado War (1912-1916). The aim is to analyze how the social ties between the caboclos were built during the war, and how the networks of sociability were used by the leaders in this process. From the study of social relations historically built, it is intended to observe the connection of these subjects with the territory and the criminalization of the movement from the point of view of the local elites. This research starts from the hypothesis that there is an aggregative force around the networks of sociability of the caboclos that was used to keep the group at war in the face of so many difficulties. The theoretical and methodological support will be Micro-History, thus, the municipality of Curitibanos, in Santa Catarina, between 1912 and 1916, was selected as a chronological and spatial point of view. The sources used will be criminal cases from the Curitibanos region, Messages and Official Reports from the Government of the States of Paraná and Santa Catarina. The analytical and indicative method will be used to examine the sources. This research seeks to contribute with relevant reflections on the criminalization of the movement, as well as to point out new perspectives on the Studies of Contestado, demonstrating the relevance of this peasant struggle in the Latin American context considering the conflict in the context of the twentieth century in Brazil, which was marked by ideas of modernization and policies to encourage Migration, as foreign capital and migration were factors that contributed to alter the local way of life of the caboclos, thus modifying their relations with the territory.

Keywords: Contestado; Social Ties; Networks of Sociability; Territory; Criminalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1- Mapa identificando a região de guerra.....	24
Imagem 2- Piquete de vaqueados da Lumber em Três Barras.....	45
Imagem 3- Rendição do imigrante Alemãozinho Henrique Wolland.....	53
Imagem 4- Estatística Judiciária.....	74
Imagem 5- Telegrama ao governador de Santa Catarina.....	143
Imagem 6- Trecho da carta dos caboclos ao governador.....	145

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 TERRITÓRIO EM DISPUTA: MUDANÇAS NAS FORMAS DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS.....	21
1.1 CONFLITOS SOBRE O TERRITÓRIO CONTESTADO.....	21
1.2 A ENTRADA DO CAPITAL ESTRANGEIRO	37
1.3 COLONIZAÇÃO E POLÍTICAS TERRITORIAIS.....	47
2 A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DURANTE A GUERRA: ENFRAQUECIMENTO DAS REDES DE SOCIABILIDADE E LAÇOS SOCIAIS.....	61
2.1 CONTROLE SOCIAL	61
2.2 AS IMPLICAÇÕES DA LEI NO CONTROLE DA GUERRA.....	72
2.3 CONTROLE MILITAR SOBRE A GUERRA.....	84
3 CONSTRUÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS NAS REDES DE SOCIABILIDADE	116
3.1 FORÇA AGREGADORA.....	116
3.2 ESTRATÉGIAS E PROTEÇÃO NAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	127
3.3 EM DEFESA DO ANTIGO E DOS NOVOS MODOS DE VIDA	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
FONTES	151
REFERÊNCIAS.....	154

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar as discussões, é necessário traçar um quadro geral sobre o que foi o Contestado, bem como, apontar algumas conjunturas que antecedem o conflito, e que são importantes para compreender o estopim da guerra e as demais formalizações propostas neste texto. A Guerra no Contestado foi um conflito entre caboclos e forças armadas do Estado. Parte da guerra ocorreu em terras contestadas judicialmente entre os Estados de Paraná e Santa Catarina, por isso, o conflito recebeu esse nome. A Guerra no Contestado acontece no início do século XX entre 1912 a 1916 período em que o Brasil foi fortemente marcado por ideias de modernização e políticas de incentivo à imigração europeia.

O historiador Paulo Pinheiro Machado afirma que o nome da guerra foi batizado pelos militares está é a expressão menos polêmica que se intitulou “Guerra do Contestado”: “talvez fosse mais adequada a denominação “guerra NO Contestado” pelo fato de o conflito não ser uma guerra entre os estados de Paraná e Santa Catarina em disputa pela região litigiosa” (MACHADO, 2004, p. 35). Para o autor a denominação Guerra do Contestado usado pela historiografia tradicional é inapropriada considerando o fato da maior parte das “cidades santas” e do conflito terem ocorrido em terras catarinenses não contestadas pelo Paraná. Deste modo, esta pesquisa optou por utilizar a expressão Guerra no Contestado justamente para separar os acontecimentos, a questão de limites influência nas decisões sobre a guerra, mas não é, e nunca foi uma disputa armada entre os Estados, simplesmente alguns dos espaços ocupados pelo conflito são em regiões de fronteira.

É muito relevante definir quem são os caboclos que lutaram contra as forças armadas. Caboclos são essencialmente pessoas que vivem no interior e dependiam da agricultura de subsistência, de maneira geral eram pessoas sem condições financeiras. A historiografia do Contestado costuma se referir a esses homens e mulheres como caboclos, ou sertanejos. É importante ressaltar que esse termo não possui uma conotação étnica no sentido estrito da palavra, e sim uma ligação com o modo de vida dessas pessoas. Nesse sentido:

“A característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e são devotos de São João Maria. Desta forma, havia também brancos caboclos, alemães e polacos acaboclos” (MACHADO, 2004, p.48).

Existiam inúmeras famílias de diferentes composições étnicas vivendo no Contestado, como visto o elemento de identificação do termo caboclo está associado a uma condição social e cultural. Participaram da guerra tanto a população nacional, quanto descendentes de imigrantes que seguiam os modos de vida daquela região. Viviam na área Contestada indígenas, que passaram pelos processos de aldeamento. Após desenvolveu-se rotas de tropeirismo, e começou a surgir na região fazendas, e posteriormente foram chegando os imigrantes. Então havia na região uma composição étnica muito diversa.

Nessa região de fronteira que viviam os caboclos foi construído a partir de 1908 uma linha férrea que vinha do Rio Grande do Sul, passava pelos Estados de Paraná e Santa Catarina e seguia sentido a São Paulo. Devido ao fato do Governo Federal não possuir capital para pagar a construção da linha foi concedido uma extensão de terras de 15 quilômetros de terras em ambos os lados da ferrovia ao empresário Percival Farquhar, dono da empresa *Brazil Railway Company*, que explorou a madeira da região através de sua outra empresa, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. Logo, Farquhar para garantir seus interesses e para ter posse total das terras à margem da ferrovia, deu a ordem de retirada de todos os caboclos que residiam naquele território e para isso criou um grupo de jagunços, que por meio do uso da violência iniciaram esse processo de expulsão, que resultou no desalojamento de muitas famílias.

Todas essas terras foram loteadas e vendidas preferencialmente a imigrantes, e nesse período havia atuação de várias companhias colonizadoras trazendo novos imigrantes para a região, que chegavam tanto por projetos governamentais quanto por empreendimentos particulares. Sendo assim, todos os caboclos que não possuíam títulos de compra que comprovassem aquela posse eram expulsos de suas próprias terras e muitas famílias não tinham condições de pagar a documentação que legitimava suas posses. Além disso, a crescente valorização da região com a entrada de capital estrangeiro fez com que muitos fazendeiros ampliassem seus limites territoriais invadindo novas terras, principalmente as ocupadas por caboclos.

Grande parte dessa população expulsa passa a integrar gradualmente um grupo de seguidores do Monge José Maria¹ que no período anterior à guerra circulava naquela região fazendo curas. Sua acessão como uma figura religiosa acontece no ano de 1912

¹ José Maria foi o terceiro Monge a circular na região, mas as pessoas o associavam ao primeiro Monge, adiante essas questões serão mais exploradas.

após ter curado a esposa de Francisco de Almeida, um grande fazendeiro do Estado do Paraná. O Monge passou a se reunir com seus seguidores em Taquaruçu no Estado de Santa Catarina, que pertencia para o município de Curitibanos. O ajuntamento foi considerado pelo coronel da região Francisco Albuquerque uma ameaça ao seu poder político. Houve um desentendimento entre o Coronel Albuquerque e o Monge, durante uma festa do Bom Jesus, pois o Monge se negou a ir até o Coronel que queria conversar com ele, o Coronel imediatamente passou a suspeitar que havia influência de seu opositor político Henriquinho de Almeida nessa situação. Albuquerque não perdeu tempo e usando de suas influências políticas com Vidal Ramos, governador de Santa Catarina, enviou tropas para dispersar o grupo. Não houve conflito armado e o grupo se dirigiu-se para o Campo de Palmas, especificamente para Irani.

O movimento alarmou as autoridades políticas paranaenses em Curitiba e tropas foram enviadas para a região, e assim ocorreu a primeira batalha de Irani, o estopim da guerra aconteceu em 1912, durante a primeira batalha houve a morte do Monge, a derrota das tropas oficiais e também a morte do comandante João Gualberto. A morte do Monge gerou muita comoção entre os caboclos do planalto, pois a tradição messiânica e a crença no Monge João Maria na região eram muito fortes. Espalhou-se a notícia de que o Monge ressuscitaria após um ano de morte com aqueles que faleceram na primeira batalha. A partir disso foi criado na população todo um imaginário ligado a tempos futuros de justiça.

Após um ano no final de 1913 os caboclos se reúnem novamente em Santa Catarina no Taquaruçu para aguardar o tão esperado retorno do Monge, o qual não aconteceu. É possível que essa espera tenha sido uma estratégia criada pelas lideranças e alimentada durante esse tempo, e as pessoas foram até o local por curiosidade, isso pode ter sido uma forma de mobilizar as pessoas e convencê-las a entrar na guerra, pois existia a primeira batalha como argumento para novas vitórias. Logo, em um ano de espera pode ter ocorrido a preparação e organização para a guerra. As lideranças provavelmente percorrem vastas regiões atrás de recursos, pessoas, e logística acionando redes de solidariedade, compadrio e laços sociais.

O grupo prosseguiu após 1913 e cada vez mais passou a abrigar sitiante expulsos de suas terras e outros grupos como imigrantes, posseiros, comunidades negras, ervateiros, trabalhadores desempregados da linha férrea, médios fazendeiros, lideranças federalistas e opositores políticos dos coronéis de Curitibanos, Canoinhas, Lages, Rio Negro, Timbó e União da Vitória que acabaram aderindo ao movimento.

Esses diferentes sujeitos reunidos em um movimento evidenciam que a religião pode ser um elemento aglutinador, mas não o ponto principal de explicação do surgimento do movimento. Esse ponto é abordado pelo historiador Paulo Pinheiro Machado:

Paralelamente ao discurso religioso da “guerra santa” dos “pelados” contra os “peludos”, na defesa da “monarquia celeste” e da “santa religião”, os sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discursos como por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo, que defendia os interesses dos endinheirados, dos “coronéis” e dos estrangeiros. Essas duas faces do movimento do Contestado (a religiosa e a crítico-social) não foram excludentes, nem mesmo devemos separá-las para efeito didático (MACHADO, 2004, p. 26).

Os termos usados pelo historiador entre aspas é para se referir ao modo como os historiadores e militares tradicionais do conflito costumavam atribuir e categorizar o movimento e os caboclos, Machado não descarta a questão religiosa, mas aborda um ponto essencial que fez com que os historiadores do conflito refletissem acerca de suas pesquisas. Primeiramente é perceptível a existência de um grupo muito distinto em sua formação em torno do conflito, em segundo lugar esse grupo possuía entendimento de suas condições sociais diante daquele novo cenário que se apresentava de repressão e imposição de uma nova ordem social, política, econômica e cultural do início do século XX os cabocos daquela região agiram prontamente a essas novas demandas. A preocupação não está em identificar elementos reacionários ou revolucionários, e sim em compreender que dinâmicas levaram ao surgimento, organização e estruturação de um grupo tão heterogêneo.

São hipóteses e problematizações levantadas a partir do fichamento de fontes e de revisão de referências bibliográficas da temática, que têm por objeto compreender o que uniu esses homens e mulheres a resistir às forças armadas. Utiliza-se nesta pesquisa relatórios da empresa *Railway Company*, Mensagens dos governadores dos Estados de Paraná e Santa Catarina ao congresso legislativo, utiliza-se também relatórios de secretarias de terras e colonização do governo paranaense, assim como processos-crimes, divididos em apelação criminal, sumário crime de sedição e ajuntamento ilícito, crime de ferimento grave, e dentro dessa documentação encontra-se inquérito policiais que são analisados. Ambas as tipologias documentais foram exploradas tanto por historiadores clássicos como contemporâneos da temática do Contestado.

Todas essas fontes foram cruzadas a partir dos fichamentos gerando dados e apontando relações. As documentações de Estado revelam muito das relações políticas e econômicas. Os processos-crimes trazem na perspectiva do depoimento a voz dos

caboclos, contudo essas falas são reguladas e controladas, a documentação de Estado segue no mesmo sentido de seleção de conteúdo, mas não permite espaço para grupos subalternos falar, ao não ser por meio de uma autoridade, política ou administrativa. Por isso é relevante trabalhar com os indícios e sinais. É importante destacar que todas as fontes citadas nessa pesquisa foram transcritas seguindo a linguagem e o padrão textual das fontes originais, que estão em português arcaico e possuem expressões da época utilizadas pelos escritores da documentação. Todas as fontes apresentadas estão digitalizadas, porém, por uma questão de estética do texto optou-se pela transcrição desses fragmentos de análise, anexando apenas alguns recortes ao longo do texto.

A partir dessas fontes e da literatura foi realizado um exame analítico e indiciário baseado em Ginzburg (1989) para desenvolver nas fontes um procedimento de análise do conhecimento histórico cuja força está na observação do pormenor revelador, mais do que na dedução. Usando do fazer historiográfico da Micro-História Italiana tendo como base a perspectiva de escrita de Giovanni Levi: “Nesse sentido, Micro-História é, antes de tudo, uma tentativa de narrar sem esconder as regras do jogo que o historiador seguiu (2011, p. 22). Objetivo é desenvolver uma narrativa fluída demonstrando ao leitor como as análises foram pensadas e problematizadas. Para pensar a redução de escala enquanto um laboratório utilizou-se Barros (2005) e Carneiro (2018) para observar as interações sociais nos processos-crime. Já Grinberg e Bacellar (2012) serão utilizados para discutir as fontes institucionais nessa pesquisa e o papel que desempenham. Outros autores que ajudam a pensar o problema de pesquisa também serão colocados ao longo da pesquisa.

Para analisar as redes de sociabilidade com intuito de compreender como são construídos os laços sociais e como eles são utilizados para organização do movimento utilizei o Sociólogo e Filósofo George Simmel. A sociabilidade concentra-se no interesse em estar sociado, o que está em jogo é o momento sociável, existe um princípio da sociabilidade para Simmel “cada indivíduo deve garantir ao outro aquele máximo de valores sociáveis (alegria, libertação, vivacidade) compatível com o máximo de valores recebidos por esse indivíduo” (2006, p.69). Esse ponto seria o que o sociólogo denomina de estrutura democrática da sociabilidade. Esse conceito, assim como o de laços sociais, serão explorados ao longo da pesquisa de forma prática por meio dos indícios identificados nas fontes oficiais e criminais.

Portanto, o movimento social do Contestado foi narrado por muito tempo pela historiografia tradicional como um fenômeno religioso de características messiânicas-

milenaristas, o que não deixa de ser um dos elementos constituintes do processo histórico do movimento. No entanto, vem ocorrendo um grande esforço em pensar o conflito para além das fronteiras religiosas, as novas pesquisas têm buscado primeiramente tirar esse caráter regional da guerra para colocá-lo no cenário latino-americano. Um segundo elemento seria explorar outras dimensões do conflito.

Esta pesquisa visa contribuir com esses elementos, assim como trazer novas memórias para os descendentes da guerra, a fim de que percebam a organização do movimento e seus critérios de estratégia, inteligibilidade, e principalmente a reconhecimento de que havia uma consciência dos acontecimentos da época por um viés crítico-social. Há muitas possibilidades de temáticas e problemas do conflito que podem ser explorados, pois os estudos da Guerra no Contestado não se encontram esgotados. Exposto o contexto geral em torno da guerra e as relações com o objeto de pesquisa, e as hipóteses levantadas em cima do problema, acrescento as divisões do trabalho.

Essa pesquisa é dividida em três capítulos com subtítulos, o intuito é situar melhor o leitor e recortar o objeto. No primeiro capítulo é possível perceber a ligação dos caboclos com o território, observa-se que essa região sempre foi alimentada por conflitos relacionados com a posse da terra, nesse processo a dois níveis de conflito, um local que acontece por meio das relações cotidianas e outro Estadual através das relações políticas que disputam uma área de fronteira, em ambos os níveis a relações de poder em jogo. Analisa-se também como essa relação dos caboclos com o território foi sendo modificada pela entrada de capital estrangeiro, e por meio das novas políticas de colonização e imigração, e como esses elementos contribuíram para o início da guerra.

Já no capítulo dois é possível observar a criminalização do movimento caboclo no Contestado pelos aparatos do Estado, neste caso justiça, e forças armadas. É possível observar as principais movimentações do início da guerra e as posições oficiais tomadas. Com o advento da República surgem no Brasil novas instituições e um remodelamento das antigas, todas tem o propósito de controlar os indivíduos e corrigir os comportamentos e desvios, a lógica está totalmente atrelada ao trabalho. Nesse sentido, nada pode representar uma ameaça ao Estado e sua ordem. Sendo assim, analisa-se como e quando o controle social acontece e como é exercido. Faz-se um estudo do enquadramento das leis sobre os caboclos presos durante a guerra, e percebe-se uma relação dessas leis que penalizam ameaças contra a ordem do Estado, a propriedade pública e privada e indivíduos que representam essas instituições. Deste modo, é possível observar o processo de atuação da justiça na guerra. Foi realizado uma análise do controle militar da

guerra e da maneira como essa intervenção foi sendo efetivada sobre os critérios de normalização dos indivíduos. Sendo assim, a criminalização um recurso para fragmentar o grupo, as lideranças e os laços sociais construídos durante a guerra.

Por fim no capítulo três é analisado a construção dos laços sociais utilizando o conceito de sociabilidade do sociólogo Simmel. O processo organizador do movimento a partir desses espaços de troca e relações sociais, por exemplo, o compadrio, pois esses laços foram construídos de forma autônoma e independentes do Estado para a sobrevivência dos caboclos em um lugar com recursos limitados, eles foram acionadas pelas lideranças para integrar as pessoas ao movimento e resistir aos ataques, se manter na guerra, e defender a continuidade daquilo que haviam construído. A vida nos redutos da guerra são uma tentativa de projetar a continuidade desses modos de vida antes da guerra, mas que estavam se fragmentando gradualmente pelas novas mudanças ocorridas conforme o contexto exposto anteriormente.

1. TERRITÓRIO EM DISPUTA: MUDANÇAS NAS FORMAS DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS

1.1 CONFLITOS SOBRE O TERRITÓRIO CONTESTADO

A guerra do Contestado desenvolveu-se sob diferentes contextos que perpassam por questões sociais, econômicas, políticas, culturais e religiosas. Entretanto, o intuito desta pesquisa é observar como ocorreram essas relações em torno de um território em disputa, que comportava diferentes dinâmicas de vida, com experiências distintas vivenciadas por essas populações, antes e durante o conflito. É importante perceber como se dava a ligação dos sertanejos com o território, bem como essas relações foram modificadas à medida que políticas internas e externas passaram a intervir na sociabilidade desses grupos a ponto de ocorrer um conflito armado.

A questão territorial levantada pelos sertanejos durante a guerra não pode ser vista apenas como um problema isolado, ocorrido somente naquele período movimentado pela chegada de novos imigrantes com as políticas de colonização ou pela entrada de capital estrangeiro no Contestado. Antes da guerra ocorrer já havia muitos problemas entre caboclos, grandes fazendeiros e coronéis da região. A questão da definição dos limites e demarcação das terras constituía um dos principais pontos que influenciava essas relações, pois as jurisdições não definidas entre os estados de Paraná e Santa Catarina permitiram uma ocupação livre dos sertanejos na região de fronteira. Além disso, a maioria dessas populações não possuía posses legalizadas, uma vez que viviam em terras devolutas do Estado. Logo, os conflitos em torno dessas indefinições começam a intensificar a partir das mudanças nas políticas territoriais, que acabam por mudar o significado da terra, que passa de um mecanismo de sobrevivência para um bem extremamente lucrativo.

No período do Império, a lei de terras, de 1850, proibia a doação, tornando a terra um bem negociável. Dessa forma, objetivava-se separar terras públicas dos lotes particulares adquiridos por meio da compra. Havia um prazo para legitimação dessas posses, isso acelerava ainda mais o processo de disputa:

Muitas pessoas que dispunham de uma posição privilegiada nos diversos escalões do Estado, principalmente tabeliães, agrimensores, advogados e os próprios grandes fazendeiros, passaram a legitimar como suas regiões que pouco ou nada conheciam, mas que, pela situação geográfica, seriam terras

valorizadas rapidamente, independentemente de quem de fato as habitasse e cultivasse (MACHADO, 2004, p. 73).

Essa política elaborada durante o império não conseguiu resolver o problema da demarcação de terras públicas, mas introduziu um caráter de disputa, pois, agora elas passam a ser vistas como capital de investimento e um importante meio de diferenciação social. Com a Proclamação da República, a nova constituição de 1891 passou a responsabilidade de legislar sobre as terras de colonização para os estados. A partir dessa nova lei, seguiu uma lógica de descentralização, a nova mudança institucional refletiu na ocupação territorial da região Contestada, onde viviam os caboclos. A partir dessas duas leis é possível observar mudanças no tratamento com a terra, porém somente na República esse processo de disputa será mais intenso.

Para Maurício Vinhas de Queiroz (1977) o processo agravou-se quando as terras públicas passaram do governo central para os Estados, pois o comando político dessas regiões era feito por coronéis, que distribuíam dentro de suas redes as extensões disponíveis. Essas terras eram ocupadas por posseiros, que as exploravam e viviam, principalmente, da coleta de erva mate: “As propriedades dos *coronéis* abrangiam agora quase todos os ervais conhecidos e, quanto àqueles que ainda restavam em terras públicas, os chefes políticos arrendavam aos respectivos Estados a sua exploração” (QUEIROZ, 1977, p. 65). Nesse contexto, a situação dos trabalhadores nacionais ficava cada vez mais dramática, uma vez que essas áreas de coleta passaram a ser controladas pelos coronéis, aumentando assim as tensões.

Desse modo, a região em torno da guerra sempre comportou conflitos pela terra, não somente pela questão da legitimação ou definição, mas também, pelo modo de vida. Como visto, as ocupações eram feitas desde sempre por posseiros que viviam do trabalho na mata nativa. Os caboclos eram os responsáveis por derrubar a mata e delas formavam pastagens para suas pequenas criações, viviam de lavouras de subsistência e da extração da erva-mate. Frequentemente, essas terras eram alvo de grilagem por parte de fazendeiros, e, conseqüentemente, os caboclos sofriam prejuízos. Conforme relata Machado (2004), as fazendas de criação não eram cercadas, e no inverno os animais fugiam para os faxinais em busca de pastagem e acabavam destruindo a lavoura dos pequenos posseiros. Isso denota que o modo de organização e cultivo da terra dava-se de maneira diferente para cada grupo inserido nesse espaço, os caboclos desde o início de sua ocupação territorial sempre estiveram em desvantagem.

A indefinição territorial de divisas entre propriedades desde o século XIX tornou-se um problema político no século XX. A crescente expansão de frentes de colonização

colocou a apropriação privada das terras como elemento de disputa, outra questão que agravava a situação das populações caboclas era a documental:

Esses pequenos agricultores e criadores caboclos, além de estarem distantes dos dispositivos do Estado que poderiam levar à regularização de suas posses, na maior parte das vezes nem sentiam necessidade de assim proceder. Viviam em suas terras da mesma maneira que seus pais e avós o haviam feito. Se aparecesse algum usurpador, teriam que se defender em seus sítios à bala, pouco adiantando terem ou não um documento registrado em cartório. Em caso de quererem regularizar suas posses, teriam de juntar uma papelada que não possuíam e gastar um dinheiro (em medições, taxas e emolumentos) que lhes era escasso. Além disso, a relativa mobilidade dessa população tornava muito comum a venda de posses não regularizadas entre os caboclos, o que era vedado pela legislação, acabando por inviabilizar qualquer processo de legitimação. Outro problema legal estava associado às posses por herança, uma vez que raramente os pequenos lavradores faziam inventário e muitos não possuíam qualquer registro civil (MACHADO, 2004, p. 140).

Como demonstra Machado comprovar a legalidade do território implicava em outro problema. Primeiramente a questão da regularização não era vista como uma necessidade pelos caboclos, considerando inúmeros fatores, como a falta de dinheiro para dar conta de toda a papelada e também porque um documento não impediria a invasão de terras e como de fato não impediu, pois desde a construção da linha férrea a partir de 1908 a construtora *Railway e Lumber* realizaram vários processos de expropriação, e remanejamento.

Grande parte da população cabocla já era acostumada a se deslocar constantemente, seja através da venda de posses não reguladas entre os sertanejos, ou por algum conflito, ou surgimento de oportunidade de trabalho, isso impedia uma fixação no território. Inclusive era comum a mudança de morada como consta Iunskovski (2008) em seu artigo ao pesquisar os caboclos que migraram da região serrana de Santa Catarina para o litoral em Florianópolis. Contudo, Iunskovski pesquisa os migrantes das novas gerações após a guerra, contando em sua análise a segunda e terceira geração que não teve relação direta com a guerra, no entanto, a pesquisa de Iunskovski é relevante para perceber como a questão territorial ficou após a guerra para os caboclos:

Desta vez, não se tratava, apenas, da mudança de lugar de morada, comum para os caboclos, pois o processo de deslocamento fazia parte de suas vidas. Tratava-se, no entanto, de uma terra estranha, muito diferente de tudo o que já haviam experimentado (IUNSKOVSKI, 2008, p. 174).

O estudo de Iunskovski é interessante para pensar a permanência de algumas práticas entre as novas gerações de caboclos, como o deslocamento. Mas, também é possível observar que após a guerra nada mudou no que se trata da ocupação territorial, pois os caboclos continuaram se deslocando de um lado para o outro, sem direito a uma

posse legítima e vivendo de favor. Esse processo migratório com o passar do tempo foi intensificando devido a exploração da região por grandes latifundiários e madeireiras, que tornaram escassos os espaços de trabalho dos caboclos. Deste modo, o problema com a posse da terra já era um problema antes da guerra, a ocupação territorial continuou sendo um empecilho também após o conflito.

Entretanto, a indefinição de limites e problemas com a ocupação demográfica não era apenas um problema dos caboclos. Havia uma prolongada disputa judicial entre os estados de Paraná e Santa Catarina pela região ocupada pelos caboclos. A indefinição oferecia risco para ambos os estados que não investiam na região, mas isso não significava que os estados estavam ausentes de interesses. Os problemas com a terra eram comuns nessa região da guerra. Enquanto que os caboclos não tiveram a questão territorial resolvida, a pendência estadual foi determinada já em outubro de 1916 no final da guerra, essa disputa judicial intensificou com início da guerra em 1912, e apareceu muito em toda a documentação de Estado como uma das soluções para acabar com o conflito.

Esse conjunto de observações demonstra o quão desassistidas essas populações estavam no que se refere à questão legislativa e, até na própria representação política, pois os caboclos não tinham seus interesses defendidos nas instâncias do poder público quando se pensa a legitimação das posses. Mas, esses fatores não criavam um desejo de proteção por parte dos caboclos, pois as leis desenvolvidas naquele período não foram criadas para as populações pobres, pois o foco era a defesa das classes dominantes. Logo, quando o Estado intervém forçando a regularização das terras e promovendo a colonização imigrante, os caboclos confrontam as autoridades locais que representam o Estado, justamente porque para implementar essas leis era necessário interferir no modo de vida dos caboclos. O mapa a seguir permite visualizar a questão territorial durante o conflito:



Imagem 1- contém mapa da área Contestada, região de conflito, linha férrea e localização dos redutos.

O mapa acima mostra claramente que a guerra aconteceu em uma região de fronteira. É possível observar a área de disputa judicial entre os estados do Sul onde ocorria a guerra, a passagem da linha férrea e também a localização dos redutos da guerra, as chamadas cidades Santas, onde viviam a população cabocla desapropriada e integrantes do movimento. Os estados do Paraná e de Santa Catarina, em seus documentos oficiais afirmavam que a área Contestada era formada por bandidos e invasores, e que essas pessoas eram as responsáveis pelo conflito.

Os estados associavam a região Contestada ao banditismo porque habitavam na região muitos refugiados de guerra: “Muitos federalistas gaúchos e paranaenses refugiam-se no planalto catarinense depois de derrotado o movimento rebelde. Foi o caso tanto de oficiais da Guarda Nacional como soldados que participaram das colunas invasoras” (MACHADO, 2004, p. 89). Talvez o incômodo dos governos devia-se pelo fato do movimento federalista ter feito forte resistência ao regime republicano centralizado entre (1893-1895). Considerando que houve, dentro do Contestado, lideranças federalistas, é possível que as estratégias e ideais da revolução federalista também tenham influenciado os caboclos.

Outras pessoas e grupos, para além dos federalistas, também migraram para região Contestada influenciados por outras dinâmicas migratórias. As longas extensões de terras atraíam trabalhadores de várias regiões do Sul, esses deslocamentos recentes para região antes do estopim da guerra são observados na identificação das testemunhas nos processos-crime selecionados nesta pesquisa, como o caso da segunda testemunha do sumário-crime nº22 de 1915 da comarca de Curitiba em que Miguel do Valle Ribeiro era natural do Estado do Paraná, mas residia em Santa Catarina, ou a terceira testemunha do mesmo processo-crime Chrispim José Ribeiro que residia na comarca, mas era natural do Rio Grande do Sul. Os deslocamentos também se davam entre cidades próximas, além dos fluxos internos, haviam os externos, pois coexistiam na região imigrantes de fluxos anteriores a guerra, por exemplo, a quinta testemunha, do processo-crime nº 2 de 1915 também da comarca de Curitiba, Ricardo Ganz era natural da Alemanha.

Isso tornava a ocupação dessa região muito diversa e, ao mesmo tempo, independente do Estado, pois além de receber diferentes fluxos migratórios, possuía organização própria. A população sertaneja cultivava as terras para a sua subsistência, comercializava seus produtos entre si, e com comerciantes locais e até com os tropeiros que circulavam nas vilas e faziam, inclusive, a própria defesa. Os caboclos nunca

solicitaram a presença do Estado, pois naquele período a atuação era totalmente violenta, e modernizadora, as grandes tensões iniciam justamente quando o Estado começa a entrar na região por meio de empresas e políticas territoriais de colonização mais invasivas.

O Estado aliás, sempre esteve presente, pois os coronéis responsáveis pela administração municipal possuíam alianças com os políticos estaduais, naquele período predominava as políticas coronelistas, o que difere, é que a partir de 1908 com a construção da linha férrea os estados entram na região Contestada reafirmando suas políticas em alegação de seus novos interesses econômicos, em defesa dos seus aliados políticos. Durante a Guerra no Contestado os problemas com a definição de limites entre os estados continuaram em pauta, é importante observar atentamente esses dois elementos pela influência desses tramites legais nas movimentações e decisões dos governadores sobre a guerra, é possível observar a relação desses interesses com o território ocupado pelos caboclos, a partir dessas políticas é possível visualizar as mudanças ocorridas na apropriação do solo e nas diversas formas de ocupação exercidas por essa população cabocla tão heterogênea.

O relatório do estado de Santa Catarina publicado em 1915, que corresponde ao ano de 1914², enviado ao Congresso representativo pelo substituto temporário do governador Felipe Schmidt o Major João Guimarães, discutia a questão dos limites no subtítulo *relações externas*. A substituição temporária ocorreu justamente porque Felipe foi à capital federal a convite do Presidente da República para tratar, não somente dos interesses do estado, como da antiga questão de limites com o estado do Paraná. O governador catarinense possuía excelente relação com o presidente Wenceslau Braz, o que trouxe, de certa forma, tranquilidade nas negociações do impasse entre os estados.

Nesse documento, o relator informou ao congresso que o estado estava procurando viver em harmonia com o governo paranaense. No entanto, o fato das então linhas divisórias não estarem determinadas causava constantes atritos entre as autoridades de cada estado. Um dos principais motivos desses desentendimentos estava relacionada à posse do Timbó no município de Canoinhas, onde o estado exercia jurisdição, a qual era contestada pelo Paraná. Essas disputas possuíam muitos pontos de interesse:

A disputa assumiu aspectos melodramáticos na área em que se defrontavam àquela época duas frentes extrativistas de erva-mate: a paranaense, cuja base era a cidade de União da Vitória, e a catarinense, que se apoiava em Canoinhas.

² Essas fontes de Estado que serão apresentadas ao longo da pesquisa sempre são redigidas em um período anterior e publicadas no ano seguinte e tratam inclusivamente de acontecimentos relacionados a gestão executiva dos governadores ao congresso legislativo. Basicamente são resumos dos principais acontecimentos do Estado dentro daquele mandato político.

O trecho violentamente disputado por uns e por outros, riquíssimo em ervais nativos, compreendia os vales inteiros de Timbó e do Paciência. Os catarinenses, que ocupavam as suas cabeceiras e grande parte de seus cursos, ambicionavam chegar até as margens do Iguazu e dominar inclusive União da Vitória. O posto avançado dos paranaenses era Vila Nova de Timbó (QUEIROZ, 1977, p. 67).

As potencialidades econômicas, assim como as extensões territoriais, eram alvo de interesse de ambos os Estados. A frente dessa disputa estava o Maragato Demétrio Ramos a favor de Santa Catarina, o combatente reuniu sertanejos armados, e do outro lado o Paraná, também começou a armar paisanos para reforçar a força pública. Para conter os ânimos tropas federais foram enviadas. Dessa forma, para Queiroz os constantes embates entre os Estados pela questão de limites “contribuíram para manter agitada parte da população de Serra-acima, mas levaram também a que se familiarizassem com o manejo de armas e as técnicas militares muitos sertanejos” (1977, p. 69). Esses conflitos nunca ocorreram de forma direta entre os estados por meio de forças policiais, mas sempre havia embates entre a população e as autoridades.

Esses confrontos acabaram chegando até o supremo tribunal, a qualquer momento, os ministros poderiam tomar uma decisão sobre esse impasse. Por conta disso, os estados buscavam firmar jurisdição nessas áreas contestadas, com intuito de criar fatos consumados para favorecer a ação judicial. Como estratégia fundavam vilas, legalizavam posses e concediam terras. A necessidade de garantir direitos sobre o território tornou-se mais intensa com a chegada do capital estrangeiro representado na figura da *Brazil Railway* e *Lumber*. Douglas Teixeira Monteiro (1974) também cita em sua pesquisa esse processo de disputa pelo Timbó, a rica região de ervais, que naquele período representava uma mercadoria muito valorizada. Monteiro, assim como Queiroz, questionava a ação de alguns grupos armados nessas áreas: “Nesse sentido, é Demerval Peixoto quem diz terem sido os próprios governos estaduais os primeiros fornecedores das armas que seriam depois utilizadas pelos rebeldes” (MONTEIRO, 1974, p.30). Essa mesma acusação, de modo mais moderado, foi feita pelo estado do Paraná à Santa Catarina, afirmando que eles promoviam a guerra.

Apesar disso, o que estava em jogo não era, em si, apenas a definição dos limites e, sim, o título de posse e concessão das terras devolutas nessas regiões de disputa judicial. No entanto, quando realmente ocorreu a revolta cabocla contra todo esse contexto de exclusão dos nacionais em detrimento das políticas de colonização, os dois estados

uniram-se para pedir intervenção federal, pois os conflitos alteravam a ordem dos novos negócios.

No ano de 1914, a guerra seguia no ponto mais alto de confrontos. Primeiramente, os relatórios do estado do Paraná demonstravam a preocupação com a questão de limites, mais do que propriamente com a guerra. Havia insistência do Estado paranaense em resolver a questão pendente durante o conflito, em meio a esse momento conturbado os paranaenses afirmavam que a questão dos limites era a propulsora da guerra. Santa Catarina, ao contrário, estava mais preocupada com a resolução do conflito, pois tinha a maior parte de seu território ocupado pela guerra:

O movimento belicoso dos sertanejos do Contestado chegou, em 1914, ao ponto mais elevado: aproveitando-se das condições naturaes e sociaes da vasta zona mui escassamente povoada, recortada de serrarias e quasi por inteiro despolicuada. Levantaram-se contra as autoridades constituídas todos os máos elementos que ha muitos annos para ali tinham sido levados, ou para escaparem á acção da justiça, por delictos commettidos em outras comarcas dos por Estados do sul, ou pela sua indole aventureira e bellicosa (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1915, p. 5).

O documento acima revela a visão das autoridades sobre as pessoas que constituíam o movimento rebelde, segundo o Governador a população que habitava a região, era composta de maus elementos que fugiam da justiça por terem cometido crimes em outras comarcas do sul. Ao longo das mensagens e relatórios, observa-se que o foco de Santa Catarina estava no combate à guerra, porém, sem deixar totalmente de lado a questão dos limites. Durante o período de conflito, os estados fizeram trocas em relação à guerra e, também, tentaram resolver a questão dos limites, no entanto, não houve sucesso imediato nos acordos. A definição foi resolvida apenas em 20 de outubro de 1916 após o “término” oficial da guerra.

As mensagens do Estado de Santa Catarina pouco tratam da questão dos limites nos primeiros anos da guerra. Grande parte dos documentos concentra-se na questão da colonização e, posteriormente, da guerra. Na mensagem publicada em quatorze de agosto de 1916, correspondente ao ano de 1915, Felipe Schmidt comunica ao congresso que o Estado possuía boas relações com o Governo Federal que, por apoiar o presidente Wenceslau Braz, recebia apoio do governo. Essa alegação mostrava a influência política do governador.

Em 1915 as relações com o governo do Paraná sofreram modificações sensíveis depois que Affonso de Camargo assumiu o poder. O governador catarinense Felipe Schmidt menciona brevemente a disputa pela jurisdição de Timbó, acusando invasão das

forças paranaenses, mas, por obrigação, em nome do cumprimento dos deveres, Schmidt revela que contra sua vontade solicitou intervenção federal. Prontamente o presidente atendeu ao governador catarinense. Schmidt confiava em sua boa relação política com a instância federal.

O episódio da invasão a Timbó é relatado pelo governador Carlos Cavalcanti antes de Affonso assumir o Estado do Paraná. O governador traz muitos detalhes dos fatos, descritos em trocas de telegramas. É interessante observar a construção desses documentos oficiais, pois eles revelam os interesses de cada Estado. Essas visões refletem na guerra e nas escolhas tomadas sobre ela:

Em menos de 20 annos a nossa historia registra a tragedia de Canudos e essa outra que se convencionou chamar do Contestado, ligando-a erroneamente á questão de limites com o Paraná, não faltando mesmo espiritos mal avisados que dessem á Santa Catharina a responsabilidade desse movimento (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1916, p. 15).

Já no final da guerra havia comparações entre Canudos e Contestado, pelas semelhanças entre os movimentos, principalmente, no que tange à questão messiânica, às lideranças religiosas e à oposição as políticas coronelistas. Mas, o ponto que incomoda Schmidt está em sua crítica pela escolha do nome da guerra, que faz ligação com a questão dos limites disputados. Além disso, falou aos congressistas sobre a responsabilidade da guerra aos catarinenses, esses “maus espíritos” conforme colocados pelo governador, são uma referência velada ao Paraná que faziam essas alegações contra Santa Catarina.

O governador negava qualquer tipo de envolvimento com o grupo que liderou a guerra. E, afirmava que a caluniosa imputação foi destruída pelos próprios acontecimentos, nesse ponto faz referência a guerra e menciona que o território paranaense sofreu poucos ataques em relação à Santa Catarina. Posteriormente, coloca a sua visão sobre as causas da guerra, afirmando que esse mal deveria ser remediado e corrigindo, pois, as causas que nascem da ignorância e superstição, foram exploradas por aventureiros de todos os feitos. Novamente o governador faz crítica a seu Estado vizinho e, como solução, traz os seguintes pontos:

Antes de tudo impõe-se a necessidade de trazer as populações do interior ao convicto da civilização pela abertura de vias de comunicação, pelas estradas de ferro que facilitem o commercio dos productos e o commercio das ideas, dando-lhes prosperidade economica, processos novos de trabalho e de vida e uma nova moral mais elevada e mais nobre. O mestre escola terá o papel essencial de missionario nessa cruzada civilizadora, urgindo disseminar escolas por toda a extensão das nos-sas terras, emprehendimento para o qual o governo da União deveria concorrer, auxiliando os Estados. Com a abertura de estradas e de escolas deverá conincidir tambem a colonização em larga escala

dessas regiões ferazes e mal povoadas (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1916, p. 15-16).

O governador catarinense via na “ignorância” da população cabocla o motivo da guerra, o que, segundo ele, levou essas populações a serem enganadas pelos bandidos que ocupavam aquela região, mobilizando os caboclos contra o governo. Momento algum o governador expôs, em suas mensagens as reais causas da guerra, a começar pelas próprias políticas territoriais mal distribuídas e, conseqüentemente, de acesso limitado. O que Schmidt propõe diante dessa situação, é melhorar apenas o acesso dessas populações as condições de trabalho usando da linha férrea como um meio de empregar as pessoas, o governador entendia que o trabalho elevava a moral, e a escola promoveria a “civilização” dessas populações. Após, chamou a atenção da união para ajudar a promover essas ações. Adiante no relatório, ressaltou a importância da colonização em larga escala, entendendo os imigrantes como uma forma de apagar a marca da guerra. Novamente, não houve menção de políticas territoriais que viessem a legalizar a posses de terras dos caboclos, o que prevaleceu foi uma visão positivista baseada no ideal civilizatório.

Na mensagem de Estado de 1917, equivalente aos fatos ocorridos no ano de 1916, as relações com a União e os estados para Schmidt estavam em harmonia e os problemas com a questão dos limites haviam desaparecido através do acordo de 20 de outubro. As soluções colocadas acima pelo governador não foram implementadas de imediato, mas está documentada no subtítulo *Serviço Policial* a criação de um gabinete de Identificação e estatística criminal, de caráter positivista. No subtítulo *Força pública*, Felipe Schmidt efetivou na região serrana policiamento no pós-guerra. Reclamando que o efetivo ainda era insuficiente, e, além das áreas de guerra, reforçou o policiamento nos territórios com limites definidos. Já no subtítulo *Terras devolutas* afirmou que a organização do serviço de terras públicas deveria ser mudada, pois o Estado dependia do povoamento nas zonas desertas para promover o desenvolvimento econômico. Nesse ponto, é possível observar os reais interesses do Estado, que fazia proteção, primeiramente, aos territórios:

A política de terras baseava-se na premissa segundo a qual Santa precisava desenvolver sua “indústria pastoril e agrícola” e, para isto, já contava com “terras ubérrimas” que eram “desabitadas”. Fica evidente a formulação de uma política de terras ligada ao estímulo da colonização européia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses do capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras – e para o crescimento da oferta de pastagens úteis aos grandes pecuaristas do planalto (MACHADO, 2004, p. 139).

As políticas catarinenses eram bem claras quanto aos seus interesses, entretanto, o governador retomou a questão dos limites em sua mensagem. Valorizando a reivindicação territorial e relatando as dificuldades com o que ele chama de desordem em alguns locais das novas definições de limites, atrelando o movimento ao banditismo. Mas, afirmando que esses serão esmagados nos seus planos por forças federais. Não faz relação do novos movimentos pós-guerra com o Paraná, e diz que são criminosos que não têm ligação com nenhum dos estados.

É importante lembrar que, mesmo após a definição dos limites, a própria população foi contra as novas jurisdições. E, apesar do fim da guerra ter sido decretado oficialmente em 1916, ainda ocorriam constantes ataques de caboclos remanescentes que estavam descontentes com toda a ação do governo, pois, não foram incluídos nas políticas públicas da época. Diante dos novos ataques, o governador catarinense pediu ao congresso uma lei que habilitasse, nos termos da constituição, organizar a administração pública do referido território para exercer a plena jurisdição.

É relevante também observar como foi a trajetória da política paranaense em relação a questão dos limites e a guerra. O estado do Paraná, na mensagem publicada em 1913, correspondente ao ano de 1912, demonstrava grande preocupação com a questão dos limites. O governador, Carlos Cavalcanti, falava sobre seus esforços no sentido de resolver definitivamente a questão pendente. Carlos Cavalcanti caminhava para uma linha política mais cordial no que se refere às negociações como demonstra suas mensagens de Estado, seu objetivo não era um conflito armado, mas um acordo. Além de ter pendências com Santa Catarina, também confrontava questões de limites com São Paulo e Mato Grosso, mas o foco das mensagens sempre são as estreitas relações com os catarinenses:

Todavia, fora mesmo desta última hypotese, quantos males não são consequentes a essa confusão de limites, desde os que vêm da desintelligencia dos governos vizinhos, por amor ás respectivas jurisdicções, até os que fazem exploração nos mais deploraveis conflictos entre os povos, acendendo ódios, cavando prevenções e conservando em uma situação chronica de intranquilidade e temor, os mal afortunados compatriotas cuja atividade a sorte quis que se desenvolvesse n'um tracto de terras, onde a conservação das existências e a proteção ao trabalho, custam á autoridade uma perpetua lucta, afanosa e inglória, contra o banditismo multiforme e que tresdobra, pela facilidade do homisio e obstaculos quase insuperaveis que surgem no processo regular de extradição dos criminosos (Mensagem do Estado do Paraná, 1914, p. 5)

Na mensagem acima, o governador paranaense deixou de lado sua cordialidade tão presente nos relatórios e fez críticas severas à questão dos limites, afirmando que dela derivam males. Na sequência, acusa seu vizinho de desinteligência, ficando evidente que

o Paraná responsabilizava os catarinenses pela guerra. Contudo, adiante em seu relato, Albuquerque alegou que seu objetivo era trazer o convívio íntimo e fraterno entre os dois povos, procurando rever a causa que os separava, e colocando como solução o arbitramento. O governo paranaense tomou a iniciativa para resolver essa questão constitucional e enviou um telegrama a Vidal Ramos, que naquele período era o governador de Santa Catarina. Provavelmente, na visão do estado do Paraná, a guerra configurava-se como um momento oportuno para tal ação, considerando que os paranaenses alegavam que ela ocorria por conta dos limites não resolvidos.

O envio do telegrama ocorreu logo após a reunião de caboclos no novo Taquaruçu, a correspondência era extensa, e ganhou muitas páginas de relato do governador paranaense. Nela, destacava a necessidade de uma solução imediata para definição dos limites, já a questão da ordem pública que tratava da guerra, ganhou apenas um parágrafo de descrição do relator. Carlos Cavalcanti iniciou o telegrama mostrando que ambos os estados possuíam ligação pelos superiores interesses de futura grandeza econômica. Afirmando, mais uma vez, que sentia a paz pública ameaçada pelos fatos que novamente desdobram-se nos sertões de Taquaruçu, o que tirava a tranquilidade dos cidadãos entregues ao trabalho. Cavalcanti sempre colocava em suas mensagens o povo paranaense, ou até o próprio governo, como muito ordeiro, honesto e trabalhador. Na sequência de seu telegrama, sinalizou que os paranaenses foram vítimas na batalha do Irani, pois regaram com sangue generoso de seus filhos os campos de Irani, nas palavras do governador Cavalcanti, para que houvesse paz:

Agora, os mesmos factos se estão reproduzindo com uma identidade de circunstancias, verdadeiramente grave e indicadora da causa unica que os determina e continuará a determinar de futuro: - a situação creada pela questão de limites entre os dous Estados, porque ella torna incerta, hesitante, precária, a acção dos respectivos governos, especialmente em certos pontos do Contestado, onde, entretanto, devera ser prompta, energética e decisiva, de modo a manter intangível e eficaz o imperio da lei(Mensagem do Estado do Paraná, 1914, p. 7).

O primeiro conflito do Contestado ocorreu contra forças paranaenses que, de imediato, enviaram tropas e iniciaram a luta armada, sem ao menos tentar uma conciliação, tendo como resultado a morte das duas lideranças, o monge e o Coronel e capitão das forças paranaense. Santa Catarina, antes de um ataque armado, tentou, por intermédio de diferentes pessoas, inclusive até do Frei da região, evitar o combate por meio de negociação, mas nada fez com que os caboclos desistissem conforme demonstra as mensagens de Estado. O governador do Paraná usou a batalha no Irani para pressionar

as lideranças catarinenses, mostrando que o mesmo podia ocorrer com eles. Carlos Cavalcanti foi além, apontando que os limites não definidos na região do Contestado tornavam a ação dos dois estados precária, uma vez que a jurisdição não era efetiva. De fato, ambos os estados atuavam nessas regiões de fronteira de forma velada, sem muito comprometimento com as populações habitantes. Logo, o Estado reconhecia sua ausência, o que não era um problema para as populações locais.

O governador paranaense também reforçou no telegrama que se os ajuntamentos³ ilícitos se fixassem nas zonas de disputa, por mais que os estados se mobilizassem ou enviassem tropas federais, o efeito seria transitório e insuficiente, pois persistiriam as desconfianças e os velhos ódios entre os dois povos. Por essas razões, Carlos Cavalcanti era a favor do arbitramento e de um regime provisório de respeito e com base no *status quo*. Em seguida, ocorreu a resposta de Vidal Ramos, após cumprimentar o governador do Paraná, e elogiar suas palavras patrióticas, sem muitos rodeios iniciou discordando de Cavalcanti:

Permita, entretanto Exmo. Sr. Presidente, que eu manifeste o meu desacordo quanto á afirmação de que a causa única das lamentáveis ocorrências que pela segunda vez vêm perturbar a tranquilidade das populações dos nossos dois Estados seja a velha questão de limites. Em minha opinião esses tristes factos tem a sua origem na degradante e mesquinha condição a que o analfabetismo reduz os infelizes habitantes dos nossos sertões. Posso assegurar a V. Ex. que o povo catarinense sempre tão cioso dos seus tradicionais sentimentos de justiça, jamais poderia encontrar nos aludidos factos motivos de desconfianças e malquerença contra dignos irmãos do norte (Mensagem do Estado do Paraná, 1914, p. 8).

É importante ressaltar que na época os governadores também eram chamados de presidente, mas para não provocar confusões, esse texto optou pelo termo governador. Felipe Schmidt no documento citado acima traz como motivo da guerra o analfabetismo, ignorando todo o contexto político, econômico e social. E seguiu afirmando que era possível a união dos dois estados no combate ao conflito, a fim de poupar suas populações do que Vidal Ramos chama de “sobressaltos de ignorância de infelizes sertanejos alliciados e dirigidos por individuos mais ou menos desequilibrados” (Mensagem do Estado de Santa Catarina. 1914, p. 8). Cada estado usa a seu favor aquilo que lhe é de seu interesse para justificar as causas da guerra. Por fim, Schmidt aceitou combinar com o estado do Paraná um regime provisório de escrupuloso respeito ao *status quo*. Porém, no que se refere ao arbitramento houve negativa.

³ O termo ajuntamento ilícito se refere a formação de um grupo criminoso no termo jurídico, conforme conta nos processos-crimes dessa pesquisa.

No ano seguinte, essas relações começaram a ficar complexas e o *status quo*, tão defendido por ambos os estados, começou a sofrer mudanças. Na mensagem publicada em 1915, correspondente a 1914, Carlos Cavalcanti de Albuquerque foi substituído temporariamente por Affonso Camargo⁴, porém, o documento desse ano foi redigido de igual forma por Carlos Cavalcanti, assim como no relatório anterior, trazia muitos detalhes sobre a questão dos limites, e também abordava pouco sobre a guerra. A ênfase de Cavalcanti, nessa mensagem de modo especial, estava centrada na disputa que ocorreu com Santa Catarina pela região do Timbó. O documento possuía em anexo muitos telegramas e cartas, que envolviam o Presidente da República e o ministro das relações exteriores.

O estado de Santa Catarina passou a enviar correspondência diretamente ao presidente da República Wenceslau Braz relatando os problemas com seu vizinho Paraná. Carlos Cavalcanti relatou que recebeu críticas do novo presidente da República por conta de Santa Catarina. Lembrando que, nas mensagens de Santa Catarina, era visível a boa relação do Estado com o novo presidente. É interessante que o governador paranaense questionou essas relações, ao longo de suas mensagens, tanto que Cavalcanti redigiu uma fala áspera ao representante federal e estadual na abertura da mensagem de 1916. Mencionando, sem receios, que Wenceslau empossou em 1914, período em que o país estava em profunda crise, e que o presidente precisava da solidariedade dos estados para reerguer a pátria, e que deveria ter apoio desinteressado e leal de todos os bons republicanos.

A disputa por Timbó acirrou os ânimos entre os estados do Sul, pois o município possuía duas jurisdições, sendo a policial do Paraná, o qual colou na região um distrito judiciário. Santa Catarina reclamou imediatamente da atitude do governo paranaense ao Presidente da República, que em seguida questionou Carlos Cavalcanti sobre a ação paranaense, o governador do Paraná rebateu afirmando que legalmente isso era possível. Nesse momento, além da guerra do Contestado estar ocorrendo com força, o abalo no *status quo* dos estados levou forças federais para a região a fim de evitar um conflito armado entre os estados. O governo federal fez a tentativa de acalmar os ânimos, estabelecendo uma jurisdição provisória, mas Timbó foi neutralizada, e o Paraná ficou extremamente ofendido.

⁴ O motivo do afastamento se devia a problemas de saúde. Affonso Camargo mais tarde ocupará o cargo de governador de forma efetiva e terá alguns desafetos com Felipe Schmidt que também foi substituído nas eleições por Vidal Ramos. Dentro da guerra a presença de dois mandatos políticos em cada Estado.

Na mensagem de 1916, correspondente ao ano de 1915, ficou evidente que o *status quo* entre os estados não estava mais sendo respeitado. O presidente da república decidiu chamar os dois governadores ao Rio de Janeiro para resolver a questão dos limites. Foi visível que os estados não entraram em acordo, a ideia era estabelecer um *modus vivendi*, ou seja, uma solução temporária dentro dessa disputa judicial. Contudo, Santa Catarina não queria ceder, mesmo diante do esforço paranaense em se mostrar mais flexível. Paraná chegou ao ponto de abrir mão do arbitramento, depois de muito o reivindicar, essa decisão tem ligações com as entrevistas que afirmavam que a população da região de disputa permaneceria para Santa Catarina.

Essa decisão do Paraná fazia com que ambos os estados não intervissem, e que o processo seria feito por comissários do presidente que fariam as devidas garantias. Provavelmente para o Paraná abrir mão dessa condição significava que havia alguma vantagem a favor do Estado. Santa Catarina novamente veio a negar os novos termos para preservar seus interesses, os quais não estão definidos nesse relatório redigido pelo governador paranaense. Na sequência do relatório, apareceram os locais de disputa Timbó, Canoinhas, União da Victoria, Rio Negro, locais com posses legítimas pela constituição do Paraná, dos quais Carlos Cavalcanti não aceitava neutralização. Após alguns dias de conferências, ouvindo os dois estados, chegou-se a uma conclusão.

Primeiramente, próximo ao acordo ocorriam mudanças políticas. Vidal Ramos não estaria mais no poder de Santa Catarina, e sim, Felipe Schmidt, e Carlos Cavalcanti estava no fim do mandato passando o cargo a Affonso Camargo. Esse fato, pode ter influenciado na decisão de não ocorrer um acordo. Logo foi comunicado em telegrama pelo presidente da República que cada estado entraria com seu recurso e meios legais para resolver a situação. Mas, ambos sujeitaram-se a decisão do presidente se acaso os impasses chegassem ao limite da linha do *status quo*. Depois disso, o governador paranaense segue trazendo telegramas e relatos de problemas com Santa Catarina, os quais só se intensificaram.

No mesmo documento de 1915, o governador paranaense deixou a cargo do congresso do Paraná decidir se aceitam, ou não, o novo convênio. Se evitavam uma guerra ou entregavam o território, sem manchar a honra do estado. Após, o governador paranaense colocou em anexo o documento feito no Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1916, agora o estado do Paraná, representado por Affonso Alves de Camargo e Santa Catarina, pelo recém instalado, Schmidt assinam o acordo.

A cláusula nove da partilha do Contestado de acordo com Machado (2001) afirmava que o registro das terras deveria se dar em cartório paranaense, mesmo que destinado a Santa Catarina. O acordo foi uma vitória política dos catarinenses, mas foi uma vitória econômica para os paranaenses, isso solucionou o problema das elites locais. Santa Catarina ficou encarregada de nomear os funcionários, coletores de impostos, mas a titularidade era do Paraná, isso provou uma corrida entre 1916 e 1917 pelo registro das terras devolutas, o que aumentava a grilagem, afinal cada Estado trazia consigo muitos proprietários.

Na mensagem publicada em 1917, correspondente ao ano de 1916, das relações com a união e estados Affonso Camargo afirmou que estava tudo certo, tendo sido resolvida a questão dos limites, agradece ao presidente Wenceslau por suas ações medidoras. O novo governador do Paraná também reforçou que nada mais poderia ser feito dentro desse convênio pela parte de ambos os estados. Após essa decisão efetiva, a preocupação dos estados do Sul passou a ser a questão econômica que foi abalada pelos anos de guerra e a promoção da colonização de terras, a qual também sofreu interrupções no período da guerra.

Saul Estevam Fernandes (2017) trabalhou em sua tese de doutorado questões referentes aos limites interestaduais de 1889-1930. O pesquisador discutiu, em um de seus capítulos, a disputa judicial entre Paraná e Santa Catarina por terras Contestadas desde o império:

Contudo, nesse momento a execução da sentença tornou-se inviável por problemas que, embora tenham tido a colaboração das questões de limites, as transcenderam. Para Maurício Vinhas de Queiroz, o desejo dos dois estados de afirmarem seus direitos sobre o território contestado teria contribuído para que ambos desenvolvessem uma política de concessões de terras para particulares companhias estrangeiras. O que condicionou um conflito de interesses (FERNANDES, 2017, p. 45).

Por isso a necessidade de combater a guerra e os caboclos, pois eles ofereciam riscos ao Estado no que se refere à questão de limites e negócios com a empresa estrangeira. A *Brazil Railway*, recebeu uma concessão de terras em ambos os lados da ferrovia, a qual cortava justamente a região de conflito. A empresa estrangeira também conhecida como sindicato Farqhar possuía o direito de expulsão garantido em direito firmado em contratos e leis. Para Douglas Monteiro (1974) os velhos laços da mesma solidariedade formados entre patrões e agregados não poderia ser mantido dentro do novo sistema de dominação vigente que surgia:

Um *novo século* havia começado. Não no sentido místico e escatológico, como pensavam os fiéis da *Guerra Santa*, acalentando uma ilusão milenarista. O que havia começado, e muito concretamente, era a antinomia do sonho – o século do dinheiro, dos negócios e da violência crua. A caminho de sua realização plena, a ordem capitalista dava início à impiedosa desmistificação das relações de dominação que, desnudadas, mostravam sua verdadeira face (MONTEIRO, 1974, p. 31).

O acordo de 20 de outubro de 1916 entre os governos paranaense e catarinense só ocorreu porque favoreceu ambos os estados, depois de muita discordância, o presidente da república conseguiu e garantiu uma boa negociação. Foi possível observar em toda a documentação de governo que durante a guerra os Estados priorizavam seus interesses políticos e econômicos que estavam ligados a posse da terra. A guerra era uma ameaça a esses interesses. O processo de disputa pela terra intensificou no pós-guerra, em meio a esses jogos políticos estava toda a população cabocla, camponesa e rural, e todas essas movimentações foram alterando o curso social da vida desses sujeitos.

A religião foi o meio mais prático utilizado pelos caboclos para explicar as novas mudanças, as quais tinham consciência, adiante esses pontos serão explorados nessa pesquisa. O que mudou no sertão foi a entrada de um sistema econômico que tornou a terra um bem negociável a ponto de superar as próprias relações pessoais, e até as redes de compadrio como demonstra Monteiro (1974) em sua pesquisa. Os novos interesses da república levavam a ideias de modernização e políticas de incentivo à imigração e à colonização.

1.2 A ENTRADA DO CAPITAL ESTRANGEIRO

Será observado como as iniciativas públicas e privadas entram na área Contestada, modificando o território e inserido novas práticas de trabalho, e ocupação do solo. Políticas e projetos se desenvolvem a longo prazo. A expansão ferroviária no Brasil surgiu durante o governo imperial no fim do século XIX. Inclusive, o decreto de concessão das terras foi publicado em 1889, em 14 de novembro o contrato foi assinado às vésperas da queda da monarquia. O interesse do império estava em unificar a região Sul para precaver-se contra as regiões de fronteira, sendo o trem uma alternativa rápida caso houvesse um conflito. Destaca-se também nesse contrato o grande interesse na mão de obra imigrante:

A respeito da Colonização, o decreto estipulava que a companhia deveria localizar dez mil famílias num prazo máximo de quinze anos. Apenas 15% das famílias poderiam ser de nacionais, ou seja, havia uma intensão declarada de que a região cortada pela ferrovia fosse colonizada por imigrantes europeus em sua grande maioria (CARVALHO, 2019, p. 129).

Após a queda da monarquia, e com o advento da República, algumas modificações no contrato foram realizadas, como a extensão de terras de 30km passou a 15km. O que difere é que a responsabilidade passa a ser dos Estados em promover a colonização. Porém, a preferência por imigrantes permanece. A prioridade a colonos imigrantes vai ser efetivada pela empresa construtora da linha férrea, que além de lotear as terras, criou também políticas de acesso aos imigrantes como demonstra Delmir José Valentin (2009) em sua tese. A Companhia *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* fornecia sementes e utensílios agrários, bem como orientações técnicas de cultivo aos colonos imigrantes. Além disso, de acordo com Valentini a companhia se encarregou de criar um mercado para os produtos nas estações, isso explicaria a distância média entre as estações ao longo do trajeto no Vale do Rio do Peixe.

Valentini (2009) também destaca em sua tese outras empresas colonizadoras que adquiriram terras da companhia estrangeira, ainda dentro desse processo também haviam fazendeiros da região que possuíam títulos de propriedade. Segundo Valentini muitas dessas colonizadoras tem origem no Rio Grande do Sul, essas empresas vão influenciar na colonização da região. “Assim, essencialmente, imigrantes e descendentes, alemães e italianos, na sua maioria, e agricultores gaúchos, portanto provenientes das chamadas ‘velhas colônias’, irão colonizar o Meio-Oeste Catarinense” (SILVA, 1983, p.77-78) apud (VALENTINI, 2009, p. 124). É visível nesses processos de colonização o interesse de diferentes grupos nessa região.

Possivelmente a terra barata e o limite da imigração no Rio Grande do Sul em função de um processo anterior desde de 1824 levaram muitos gaúchos a avançar para o Oeste Catarinense. A presença de gaúchos na Região Contestada é observada na identificação de depoentes em processos-crime do conflito. Contudo, é importante destacar que esses processos de colonização não são rígidos, no sentido de que os acontecimentos são marcados com data fixa, pois os fluxos são constantes e foram ocorrendo à medida que a região foi sendo povoada e explorada economicamente primeiramente por tropeiros e ervateiros, após o ano de 1890 começam a adentrar na região imigrantes.

Importante destacar que no Rio Grande do Sul houve um projeto de proteção aos Nacionais e inserção destes grupos no território, assim como garantia de acesso à terra por meio de parcelamentos. A comissão de terras deste projeto fez fortes críticas a Santa Catarina via ofício, relatando a insatisfação pelo fato do Estado se preocupar mais com a

venda das terras do que com a própria população. Isso aponta indícios do porquê somente na região entre os Estados de Paraná e Santa Catarina houve um levante camponês, considerando que a linha férrea também passou pelos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Nas mensagens de Estado dos governadores do Paraná e Santa Catarina a menção de políticas de proteção a nacionais, mas nada tão efetivo como as políticas migratórias. Adiante será discutido o caso de José Niepce da Silva o secretário de Negócios, obras públicas e colonização do Paraná que sofreu demissão por ir em defesa dos nacionais que reclamavam desta distinção de acesso à terra entre imigrante e nacional. Contudo, neste momento é relevante compreender primeiramente o papel das empresas estrangeiras no Contestado e como essas empresas afetaram a vida e as redes de sociabilidade dos caboclos:

A construção dessa grande linha férrea alterou o modo de vida das populações residentes nas regiões por ela atravessadas, aumentando o valor econômico das terras agravando problemas sociais e influenciando diretamente na deflagração do movimento sertanejo do Contestado, entre os anos de 1912 a 1916, na região fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina (TOMPOROSKI, 2013, p. 30).

Conforme essas mudanças foram ocorrendo a população agiu e acionou seus próprios mecanismos de defesa, como visto anteriormente os sertanejos não contavam com o apoio do Estado. Mas, a preocupação não está na ação reacionária do movimento e sim nas dinâmicas que estruturam e organizam o grupo. Um dos principais elementos para a sobrevivência desses homens e mulheres era o território, principalmente a mata e áreas de terra devolutas, mesmo com todos os empecilhos os sertanejos conseguiam ocupar a terra, nem que isso exigisse deslocamentos, porém esse espaço começa a ser reduzido a partir das novas políticas territoriais de demarcação e limites e com a chegada das empresas estrangeiras intensificasse os processos de expulsão, os quais estavam assegurados por lei.

No relatório de exposição financeira e técnica da Estrada de ferro São Paulo-Rio Grande apresentada aos acionistas em maio de 1900 pelo presidente Antonio Roxo de Rodrigues é possível visualizar os dados lucrativos da empresa no Brasil, assim com o contrato com a consolidação das cláusulas que regem a concessão da estrada de ferro conforme os decretos de 1889 a 1900. Desse relatório foi feito um recorte que priorizou a observação das cláusulas contratuais que tratam especificamente dos desdobramentos territoriais, imigração e a exploração econômica das concessões, pois são esses pontos

que irão mudar a sociabilidade cabocla nos sertões do Contestado enquanto políticas que serão efetivadas pelos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Foi concedido à Sociedade Anônima Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, privilégio por 90 anos e garantia de 6% em ouro, ao ano, durante 30 anos para a construção e uso da linha férrea, que partiria de Itararé em São Paulo a terminar no rio Uruguai no Rio Grande do Sul. Com o passar do tempo algumas alterações serão feitas em termos de locais de construção, e prazos, mas destacam-se duas cláusulas que se manterão firmes em todo o processo de construção após acordadas pelo governo:

Além do privilégio e garantia o governo concede:

1.º Cessão gratuita de terrenos devolutos e nacionais, e bem assim dos compreendidos nas sesmarias e pösses, excepto as indemisações que forem de direito, em uma zona maxima de 15 kilometros para cada lado do eixo das linhas de que se tracta, comtanto que a área total de taes terrenos não exceda da que corresponder á média de 9 (nove) kilometros para cada lado da extensão total das referidas linhas. A Estrada de Ferro deverá utilizar esses terrenos dentro do prazo de 50 (cinquenta) annos á contar da data da concessão sob pena de perder o direito aos que não tiverem sido utilizados ao findar aquelle prazo

2.º Direito de desapropriar na fórmula do Dec n. 816, de 10 de julho de 1855, os terrenos de dominio particular, predios e benfeitorias que forem precisos para o leito da estrada, estações, armazens e outras dependencias especificadas nos estudos definitivos (Relatório da Estrada de Ferro, 1900, p. 37-38).

Como observado no documento acima a empresa possuía um longo prazo para exploração da área, o foco era ocupar as terras devolutas, as quais eram exploradas, loteadas e depois vendidas preferencialmente a imigrantes. Para efetivar essas concessões a empresa podia desapropriar pessoas em torno desse limite de 15 quilômetros. Essa cláusula aparece tanto no contrato federal, como nos estaduais. Na mensagem de 1912 do governador Vidal Ramos de Santa Catarina ao congresso está em anexo transcrito por Vidal algumas cláusulas dentre elas no §5º está permitindo quando necessário a desapropriação. Mas, esse processo não era tão simples, pois em alguns locais que linha férrea passava haviam pessoas com posses já registradas e legítimas. Há um caso de uma região que a linha não pode ocupar, porém foi realizado uma troca de áreas para que a construtora não perdesse terras.

No relatório publicado em 1910 correspondente ao ano de 1909 pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos secretário do Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização apresentado a Francisco Xavier da Silva governador do Estado do Paraná redige no subtítulo *Colonização da S. Paulo – Rio Grande* uma breve descrição sobre as terras de concessão da Companhia. E neste tópico informa que três áreas pequenas poderão ser encontradas, achando-se o restante do terreno sobre domínio

particular, com posses anteriores a data da concessão e legitimadas de acordo com a lei de terras do Estado. Nessa região a três áreas a primeira entre os rios Putinga e Riozinho do lado esquerdo da linha na Estação Rebouças, a segunda está localizada em Rio Claro estação Marechal Mallet e a terceira área com terrenos a esquerda do Iguaçu pertencentes a Teixeira Soares. A soma dessas três áreas não atingia a área compreendida entre a média de nove quilômetros para cada lado do eixo como solução o secretário propôs:

Para compensar, porém o governo do Estado concedeu terras devolutas, onde quer que ellas existam, no Estado, parecendo-me que tal compensação attingirá a uma área superior a noventa e cinco mil hectares, compreendidas as faltas ao lado esquerdo do Yguassú, onde também existem varias posses já legitimadas por particulares (Relatório do Estado do Paraná, 1910, p. 40).

Isso mostra que a construtora nunca saia perdendo, e se área fosse equivalente ao combinado em contrato, possivelmente a empresa daria continuidade a exploração independente de ter uma documentação ou não. Após descreve as novas áreas demarcadas para compensar as faltas, o secretário finaliza afirmando que a empresa tem respeitado todas as posses legais e até mesmo as ilegais, concedendo aos intrusos lotes iguais aos demais colonos. É importante destacar que a empresa não sedia os terrenos e sim efetuava a venda após a exploração da área. No contrato da companhia com Santa Catarina os lotes rurais com as benfeitorias podiam ser vendidos aos imigrantes mediante pagamento à vista ou a prazo.

Retornando as cláusulas contratuais do relatório do ano de 1900 a concessão não era algo livre, existiam regras que implicavam diretamente no interesse dos Estados. A cláusula XI da página 41 solicitava um “Relatório geral e memoria descriptiva, não somente dos terrenos atravessados pelo traçado da estrada, mas também da zona mais directamente interessada”. O Estado pedia que fosse informado a estatística da população e da produção, o tráfego na estrada, o estado e fertilidade dos terrenos, sua aptidão para diversas culturas, e dos terrenos devolutos, as possibilidades para núcleos coloniais, caminhos convergentes ou o que é necessário construir. Percebe-se nesse ponto da documentação um trabalho conjunto entre construtora e Estado, afinal tudo implicava em um bom negócio.

Dentro das possibilidades contratuais o Estado procurava participar do processo de colonização e exploração da empresa, assim como, evitar que a empresa atrapalhasse outros negócios do Estado, como impedir a navegação de rios que tem a capacidade de navegação para a construção de pontes. O governo exigia o emprego de materiais de qualidade e também obrigava a empresa a transportar gratuitamente os imigrantes:

XXV

A Estrada de ferro obriga-se á transportar gratuitamente:

1.º Os colonos e imigrantes, suas bagagens, ferramentas, utensílios e instrumentos aratorios.

2.º As sementes e as plantas enviadas pelo Governo, ou pelos presidentes dos Estados, para serem gratuitamente distribuídos pelos lavradores (Relatório do Estado do Paraná, 1910, p. 40).

O governo também solicitava o transporte de pessoas, como autoridades, escoltas policiais, tesouro Federal e Estadual, munição de guerra, entre outras coisas. No programa inicial de Farquhar não estava incluso esse transporte gratuito, mas era de interesse do americano promover a imigração em larga escala. As informações sobre o programa Farquhar foram redigidas por Charles A Gauld que fez um resumo do Programa de Percival Farquhar ao organizar a *Brazil Railway Company*, esse documento possui data para o ano de 1942 localizado no Rio de Janeiro. Interessante que muitas das informações que nele constam procedem com os contratos firmados, poucas coisas mudam dentro dos acordos.

Na cláusula segunda do programa de Percival consta a colonização em torno das redes, criando nelas indústrias produtivas voltadas para grandes serrarias, matadouros, *parking houses*, havia interesse da empresa em até melhorar o rebanho bovino. Esses negócios eram interessantes para empresa, pois poderiam fazer o transporte das mercadorias pela própria linha férrea. Era também do interesse da empresa promover nos dois lados da linha a colonização imigrante.

Está descrito nas páginas 11 e 12 do programa de Percival Farquhar os planos da *Southern Brazil Colonization Company* para imigração. Primeiramente a companhia estabeleceu com imigrantes poloneses diversas colônias as margens da ferrovia, entre União da Vitória e Marcelino Ramos. Para essa função foi designado o experiente Sir. William Van Horne, o qual obteve sucesso como chefe de colonização em outro empreendimento, sendo assim:

A Brazil Railway co. planejou a imigração em larga escala, visando especialmente os elementos italianos. Havia já centenas de milhares de pessoas dessa procedência trabalhando nas fazendas de café, nas indústrias manufatureiras e no comércio de S. Paulo. Era conhecido o anseio desses imigrantes por se tornarem proprietários das suas terras, circunstâncias que, do ponto de vista do interesse público, os tornava grandemente interessantes (GAULD, 1942, p. 11).

A empresa era articulada e todo seu funcionamento girava ao redor de experiências e pessoas que deram certo e representavam um sucesso. A afirmação de Monteiro (1974) “O século dos negócios” se reafirma, realmente a empresa representava

para a região do Contestado e para os Estados uma grande oportunidade que estava acima das próprias relações sociais. De fato havia interesse na mão de obra italiana, pois no resumo do programa consta que governo Italiano foi consultado por intermédio da Banca *Comerciale de Milão*, e nesta conversa ficou certo o envio para o Brasil do agrônomo Prof. Nicolli a fim de analisar as terras a serem colonizadas, e redigir um relatório sobre o clima, possíveis produtos a serem cultivados entre outros pontos.

O agrônomo esteve no Brasil e examinou terras em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e teceu uma série de considerações quem eram contrárias a colonização em larga escala por meio de pequenas glebas, dos principais pontos destacam-se falta de minérios, produtividade por curto tempo, o que levaria no abandono da propriedade posteriormente. Deste modo, o técnico sugeriu a empresa o uso de fertilizantes na terra e estabelecimento de grandes fazendas, em vez de pequenos lotes. Contudo, como já mencionado anteriormente nem todos os pontos do programa se efetivam integralmente, quando comparado as ideias do programa com outros documentos, nota-se que toda negociação está passível de mudanças conforme os interesses.

A título de exemplo, a própria imigração italiana, a qual como visto acima foi incentivada pela empresa, mas não efetivou concretamente enquanto política, pois as estatísticas oficiais de imigrantes apontadas nas mensagens ou relatórios dos Estados do Paraná ou Santa Catarina demonstram a chegada de poucos imigrantes italianos nos portos em relação a alemães, russos, poloneses, ou ucranianos, que configuram a maioria étnica. O Estado Italiano proibiu em 1902 por meio do *Decreto Prinetti* a imigração subvencionada para o Brasil, mas a lei não impedia a imigração espontânea, o italiano que decidisse emigrar deveria pagar por suas passagens e custos da viagem. O decreto surge justamente a partir das situações precárias vividas pelos imigrantes nas fazendas cafeiras em São Paulo, a qual era considerada um sucesso no resumo de Farquhar.

Diante desse novo sistema proposto pela empresa, o técnico provavelmente não se sentiu seguro no envio de novas levadas de imigrantes para trabalho no espaço rural, por isso sugeriu a ocupação da área com grandes fazendas. Por conta do relatório do agrônomo Nicolli a Companhia decidiu seguir as primazias dos Estados, os quais deixavam claro a preferência por imigrantes do leste europeu. Entretanto, independente da questão étnica ou das condições do solo a companhia promoveu ampla colonização das terras o documento mostra, que não há neste programa a menção de colonização com mão de obra nacional.

De modo geral a companhia estava mais preocupada com a continuidade dos negócios. Charles A Gauld conta que a companhia adquiriu uma área de 220.000 hectares de terras nas proximidades de Três Barras essa região ficava na linha do Rio Iguazu, entre União da Victória e Porto S. Francisco. Na época a área pertencia ao Estado do Paraná, mas era contestada judicialmente por Santa Catarina, após o acordo de 1916 essas terras passaram a pertencer aos catarinenses. Novamente as relações internas não impediram que a empresa norte americana se instala-se na região.

Além da linha férrea foram construídas na região várias serrarias, sendo as maiores de Calmon e Três Barras que na época eram consideradas as maiores da América Latina, pois eram extremamente mecanizadas e possuíam seus próprios ramais ferroviários. De acordo com Tarcísio Carvalho as empresas contavam com “cerca de oitocentos trabalhadores, sendo quatrocentos permanentes, na sua maioria imigrantes europeus” (2008, p. 53). Esses imigrantes são identificados nas folhas de pagamento da Lumber. “Apenas 20% dos empregados tinham nomes luso-brasileiros, enquanto 50% possuíam origem Polonesa ou Ucraniana e 30% Alemã”. Esses dados permitem observar a preferência das empresas pela mão de obra imigrante.

A empresa possuía uma estrutura tão ampla que possuía sua própria segurança interna armada, a madeira “possuía um corpo de segurança de mais de 300 guardas, o que representava, na época, um efetivo superior ao do Regimento de Segurança de Santa Catarina que possuía, em 1910, 280 homens” (MACHADO, 2004, p. 152). A empresa contava com um efetivo armado justamente porque tinha muitos problemas com as populações locais e porque havia necessidade de proteger sua lucrativa propriedade:

A ofensiva rebelde, nos meses de julho, agosto e setembro de 1914, colecionava um grande conjunto de vitórias. As vilas de Campos Novos e Canoinhas ficaram entrincheiradas resistindo ao fogo constante de rebeldes. As localidades de Itaiópolis, Papanduva, Salseiro e Colônia Vieira caíra nas mãos dos pelados.

Várias estações da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande foram atacadas e queimadas pelos sertanejos. A serraria da *Lumber Colonization*, em Calmon, foi incendiada e a maior serraria, de três barras, sofreu algumas investidas próximas, mas resistiu pelo reforço da guarda privada da companhia com a participação do Regime de Segurança do Paraná e grande número de vaqueanos civis, que se entrincheiraram em dormentes empilhados de Estrada de Ferro (MACHADO, 2017, p. 31).

Esses ataques à empresa deveu-se a forma como ela atuava na região, os processos de expulsão ocorriam por meio de efetivo armado quando os caboclos negavam-se a sair das terras concedidas a Companhia.



Imagem 2- Piquete de vaqueados da Lumber em Três Barras.

A imagem acima frequentemente é confundida com os caboclos da guerra, mas são homens que trabalhavam na segurança da *Lumber*. A empresa não foi responsável somente pela desapropriação de inúmeras famílias, mas também pela destruição das matas nativas, das quais os caboclos sobreviviam. Segundo Tomporoski (2013) as enormes toras eram arrastadas até as margens dos ramais ferroviários e, nesse processo, destruíam toda a vegetação do percurso. Isso incluía árvores menores e, principalmente, a erva mate nativa que fazia parte da extração de sobrevivência da população pobre da região.

Essa entrada do capital estrangeiro vai modificando gradualmente a vida dessas populações rurais. Todo o antigo caminho das tropas foi extinto, pois a linha férrea passou a fazer o transporte dos animais. A maioria das cidades do Contestado, seus comércios, suas vilas, foram fundados a partir do caminho das tropas. Com a chegada da ferrovia e das madeireiras todo um sistema e formas de organização acabaram e foram desaparecendo. Os caboclos foram se adaptando aos novos modos de vida e de trabalho, mas os espaços de atuação não comportavam toda a população expropriada.

O conhecimento dos tropeiros sobre os diferentes caminhos, bem como suas redes de contato foram usados como estratégia de guerra, pois os caboclos também contaram com a participação dentro do movimento de lideranças tropeiras que ajudavam no deslocamento das pessoas durante os ataques entre um reduto e outro, e a própria construção dos redutos foi uma estratégia de ocupação do território em ampla escala e de difícil acesso para prejudicar as tropas militares. Percebe-se que a empresa vai

interferindo na vida de diferentes grupos, dos madeireiros, ervateiros, tropeiros, esses grupos ao integrar o movimento vão direcionar ataques a quem os prejudicou.

Os ataques às empresas estrangeiras são mencionadas na mensagem do estado do Paraná pelo governador Carlos Cavalcanti ao Congresso legislativo, o documento foi publicado no ano de 1915, mas as informações equivalem a 1914. No subtítulo *Ordem Pública*, Cavalcanti relatou a invasão rebelde em 27 de agosto às vilas Papanduva e Itayópolis, segundo o governador, cometeram na região roubos e assassinatos. Logo depois, o grupo foi para a cidade do Rio Negro e o governo, diante da população alarmada, enviou rapidamente um contingente policial, também chegou a notícia de que o “bando”, como colocado nas palavras do governador, chegaram à União da Vitória e São João de Cima.

Todas as localidades receberam força policial do Estado, no entanto, o governador paranaense não achando suficiente pediu intervenção federal, solicitando tropas do exército na região. Essas áreas eram fortes polos econômicos do Estado, formados por imigrantes, estavam próximas das instalações da *Lumber* que também foi atacada:

[...] a 5 de Setembro eram incendiados os depositos de madeiras e demais casas da Companhia Lumber e a estação Calmon da estrada de ferro S. Paulo-Rio Grande, sendo assassinadas barbaramente muitas pessoas; e no dia seguinte, aumentado o numero de bandidos a mais de 400 homens, foi atacado o povoado de S. João dos Pobres, incendiados o cartório do escrivão districtal, a respectiva estação da estrada de ferro e diversas casas particulares, sendo commettidos novos e números homicidios (Mensagem do Estado do Paraná, 1915, p. 18)

Na sequência do documento, Cavalcanti lamentou a morte do Capitão Mattos Costa que seguia com seu batalhão para União da Vitória, em socorro da cidade, mas sofreu um ataque coordenado dos caboclos, tendo sido derrotado. As tropas federais foram enviadas para conter o grupo, porém, ao chegaram no local não encontraram os rebeldes, que haviam fugido para a mata das serrarias, os caboclos iram replicar a violência sofrida nos campos de batalha em seus ataques, nesse momento a guerra passava pelos picos mais altos de sofrimento. O governador do Paraná informou ao congresso que poucos dias após aos fatos ocorridos, o grupo atacou novamente, desta vez os alvos foram os postos fiscais do Estado, em Rio Preto, São Matheus e Timbó, nesse confronto o Coronel paranaense Arthur de Paula foi assassinado e suas propriedades foram incendiadas.

No início dessa pesquisa foi possível perceber a visão oficial de cada Estado sob as causas da guerra ou, provavelmente, aquela que os governadores queriam passar ao

congresso legislativo, órgão muito importante para o poder executivo. Como alerta Carlos Bacellar (2008, p. 63) “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu”. O Paraná atrelava a guerra à questão de limites não resolvida, já Santa Catarina ao analfabetismo e à ignorância da população. No entanto, ambos, em linhas gerais, concordavam que os sertanejos eram ignorantes e “fanáticos”, conforme consta nos documentos, e que isso era usado por bandidos para colocar a população contra as autoridades estaduais.

Porém, ao observar o contexto em torno da guerra e os ataques acima descritos, é possível visualizar as fragilidades existentes nas relações dos sertanejos com as autoridades políticas estaduais e locais. Os alvos de ataques dos rebeldes estavam muito claros, a começar pelas próprias companhias, *Railway* e *Lumber*, e, indo além, em ataque ao cartório e postos fiscais do Estado, bem como, a pessoas com autoridade e poder, isso inclui o Coronel paranaense, assim, como ocorreu em Curitiba em Santa Catarina durante o ataque coordenado a vila, e seus órgãos públicos e particulares. Essas ofensivas caboclas aos estabelecimentos são muito significativas, a escolha de Carlos Cavalcanti ao redigir esses dados foi muito feliz para essa pesquisa, pois, os alvos de ataques concentravam tudo aquilo que negligenciava os direitos dessas populações e que alteraram suas formas de vida e práticas de organização.

Agora é importante perguntar, atacar um cartório, é uma escolha ignorante por parte desses caboclos? O que está em jogo não é capacidade intelectual dos indivíduos, isso não compete aos representantes públicos medir e, muito menos, a essa pesquisa. O foco da observação deve estar centrado na escolha desses grupos, afinal, o cartório armazenava toda a documentação que legitimava e comprovava posses legais sobre as terras. Existia uma oposição ao mandonismo local dos coronéis, às políticas de concessão de terras à *Railway* e *Lumber*. Esses ataques coordenados foram efetuados em ambos os estados, por essa razão, não há como pensar o movimento apenas como religioso, há outras dinâmicas que somam, como o caráter social, econômico e político que envolvia os sertanejos na luta pela propriedade.

1.3 COLONIZAÇÃO E POLÍTICAS TERRITORIAIS

Passa-se a observar como o imigrante foi valorizado dentro das políticas de colonização territorial, e como isso foi uma escolha, da qual a população nacional não foi inserida devidamente. Esse caráter negativo carregado de estereótipos, ligados à barbárie,

ao fanatismo religioso, ao banditismo, à ignorância e ao atrasado foram usados tanto na deslegitimação do movimento quanto na construção da memória desses caboclos após o fim do conflito. O imigrante, ao contrário, era valorizado, como é possível observar no relatório de Ernesto Luiz de Oliveira secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Indústria ao governador do Estado do Paraná sobre a administração de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, o documento correspondente a informações de 1912, mas foi publicado em 1913. No subtítulo *Povoamento do Solo*, página 12, o relator iniciou falando da lei nº 1093 do congresso legislativo a sua secretaria, que garantia a hospedaria e recepção de imigrantes em Paranaguá em prédio particular.

Os imigrantes receberam inúmeros benefícios, conforme acordo estabelecido entre governo federal e estadual, mantém-se o valor de mil réis por imigrante sem distinção de idade, mais o fornecimento de alimentos, dieta, e recepção dos dessa população e de suas bagagens. Os estrangeiros possuíam políticas a seu favor, bem como toda uma estrutura organizada pelas instâncias federal e estadual, pois a colonização era articulada por toda a rede política. A promoção da imigração era um negócio do Estado, que se estendeu até o setor privado, como visto anteriormente no caso das empresas *Railway* e *Lumber*. É relevante lembrar que toda essa estrutura era cobrada dos imigrantes posteriormente, por meio de impostos e serviços.

No ano de 1912 chegaram ao porto de Paranaguá um total de 3.920 imigrantes. Desse total o secretário de Estado Ernesto desmembra o grupo em categorias que passo a expor para que seja possível observar as dinâmicas dos fluxos migratórios. Conforme o relatório chegaram 745 famílias, avulsos 182 pessoas, ou seja, sem famílias, espontâneos 373 que seriam pessoas que migraram sozinhas sem ajuda de companhias, subsidiados com auxílio 3.547, maiores de 12 anos 2.350, menores de 11 anos 1.238, menores de 2 anos 332, casados 1.336, solteiros 2.428, viúvos 56, masculinos 2.091, femininos 1.828. Observa-se com esses dados que predominava uma imigração familiar, enquanto isso inúmeras famílias caboclas se deslocavam constantemente de uma região para a outra por não possuir posses fixas. Em 1912 acontece a primeira batalha no Irani com um grupo de camponeses expropriados.

As atribuições de nacionalidade usadas pelo relator são interessantes, uma vez que podem confirmar os interesses do Estado em promover a colonização com mão de obra de imigrantes do leste-europeu. Outro ponto que merece destaque nessa estatística é o número surpreendente de crianças menores, de 12 e 2 anos de idade. A imigração no

Paraná, assim como em Santa Catarina, priorizou o trabalho na agricultura e o cultivo das terras devolutas. Sobre esse processo o secretário afirmou que:

O povoamento do solo paranaense pela colonização, que tão importante papel vem representando na nossa vida agrícola industrial desde de 1827 quando os primeiros imigrantes foram localizados em nossa terra, como energias productoras, foi progressivamente desenvolvendo até que hoje, numa grande corrente, eles vão entrando no Estado em direção aos núcleos fundados pelo Governo Federal, no interior, cujo grão de prosperidade é o mais lisonjeiro possível. Tivéssemos melhor desenvolvida a nossa rede viária, houvesse franca comunicação entre os núcleos coloniais e os centros consumidores e por certo a maior grão de desenvolvimento teriam já atingido aqueles núcleos, cuja produção em escala relativamente grande, atesta sua progressiva prosperidade, cuja prosperidade será forte contribuinte da vida econômica do Estado (Relatório do Estado do Paraná, 1913, p. 12)

Esse discurso representa bem o caráter positivista, associado ao progresso econômico. Na sequência, o relator seguiu expondo a imigração como uma necessidade vital em um país como o Brasil, em função da sua vasta extensão territorial, defendendo a necessidade de atrair os imigrantes para o povoamento do solo. Citando os decretos federais nº 6455 e nº 218 de junho de 1907 que defendia uma política migratória que tinha por objetivo despertar o interesse do imigrante, que viria a se tornar proprietário dessa terra mediante seu trabalho. O relator colocou que dentre os estados da Federação, o que melhor empreendeu um sistema para fixar o imigrante foi o Paraná. Contudo, essa visão apaixonada da imigração não era predominante, pois os documentos também abordaram muitos conflitos nas colônias:

É sabido que ultimamente a corrente imigratória, por não obedecer a um critério seguro de escolha de imigrantes, particularmente agricultores, que é do que se carece, única e exclusivamente para a lavouragem do solo, tem acarretado os mais graves inconvenientes, desprestigiando por todos os modos a propaganda imigrantista.

O único núcleo novo, cuja instalação o Estado tomou aos ombros, a colônia Affoso Penna, foi, a princípio, um exemplo do quanto pôde o elemento amorfo dos irrequietos, confirmando o que acima fica dito pela má escolha que preside no estrangeiro às levas de imigrantes, sem a mais rudimentar noção de trabalho agrícola (Relatório do Estado do Paraná, 1910, p. 20).

Esse relatório foi apresentado pelo Secretário de negócios de obras públicas e colonização, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, ao exmo. sr. dr. Francisco Xavier da Silva governador do Estado do Paraná em 1910, mas as informações correspondiam ao ano de 1909, um ano após o início da construção da linha férrea. O foco da imigração paranaense era voltado totalmente para a agricultura e cultivo do solo, curioso que o relator criticou a escolha dos imigrantes, pois muitos não tinham noção de como trabalhar na terra. Provavelmente, eram imigrantes de áreas urbanas que estavam chegando. O

resultado era insatisfação em ambos os lados, a ponto de causar preocupação, afinal essas escolhas “erradas”, além de gerar incômodos, causava o desprestígio quanto a propagando, pois, esses fracassos poderiam levar os imigrantes a mudar de percurso, o que era muito comum.

Ainda na página 16 de seu relatório falou sobre a colônia Affonso Penna que foi criada para ser um modelo. Porém, o relator descreve muitos problemas internos com os imigrantes, que não cultivavam a terra. Para o secretário, eram ingratos, já que um grupo de agitadores protestou contra o governador e o secretário, e ameaçaram sitiar o Palácio do Governo, a secretaria de Obras Públicas e os respectivos consulados. O secretário não conseguiu impedir o movimento, alguns membros foram até a cidade. Esses que foram até a secretária fazer motins e reclamar de prazos, os quais ele não especifica, mas possivelmente havia relação com os impostos. Contudo, o governo não atendeu as solicitações e o grupo retornou, após isso, a colônia foi sendo abandonada e depois teve que ser preenchida novamente.

No ano de 1912 foram feitas algumas mudanças nas secretarias que cuidavam da colonização no Estado do Paraná. Essas informações foram trazidas pelo engenheiro civil José Niepce da Silva, secretário dos negócios de obras públicas e colonização. Sendo assim, fazia parte do estado a *Inspetoria de Povoamento e Solo* que pertencia ao Ministério da Agricultura, cujo serviço implicava na fundação de núcleos e localização de imigrantes estrangeiros.

Houve uma reorganização de funções, a secretaria de Niepce ficou com a simples recepção dos imigrantes em Paranaguá, possivelmente o secretário ficou descontente, pois antes lhe competia um trabalho importante de distribuição desses imigrantes. Os serviços de povoamento e solo ficou para a secretária de agricultura, comércio e indústrias. Ainda continuou a cargo da secretaria de Niepce a administração de todos os negócios referentes as colônias emancipadas. O objetivo consistia em melhorar o sistema que já apresentava falhas, mas também efetivar a colonização agrícola do Estado.

Apesar de todos os esforços das políticas de colonização, foram inúmeros os problemas com os imigrantes e colônias, o estado teve dificuldades na cobrança de impostos e com os títulos de posses, uma vez que muitos núcleos coloniais eram afastados, o que gerava problemas com o transporte. Havia famílias que ficavam dependentes do Estado na falta de serviços nos núcleos durante os seis primeiros meses a contar da instalação, como relatou o secretário Claudino no seu documento de 1910. O

relator também apontou para os elevados gastos com a chegada dos imigrantes nos portos, desde sua recepção na hospedaria, atendimento médico, farmacêutico e deslocamento.

Sobre as estatísticas dos Estados variam anualmente, entretanto, no período em que a guerra do Contestado estava intensa esses números diminuiriam significativamente. Na mensagem de Estado publicado em 1915 por João Guimarães Pinho, substituto temporário do governador Schmidt de Santa Catarina, relatava que houve uma baixa na chegada de imigrantes em 1914, em comparação aos anos anteriores, e sua justificativa para tal queda foi a guerra na Europa.

É provável que a instabilidade da guerra no Contestado tenha influenciado na diminuição desses fluxos migratórios. Essa possibilidade deve ser problematizada, considerando que os imigrantes sempre buscavam o melhor dentro de suas possibilidades, a própria escolha de mudar de uma colônia a outra indicava uma autonomia e uma estratégia. No relatório enviado em 1911 ao congresso representativo, o governador de Santa Catarina, Vidal Ramos, informou que os fluxos na colônia Hansa em 1910 foram ainda menores que no ano anterior, essa diminuição devia-se a preferência dos imigrantes por colônias federais, onde encontravam mais vantagens. O que denota a possibilidade de os imigrantes possuírem redes para consultar essas informações.

O jornal étnico alemão de Blumenau *Zeitung* comentava em suas páginas todos os fatos ocorridos na guerra, também sabiam dos ataques dos caboclos às colônias imigrantes na região Contestada, isso alarmou os imigrantes que viviam em Blumenau e no vale de Itajaí e, vendo o movimento subir sentido litoral, os representantes pediram ajuda do Estado. O governador Catarinense não hesitou em enviar para região policiamento, pois a próspera colônia do Rio das Antas foi atacada e incendiada, o que gerou medo que ocorresse nas outras colônias. Sendo assim, também é provável que esses imigrantes já instalados se comunicassem via correspondência com os que pretendiam imigrar, afinal, a ação de imigrar é sempre um projeto que exige um planejamento.

De modo geral, todos os documentos produzidos pelos estados nos quesitos colonização evidenciavam o apoio de secretários e governantes à mão de obra imigrante. Não era só de interesses das políticas a questão étnica, mas também na produção que esses imigrantes empregariam na economia. Mesmo com dificuldades nos processos, é relevante perceber que havia políticas que facilitavam o acesso à terra. Uma vez que, existiam recursos financeiros, tanto federais como estaduais e particulares, nesses projetos de colonização. Como visto acima, no relatório de 1912 da chegada de imigrantes a Paranaguá, de um total de 3.920 imigrantes, 3.547 eram subsidiados, mesmo que

houvesse cobrança dos custos dessa instalação, ainda assim, existiam mecanismo que facilitavam a instalação dos recém chegados.

Os estudos migratórios demonstram que esse processo não é uniforme, pensando a questão de uma imigração totalmente bem sucedida. Como vimos, muitos imigrantes não foram empregados diretamente como proprietários, e sim, como mão de obra empregada nas lavouras, nas serrarias e até na própria construção da linha férrea, como aponta a tese de Márcia Janete Espig (2008). De acordo com a historiadora, esses imigrantes eram trazidos pela companhia e outros abandonavam temporariamente as colônias do Sul, principalmente do Paraná, para trabalhar provisoriamente na construção. O relatório redigido pelo secretário Claudino do estado do Paraná em 1912, sobre os ocorridos em 1911, registrou a saída de imigrantes para trabalhar na Lumber em três Barras:

Completamente reorganizada, conforme informei em relatório de 1908, apesar dos esforços empregados para impulsionala tem estado estacionaria, notando-se, felizmente agora, certa animação em virtude das grandes instalações realizadas pela companhia *Lumber*, em Três Barras, nas proximidades do núcleo, aproveitados não só o braço do colono, como o produto de suas culturas.

Para provocar a animação da colônia ordenei a reconstrucção da estrada que liga o núcleo a cidade da Lapa, serviço esse, infelizmente, ainda não concluído, principalmente por terem os colonos nelle empregados preferido trabalhar em Tres Barras, onde mais remunerados, recebem o salario em moeda, ao passo que, empregados na reconstrcção da estrada, o pagamento é creditado em conta dos débitos dos lotes que ocupam (Relatório do Estado do Paraná, 1911, p. 13)

A opção de trabalho na *Lumber* tornou-se interessante aos colonos imigrantes pela renda extra que esse trabalho representava, pois todo o trabalho desenvolvido nas colônias estaduais era abatido nas dívidas cobradas pelo estado, inclusive a própria terra. Novamente o documento acima aponta para mais um oportunidade e estratégia dos imigrantes que os favorecia nos processos de legitimação das posses compradas. Era também uma prática comum de alguns imigrantes mudar de uma colônia para outra, essa questão é apontada pelo secretário Claudino no relatório. Os colonos negligentes, segundo Claudino, procuravam viver sem muitos esforços às custas do governo, em busca de auxílios. Mudavam de coloniais estaduais para federais e até de estado. O secretário tentou repovoar lotes abandonados na colônia Marques com colonos vindos de Santa Catarina. O que demonstra a complexidade por trás dos processos de colonização e da organização desses povoamentos, além disso, nota-se um foco do Estado nos problemas relacionados aos imigrantes tanto dentro das colônias, como fora delas.

Houve também participação de imigrantes na guerra, segundo Machado (2004), em uma primeira leva demográfica, os imigrantes adotaram o modo de vida da população nacional, acaboclando-se. O conhecido Alemãozinho (Henrique Wolland) entregou-se à tropa do Tenente Castelo Branco, esse homem é um dos muitos desertores do movimento, que passou a trabalhar com o exército em troca de benefícios. Essa proposta era feita pelos militares para incentivar a rendição dos integrantes do grupo.



Imagem 3 – Rendição de Alemãozinho (Henrique Wolland) ao tenente Castelo Branco em 1915.

Segundo Machado (2004) Henrique Wolland (Alemãozinho) fazia parte dos comandantes caboclos. Possivelmente, o jovem fazia parte dessa primeira leva de imigrantes que integrava a população. O que difere a primeira da segunda leva migratória, é a estrutura mais ampla de recepção e o fato de os estrangeiros terem sido destinados às colônias. Durante a guerra foi encontrado um bilhete na roupa de um caboclo morto após um conflito armado, que dizia “nois não tem direito as terras, tudo é para as gente da Oropa” (TOMPOROSKI, 2012, p. 36). Esse bilhete representava a insatisfação dos caboclos frente a todo o contexto de exclusão ética que viviam, com a valorização do imigrante e o esquecimento da população nacional. Lembrando que os novos imigrantes não terão contato direto com a guerra.

Para Tomporoski a população local reivindicou seus direitos e lutava contra os estrangeiros, o capital e as autoridades constituídas. Essa percepção ficou clara no relatório do ano de 1914, visto anteriormente, onde Carlos Cavalcanti relatou ataques à Lumber, a estações, ao cartório e às próprias colônias de imigrantes. Assim, “a profunda racionalidade do movimento, que não representou uma odisseia de ‘fanático’ ou ‘jagunços’, e sim a luta de pessoas pobres por aquilo que consideravam justo e seu direito”

(TOMPOROSKI, 2012, p. 36). Essas áreas, alvo de ataques, eram terras devolutas que, antes da chegada das empresas e imigrantes, eram ocupadas pelos sertanejos, que agora faziam ataques com intuito de retomar suas antigas propriedades.

Se faz necessário problematizar, diante desse cenário, o funcionamento das políticas aos nacionais. Não há como o estado negar que desconhecia a insatisfação dos sertanejos em relação as políticas territoriais. Contudo, também não é possível negar a existência de um grande silenciamento, por parte dos governantes, nas fontes oficiais em relação a esse assunto, uma vez que comentavam brevemente sobre as políticas para os nacionais. As mensagens dos governadores eram uma ligação direta com o Congresso Legislativo Estadual, que tinha por função principal a criação de leis para atender as emergências do Estado.

O engenheiro civil José Niepce da Silva, secretário dos negócios de obras públicas e colonização do Estado do Paraná dentro do período da guerra, foi o único a solicitar ao governo colônias para nacionais. O engenheiro esteve à frente da secretaria durante o comando de Carlos Cavalcanti. Seu relatório enviado em 1913 relatava ao governador dez meses de administração, na abertura do documento afirmou que realizou um trabalho público de incontestável valor com meios escassos, permitidos pela receita do Paraná. Contudo, seu trabalho encerrou-se em julho de 1913, quando pediu demissão por não concordar com o sistema de bendengós.

Conforme visto anteriormente, com o advento das Repúblicas, as terras devolutas do império passaram a ser gestadas pelos estados. Essas grandes extensões de terra eram de interesse de muitos, não apenas das companhias estrangeiras, como também dos fazendeiros e coronéis. Segundo Queiroz (1977), todos os que possuíam uma boa relação política, seja coronel ou fazendeiro, usavam de suas influências para conseguir com os governos estaduais áreas de terra a baixo custo. Depois que conseguiam expulsar os posseiros, passavam adiante ou aguardavam momento oportuno para a venda. Nessa época, as terras baratas adquiridas por meio dessa prática denominavam-se Bendengós. Niepce foi um grande crítico de sua época:

Era este um homem de origem humilde. Dos dez aos treze anos exercera o ofício de tipógrafo, ajudando seu pai, que era professor, a editar o jornal *Pátria Livre*, de Paranaguá, órgão de propaganda republicana. Formara-se depois em engenharia. Antigo comissário de terras, havia sido convidado a ocupar a pasta pelo governo Carlos Cavalcanti. Numa série de artigos que sob o título “desmascarando hipócritas” publicou a partir de 11 de fevereiro 1914 em *A Tribuna*, explicou os motivos de sua demissão, citando vários casos concretos nos quais, a despeito de seu parecer contrário, se consumavam vultuosos negócios de terras em detrimento do interesse público. Lembrava ele, por exemplo, que quase diariamente comparecia à secretaria para defender os

interesses da *Lumber* e dos *Coronéis* o Dr. Affonso de Camargo, vice-presidente do Estado (QUEIROZ, 1977, p. 75).

Não há dúvidas de que essa prática ocorria, os chefes locais, os coronéis influenciavam totalmente as políticas estaduais, essa era lógica do sistema coronelista daquela época, o mesmo ocorria em Santa Catarina. O governador Vidal Ramos, natural de Lages, possuía vínculos de Compadrio com o Coronel Albuquerque de Curitiba, o qual deu início as primeiras movimentações da guerra ao solicitar envio de tropas durante um ajuntamento de caboclos em Taquaruçu. As políticas coronelistas sempre organizaram a seu modo a vida nos sertões, mesmo com novas leis, a proteção aos interesses particulares das elites sempre permaneceu. Após a demissão de Niepce, Affonso Camargo na eleição seguinte elegeu-se governador do estado. De acordo com Queiroz, o engenheiro tornou-se diretor da colônia Apucarana, um local remoto do interior, provavelmente, o objetivo era manter Niepce o mais distante possível.

Em seu relatório apresentado em 1913, correspondente ao seu trabalho realizado em 1912, José Niepce já demonstrava uma postura mais crítica em alguns pontos. Mencionava que vinha tomando várias medidas no serviço de proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais, porém, não havia nada definitivo pelos problemas meditados. Relatou que, juntamente com os comissários e autoridades, evitava o “entrechoques tão comuns entre os indigenas e os caboclos invasores de terras por elles ocupadas” (Relatório do Estado do Paraná, 1913, p. 12). Esse elemento de conflito entre os grupos é algo novo na documentação, diferente da visão dos caboclos como invasores, que sempre é reforçada nos documentos oficiais.

Durante a leitura do documento a princípio o engenheiro cumpria as funções de seu cargo, no entanto, ele apresentou dois elementos pertinentes. O primeiro refere-se à fundação da colônia Nacional de Irani, onde ocorreu a primeira batalha. Conforme a lei nº 1169 de 30 de março, o governo e as empresas estabeleceram muitas colônias imigrantes em 1912, porém foram aprovadas 46 medições de terras feitas por aforamento na zona dos rios Jacutinga e Irani: “todas requeridas por nacionais que há muitos annos ali mantêm cultura effectiva e morada habitual” (Relatório do Estado do Paraná, 1913, p. 12). Ainda assim, trata-se de um número de lotes muito pequeno se comparado aos dos imigrantes. No entanto, esse é o primeiro momento que se cita os nacionais enquanto detentores de algumas posses possivelmente era nacionais com mais recursos.

Niepce também propôs ao governador fundar duas ou três colônias nacionais no território do oeste paranaense, onde existiam muitas terras devolutas. O objetivo do

engenheiro era um regime metódico e racional de ocupação, capaz de sustentar o espírito de nacionalidade. Essa região mencionada não ficava na área do Contestado e, sim, na fronteira com Argentina e Paraguai. O que chama a atenção na postura de Niepce é a inclusão dos nacionais na política, pois ser uma colônia representava ter posses legitimadas e estar livre de qualquer intervenção externa. Niepce não pensava apenas nos nacionais, também era contrário aos impostos injustos aos colonos. Talvez sua ocupação na pasta do governo tenha sido mais tímida, em relação as suas ásperas publicações em jornais, afinal ele ocupava um cargo tutelado pelo estado e, por essa razão servia aos interesses do Estado, o que é diferente de opinar em um jornal.

No ano seguinte, assumiu, no lugar de José Niepce da Silva, o secretário Dr. Marins Alves de Camargo. Em seu relatório o nome da pasta muda, em vez de obras públicas e colonização, passou a intitular-se terras e viação. Marins formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1903, ao longo de sua carreira atuou em cargos da administração pública. Era irmão do vice-governador Affonso Camargo e foi vice de Carlos C. Albuquerque, no seu segundo mandato. Marins também ocupou a secretária de obras Públicas e Colonização apenas em 1913, esses dados são da Casa Civil do Paraná. Em sua biografia há uma lacuna temporal, apenas em 1924 é retomado seus trabalhos. Esse documento redigido por Marins também é o último relatório do Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização digitalizado no arquivo público do Paraná, infelizmente, os fundos de secretarias são incompletos.

A trajetória de Marins ajuda a pensar o seu papel nessa pasta tão relevante do governo. No período que ocupou o cargo o estado vivia as tensões da guerra e o auge da exploração econômica com a venda das terras frente a sua crescente valorização com a entrada do capital estrangeiro “A votação da lei N. 1147 de 26 de março do corrente anno, que elevou o preço das terras devolutas, veio satisfazer a uma sensível necessidade, à vista da procura e valorização geral que aqui se tem verificado na propriedade territorial” (Relatório do Estado do paraná, 1913, p. 11). As terras embora mais valorizadas, ainda atraíam muitos compradores, pois muitas áreas já estavam abertas pelas companhias estrangeiras. Marins traz em seu relatório informações pertinentes sobre as políticas aos nacionais, foi o único secretário, naquele momento, a relatar, de forma clara, as reclamações dos caboclos sobre a desvantagem que possuíam no acesso à terra em relação aos imigrantes.

No subtítulo *Terras devolutas concedidas a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande* Marins descreveu que a empresa, de acordo com os contratos, havia

requerido a marcação e medição de vastas extensões de terras devolutas, na faixa de 15 quilômetros em ambos os lados da linha, alguns processos estavam em andamento e outros já tinham sido aprovados. Até a data desse relatório, o governo aprovou a companhia 345.901 hectares. Porém, Marins afirmava que a utilização das terras pela companhia era um assunto de grande relevância, pois estava sendo um objeto de controvérsia:

Deve merecer também a analyse do Governo para o fim de serem salvaguardados não só os interesses do Estado como dos inumeros patricios que, de boa fé, occupam partes d'aquellas terras com suas culturas e benfeitorias e que, no entanto, estão sendo ameaçados de despejo por parte da Companhia, caso não se submetam ás condições que lhes são impostas por esta, conforme reclamações constantes dirigidas, ora ao Sr. Dr. Presidente do Estado, ora a esta secretaria (Relatório do Estado do Paraná, 1913, p. 41)

O secretário não pediu para que o Estado deixasse de lado seus interesses, mas que, ao menos, assegurasse os sertanejos que ocupavam essas terras diante das ameaças da companhia, a qual de fato acontecia, em grande proporção pela enorme quantia que terras que foi concedido. Marins não especificou quais seriam as condições oferecidas pela companhia aos caboclos, provavelmente não os beneficiava uma vez que havia reclamações comunicadas ao governador e a secretaria de obras públicas e colonização. As reclamações eram informadas ao escritório de Terras da Companhia, que ficava no estado do Paraná, sob o comando de Dr. Marcellino Nogueira Júnior. As queixas eram dirigidas, porém não eram resolvidas, o próprio Marins, diante da situação, afirmou que cumpria consignar com a boa vontade e solicitude da empresa.

Marins, assim como Niepce, eram responsáveis pela ocupação das terras indígenas. O secretário entendia a ação do governo como patriótica e humanitária, mas não hesitou em autorizar o remanejamento das populações indígenas de “terras devolutas” para ceder à Inspeção do Povoamento para a localização de imigrantes. Houve uma permuta que realocava os indígenas para locais distantes, deixando assim as terras mais centrais para imigrantes.

Inclusive, Marins reclamou da medição dessas terras por parte da inspeção de proteção aos índios, já que via a necessidade de garantir o “direito” aos indígenas porque eles eram ciosos das terras que ocupavam e desconfiados, e “para evitar duvidas com os nossos caboclos do sertão, impenitentes invasores de terras do Estado” (Relatório do Estado do Paraná, 1913, p. 43). Marins, assim como Niepce, entendia os caboclos como invasores de terras, não somente os secretários, como também os governadores de estado tratavam, em suas mensagens, os caboclos dessa forma. Possivelmente, os caboclos

estavam cientes de todas as políticas e medições de terras feitas pelo governo e deveriam fazer, dentro de suas possibilidades, as devidas cobranças. Como visto, os governantes estavam cientes dos acontecimentos, além disso, não haveria necessidade de o relator expor essa preocupação.

Marins também abordou, em seu relatório ao governador, o subtítulo *Terras Cedidas a trabalhadores nacionais*, onde expôs a situação dos sertanejos nas terras cedidas à companhia. O intuito do relator era regularizar a situação dos nacionais no distrito do Rio do Peixe, em Palmas. O governo demarcou lotes em 100 hectares, mediante *aforamento*, foram aprovadas apenas 46 medições, que não tiveram continuidade. O secretário não explicou quais foram, nas palavras dele, os fatos lamentáveis que impediram o processo, mas, possivelmente, refere-se à guerra, pois Irani era distrito policial de Palmas, onde, em 1912 ocorreu a primeira batalha da guerra. Porém, os sertanejos preferiram adquirir a terra por compra e não por meio de títulos de *aforamento*.

Pelo que consta nos termos do direito, o *aforamento* é uma ocupação concedida pela União por meio de um título que não gera ao ocupante qualquer direito sobre o terreno, essa posse é garantida mediante taxa anual. Diferente do título de compra que assegura posse total ao ocupante. No subtítulo *Aforamento de terras* Marins reforçou que os agricultores e ocupantes de terras do estado eram contra o sistema de aquisição por *aforamento*, preferiam comprar ou ocupar, indevida e criminalmente, a terra. O sistema era tão indesejado que, no ano de 1912, não houve nenhuma transferência de aforamento. Esse sistema em nenhum momento foi mencionado para imigrantes nos documentos de estado, refere-se diretamente aos nacionais.

Toda a política estabelecida pelo governo não concedeu aos sertanejos exercício pleno do direito, ao mesmo tempo que estavam loteando as terras, faziam de um modo legal, para que, caso necessário pudessem recorrer a posse novamente, essas escolhas foram questionadas pelos caboclos:

A medida tomada pela lei n. 1169 de 30 de março de 1912, não resolve o problema da concessão de terras aos nossos sertanejos, porque estes absolutamente não se satisfazem com uma área de terras, igual a que é concedida aos colonos estrangeiros e, habituados a uma outra maneira de trabalho, não se submetem à cultura intensiva em pequenos tratos de terras.

A providencia dada pela lei n. 820 de 7 de Maio de 1908, mandando, “medir e demarcar os terrenos ocupados que, preencherem as condições de cultura effectiva e morada habitual”, é em nosso modo de vêr, a melhor possível para resolver o problema de acordo com a equidade e de modo a evitar justos ressentimentos por parte dos nossos patrícios dos sertões, que, não sem razão, estabelecem muitas vezes um paralelo entre a facilidade com que são cedidas vastas extensões de terras a particulares ou companhias estrangeiras e a

parcimônia com que se o faz com relação a eles, os primeiros a desbravarem os sertões, rodeados de mil perigos e fadigas, abrindo-os á luz fecunda do trabalho e civilização (Relatório do Estado do Paraná, 1913, p. 44).

Esse documento revela questões fundamentais sobre a ocupação do território caboclo. As novas medições de terras não satisfaziam os sertanejos que eram acostumados a trabalhar em terras mais amplas em relação as oferecidas pelo Estado, pois tinham terras coletivas, a proposta do governo era cultura intensiva em pequenos lotes. A insatisfação devia-se ao fato de os caboclos receberem menos terras do que os imigrantes. Sobre a lei n. 820 de 7 de maio de 1908, a demarcação de terras e concessão só dava-se pela condição de cultura, e morada habitual, ou seja, agricultura e morada fixa. Esse fato também configura um problema para muitos caboclos e posseiros que mudavam constantemente de uma região para outra, dependendo das condições que encontravam de trabalho.

O secretário também não tirava a razão dos caboclos em fazer comparações com os imigrantes e as companhias que possuíam acesso facilitado às grandes extensões de terras, enquanto que os caboclos recebiam tudo com economia. Havia o reconhecimento por parte de Marins de que os caboclos foram os primeiros a desbravar os sertões, porém, esse fato consumado não era considerado pelas políticas estaduais.

É evidente que o foco das políticas estaduais era voltado para a imigração em larga escala nas terras devolutas. Em sua mensagem de Estado, em 1911, o governador de Santa Catarina, Vida Ramos relacionava o progresso do estado à imigração, e imaginava que por meio desse processo o Brasil poderia alcançar os mesmos resultados dos Estados Unidos, conquistando a prosperidade. Por isso, tentava incentivar a concessão de terras gratuitas para colonização, pois o retorno desses gastos se daria por meio de lucros indiretos com a colonização. Ambos os estados priorizavam os seus negócios e os seus interesses giraram em torno dos projetos de colonização focado nas terras e mão de obra imigrante.

Desse modo, essas mudanças no território, ocorridas através das novas políticas, e a instalação de empresas estrangeiras na região Contestada foram fatores decisivos para o estopim da Guerra. Assim como o caráter privado das terras como um bem lucrativo foi reforçado durante a República, as terras no Contestado tornaram-se cada vez mais disputadas entre fazendeiros, coronéis e imigrantes que possuíam relações sociais complexas em relação a ocupação do território.

O capítulo um foi uma contextualização das principais causas que motivaram a guerra e o levante caboclo. O objetivo foi mostrar a partir das fontes institucionais como

as novas políticas de terras, colonização e imigração foram alterando e afetando o modo de vida desses grupos tradicionais. Foi possível observar que essa população contestou os processos modernizadores do Estado, o interessante que essas reclamações apareceram somente em relatórios de secretárias de Estado, onde somente o governador tem acesso, diferente da documentação dos governadores ao congresso, em que o tempo todo os relatores culpam os caboclos pela guerra. Logo, foi possível visualizar processos de disputa pela terra em diferentes níveis, o que está em jogo é justamente o uso e ocupação do território.

No capítulo a seguir iremos observar os processos de criminalização do movimento durante a guerra. Como ocorre a imposição da ordem e controle social nas diferentes instâncias do Estado. Será visto como a atuação da justiça e exercício contribuíram para diluir as redes de sociabilidade e enfraqueceram os laços sociais dentro dos redutos de guerra a ponto de romper com o movimento e causar divisões internas principalmente entre as lideranças.

2. A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DURANTE A GUERRA: ENFRAQUECIMENTO DAS REDES DE SOCIABILIDADE E LAÇOS SOCIAIS

2.1 CONTROLE SOCIAL

É relevante problematizar neste capítulo o processo de criminalização do movimento camponês, que sofreu intervenção armada durante os anos de (1912-1916). A partir desse processo tem-se como finalidade analisar as narrativas oficiais que discutem a imposição da ordem e controle social por meio do uso da violência, física e simbólica, por parte das autoridades, locais e estatais, da época durante o combate ao movimento. Esses pontos serão analisados a partir de telegramas, e relatórios anexados a Mensagens de Estados ao Congresso Legislativo. Será explorado também o papel da justiça que atuou ao lado das forças militares responsabilizando criminalmente líderes e integrantes do movimento. Sendo assim, é relevante observar seu caráter institucional como um órgão de controle através de processos-crimes.

O controle do movimento foi realizado de forma conjunta pelo exército, forças policiais e civis, nesse processo houve a prisão de muitos caboclos que foram levados à justiça. Essa documentação oficial é pertinente, pois permite, mesmo que de forma controlada e com espaços limitados de fala, a participação de integrantes do movimento, que dificilmente estariam presentes nas documentações do Estado se não estivessem envolvidos em conflitos. Sendo assim, é possível perceber nessas fontes uma série de detalhes que revelam as complexidades existentes no conflito.

A documentação apresenta os integrantes do movimento como “jagunços, rebeldes, bandidos, fanáticos religiosos”, entre outros termos, usados como elementos de identificação e replicados pela imprensa ao narrar os acontecimentos da guerra. Esses termos eram usados em pronunciamentos oficiais de militares e de políticos, até a própria justiça em inquéritos e processos-crimes utilizava essas expressões carregadas de estereótipos. A imagem dos rebeldes do Contestado foi construída sob esses termos que reforçavam elementos negativos no grupo associando-os à criminalidade e à ignorância.

Os próprios termos utilizados pelas autoridades consistiam numa maneira de julgar para criminalizar, ofender e deslegitimar qualquer ação do movimento. Os sentidos e intenção dos insultos podem variar de uma relação para outra, mas, de maneira geral, seguindo a linha de Deivy Carneiro (2019, p. 24) “os insultos são trocados de modo

regulado, pondo em evidência o domínio verbal e o controle emocional dos participantes”, essas evocações ocorrem para destacar estigmas pessoais e sociais de ordem física, moral e até religiosa.

Esse modelo analítico adotado por Carneiro foi utilizado especialmente em sua pesquisa para análise de documentos judiciais e policiais, e não podem ser entendidos como estruturalistas ou funcionalistas, por isso, é relevante observar o contexto de seu objeto para emprego de tal análise. Nessa pesquisa, os termos empregados pelos opositores do movimento são relevantes, pois permitem observar as visões deles sobre o movimento e ainda são utilizados como justificativa para ações algumas ações. De maneira geral, as autoridades que estavam na resolução da guerra não mediam esforços para categorizar o grupo. Essa visão foi reforçada após o término da guerra, principalmente, pelos escritos memorialistas de militares que lutaram no conflito.

Inclusive, há uma disputa de memórias sobre o conflito entre a historiografia mais tradicional feita por militares, filhos e descendentes de fazendeiros e coronéis em oposição aos trabalhos científicos. Essas produções representam posições bem distintas e, muitas vezes, antagônicas. De um lado, de caráter oficial, há uma defesa da guerra promovida pelo Estado, pela Companhia Ferroviária e pelos coronéis contra o que se considerava atraso e barbárie, representada na figura dos caboclos. De outro lado, na perspectiva acadêmica, a crítica às atrocidades cometidas contra uma população sertaneja.

O discurso oficial da época afirmava que o longo período de indefinição dos limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina permitiu a ocupação demográfica da região por “bandidos e ignorantes” naquelas terras sem dono. Após o término do conflito e da decisão de limites entre Paraná e Santa Catarina muitas cidades do vale do Contestado realizaram o apagamento da memória dos caboclos e ressaltaram apenas a dos imigrantes, como sujeitos que foram capazes de trazer progresso e desenvolvimento para essas regiões consideradas atrasadas pelo Estado.

Todos esses pontos permitem perceber o enredamento do conflito, bem como a emergência de novas pesquisas no campo da resignificação de memórias e de objetos de estudo. Principalmente, para os remanescentes do conflito que vivem na região do Contestado e encontram-se ainda hoje à margem da sociedade, como demonstram as pesquisas do livro organizado por Nilson Fraga (2012) que apontam a região da Guerra como a área menos desenvolvida dos estados de Paraná e Santa Catarina, o que evidencia a continuidade do abandono a essas populações e falta de políticas que as assistam e integrem socialmente a população do campo.

A partir dessa exposição inicial é pertinente compreender o processo de controle social dessas populações em dois momentos. O primeiro diz respeito ao fato de que os caboclos sempre estiveram sob o regime de grandes fazendeiros e coronéis das regiões, que representavam o poder local e também eram um braço do Estado. Mas, isso não impediu as populações rurais de desenvolver um sistema mais autônomo regido pelas próprias relações sociais solidárias existentes no cotidiano desses caboclos, pois esses homens e mulheres dependiam do comportamento das elites tradicionais locais, e precisavam criar maneiras de driblar o controle exercido por esses grupos para sua própria manutenção, um exemplo disso são as relações de compadrio que serão vistas adiante.

Entretanto, essas relações foram mudando gradualmente por conta das novas políticas estaduais de colonização, que exigiam mudanças no território ocupado pelos caboclos e isso, conseqüentemente, afetava suas práticas costumeiras de vida, que foram afetadas pelas mudanças conjunturais e pelo comportamento das elites com as novas leis. Prontamente, os múltiplos problemas que envolvem a perda do território levaram os caboclos a organizarem-se, a fim de combater os interesses políticos e econômicos das elites locais e estaduais. Uma vez que elas intervinham drasticamente na sociabilidade dos caboclos, a partir da entrada do capital estrangeiro.

O segundo momento, é quando ocorreu o controle social por meio da intervenção judicial e militar por parte dos estados e do governo federal a fim de conter o movimento camponês. Momento marcado por um confronto imediato, motivado por um choque de novas ideias e valores antigos quebrados.

Edward P. Thompson (1998) na obra *Costumes em Comum* reflete sobre a criminalização das práticas costumeiras de camponeses na Inglaterra do século XVIII chocavam-se frente aos novos valores da sociedade capitalista. Thompson discute que o advento do capitalismo acentuou uma divisão cultural entre as classes, na qual a cultura popular dos camponeses passou a ser vista como inferior em relação à cultura da classe patrícia. Os costumes significavam, para os trabalhadores ingleses, os meios com os quais agiam no cotidiano. Logo, a quebra desses valores e as dificuldades de acesso econômico levou esse grupo a promover motins.

Thompson recuou no tempo, através do conceito de costume, para compreender o sentido da ação dos trabalhadores rurais. O choque de valores tradicionais com os novos vindos do processo de modernização do estado é perceptível no Contestado. Tanto que, a “ignorância, a barbárie e o atraso” das populações caboclas serviram de argumentos para que as tropas avançassem no sertão, pois defendiam que os caboclos impediam o

progresso e o desenvolvimento da nação. Além disso, eles ameaçavam a ordem e impediam o trabalho dos bons homens. Essa visão, muito reforçada nas mensagens dos governadores, afirmava que os estados estavam bem e progrediam, até o surgimento do movimento dos “fanáticos”.

Michel Foucault foi um dos grandes teóricos do século XX e contribuiu de forma significativa para as pesquisas que discutem o controle social e a estrutura das instituições judiciais e penitenciárias, antigas e modernas, dentro das relações de poder. Foucault aponta que, dentro de uma lógica capitalista, ocorre a necessidade de moldar os corpos e torná-los dóceis através de práticas disciplinadoras, desse modo, surgem as instituições reguladoras de controle social, como as prisões, escolas, hospitais, quartéis, tribunais, entre outros. Durante a guerra no Contestado grande parte dos crimes na comarca de Curitiba estava associado à propriedade como crimes de sedição, incêndio, como também de agressão e homicídios.

A justiça de fato irá atuar como órgão mais regulador, promovendo julgamentos, condenando e realizando prisões. Contudo, nas delegacias ainda predominava o sistema punitivo tradicional de violência contra os corpos. O Coronel Albuquerque de Curitiba tinha por hábito chicotear os presos da delegacia, e para que as pessoas não ouvissem os gritos, ele mandava alguém tocar gaita.

No processo-crime nº2, de 1915, os réus Jose Rosa da Silva, Francisco Paes de Farias, vulgo Chico Ventura, e Honorio Alves de Sampaio foram acusados de invadir Curitiba. Durante o confronto com praças e civis houve a misteriosa morte de Praxedes Gomes Damasceno, e ferimento grave do civil Chispim de Aguiar atingido por disparo. Após Aguiar passar por exame de corpo de delito, foi aberto um inquérito policial e, posteriormente, o promotor da cidade Ceslau Silveira de Souza denunciou o ataque e pediu a responsabilização dos réus tidos como líderes no art. 304 do Código Penal:

Art. 304. Si da lesão corporal resultar mutilação ou amputação, deformidade, ou privação permanente do uso de um órgão ou membro, ou qualquer enfermidade incurável e que prive pára sempre o offendido de poder exercer o seu trabalho:

Pena — de prisão celllular por dous a seis annos (463).

(463) Vide art. 93 pr., para o calculo da penalidade.

Parágrafo único. Si produzir incommodo de saúde que inha-bilite o paciente do serviço activo por mais de 30 dias: Pena — de prisão celllular por um a quatro annos (464).

(Segundo Código penal da republica dos Estados Unidos do Brasil, página 628).

As mudanças discutidas por Foucault nas relações com os corpos são visíveis no segundo Código Penal Brasileiro, criado em 1890, para o período Republicano. As leis

garantem punição a quem provoca lesão corporal, é possível notar que há uma pena maior se acaso a lesão inabilite a pessoa de trabalhar. Logo, o corpo está totalmente integrado ao trabalho, é necessário a sua proteção jurídica. Interessante que abaixo dos códigos há uma longa nota redigida por doutores do direito discutindo o que se considera lesão, conforme contexto social e cultural da época. Destaca-se também a importância do corpo de delito, a prova médica que assegura a veracidade do ferimento. Desse modo, as instituições possuem um forte aparato documental, pessoas e ferramentas que asseguram sua manutenção, organização, exercem controle e previnem contra qualquer tipo de fraude. Pois, a denúncia só é aceita se houver um laudo feito por um especialista que comprove a gravidade do ferimento. Contudo, essa instrução técnica não se dava de forma efetiva no interior de Estado. Mas, nesse processo em específico o peso documental foi decisivo:

Correm morosa- mente, devido às circunstancias especiais/ em que há muito se acha esta comarca,/ o presente processo, e um deu promoção a fls. o Sr. Promotor Publico Interino opi- nou pela pronuncia dos ditos três denun- ciados nos termos da denuncia. // O que tudo devidamente examinado/ considerando que não foi feito o exame/ de sanidade do ofendido, para se saber se o/ ferimento produziu {incomodo?} de saúde que/ inabilitou o paciente do serviço activo por 30 dias;// Considerando que esse exame, tratando-se de/ crime previsto no artigo 304 § Único do Codigo/ Penal, é essencial; // Julgo Improcedente a denuncia de fls. por/ considerar os denunciados José Rosa da Silva,/ Francisco Paes de Farias e Honorio Alves de/ Sampaio incuros nas penas do art. 303/ do Codigo Penal, da Alçada do Tribunal/ Correccional. Intime-se.// Curitybanos 15 de Março de 1915// *Guilherme Luiz Abry*. (Crime de Ferimento Grave nº2. 1915, fl.36v)

Havia uma lentidão nos processos, isso não é explicado mas, provavelmente, está relacionada às grandes demandas do judiciário no período da guerra. O promotor público confirmou a culpa dos réus pronunciando a acusação, no entanto, o juiz entendeu como improcedente a denúncia, justamente pela falta de um exame que atestasse o incômodo da lesão. No entanto, a prova existiu conforme consta no auto de corpo de delito feito por dois peritos, Conrado Wagner farmacêutico licenciado e Balduino Jung não profissional, conforme está descrito no processo feito pelo delegado. Os peritos confirmaram ferimento à bala no lado esquerdo do peito e responderam a oito quesitos, porém os que se referiam aos prejuízos da lesão ao corpo ou trabalho foram comprometidos pelo quesito quatro, que confirmava a possibilidade da morte. Desse modo, esse segundo documento seria fundamental, pois Aguiar podia relatar quais eram os seus incômodos de saúde. De qualquer forma, a pena para os réus seria baixa se acaso ele voltasse a trabalhar.

Nesse ponto também é possível visualizar a falta de profissionais habilitados, já que um dos peritos não tinha formação e outro era farmacêutico. Ainda assim, eram considerados aptos. Já o juiz da comarca era formado em direito, porém os promotores e advogados, na sua maioria, não possuía formação na área, a falta desse conhecimento amplo gerava percalços nos processos-crimes. No fim desse processo o civil não morreu, os réus não foram encontrados para ver-se processados pela justiça e o crime prescreveu.

Desse modo, Foucault na obra *Vigiar e Punir*, assim como na *Microfísica do poder*, demonstra que o Estado não é o único órgão central que detém o poder, pois as instituições que surgem nas sociedades modernas configuram-se como a extensão de seus efeitos, ou seja, os poderes se não encontram localizados somente no aparelho do Estado.

Michel Foucault no livro *Microfísica do poder* aprofunda suas discussões sobre poder, porém, o filósofo deixa claro que não há uma teoria geral, pois não existe algo unitário. Logo, não se trata de um objeto natural, pois os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, assim, constitui-se como uma prática social e, como tal, é construída historicamente. De acordo com o teórico, o poder está em todos os lugares por meio de uma rede de poderes moleculares que se expande por toda a sociedade. Portanto, as análises desenvolvidas pelo filósofo Foucault permitem compreender o poder como uma relação e um instrumento de análise capaz de explicar a produção de saberes como criminalidade, doença e loucura. Saberes esses que são regulados e legitimados pelas intuições.

Dessa forma, quando se olha para as instituições jurídicas ou militares observa-se uma atuação ampla e distribuída. Nesse sentido, é relevante investigar de forma crítica as relações de poder presentes no contexto social e político da Guerra no Contestado. Por essa razão, selecionou-se a região de Curitibanos em Santa Catarina, que apresentava no período da guerra um contexto de política local e vida social múltiplo, que reflete muito sobre o cenário em que os caboclos estavam inseridos. A redução da escala de observação parte de Curitibanos para compreender o que movia homens e mulheres de distintos contextos a se unir e lutar contra as forças armadas. Desse modo, para lançar olhar sobre esse problema foi fundamental o suporte da Micro-História para uso teórico-metodológico do fazer histórico.

Para os estudiosos da Micro-História⁵, o método busca reconstruir a complexidade das relações entre micro e macro realidades. Logo, a corrente surge como uma oposição

⁵ (LEVI, 2016); (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2009); (CANEIRO 2018).

ao modelo macroscópico e quantitativo praticado pelos Annales, mas isso não significa uma renúncia do macro, mas sim, o enriquecimento da análise a partir do micro.

Uma vez que se tem definido, em linhas gerais, os principais pontos da Micro-História torna-se relevante compreender a aplicabilidade desse método. Para Giovanni Levi: “Nesse sentido, Micro-História é, antes de tudo, uma tentativa de narrar sem esconder as regras do jogo que o historiador seguiu (2011, p. 22)”. Enquanto, para José D’Assunção Barros:

A Micro-História, por exemplo, é uma abordagem historiográfica desse último tipo: ela escolhe como campo de observação um recorte micro-historiográfico – uma vida, um circuito de sociabilidade, uma prática social – e a partir dessa gota d’água cuidadosamente escolhida busca enxergar algo do oceano inteiro (BARROS, 2005, p. 241).

De tal modo, essa análise minuciosa e descritiva torna-se uma forte aliada para explorar fontes judiciais, relatórios e mensagens de Estado. A conexão entre a História Social e as abordagens pode ser realizada tanto por tratamentos quantitativos, como qualitativos. A redução da escala de observação, esse importante elemento da Micro-História italiana, possibilita um espaço de experimentação, como se fosse um laboratório.

O contexto social e político de Curitiba propicia a escolha do local como ponto de análise para aplicação da redução da escala de observação, pois a cidade apresenta uma ampla rede de poderes estabelecidos. O que permite observar uma série de elementos vinculados à guerra, a começar pela insatisfação da população com as autoridades e com o sistema coronelista da época que exerciam controle sobre os indivíduos legitimados por intuições. No caso de Curitiba, o poder local encontrava-se presente na Superintendência Municipal, no Conselho Municipal, no cartório e também na mídia, uma vez que o coronel Francisco F. de Albuquerque possuía um jornal chamado *O Trabalho*, que controlava as informações e tinha como colaboradores grandes fazendeiro da região.

É possível observar em Curitiba toda uma rede de poder interligada entre a vila e o estado e que também agia para o combate do movimento, principalmente, durante o período em que o grupo passou a organizar-se e estruturar-se em redutos, que se configuravam como novos espaços de sociabilidade, com lideranças que se dividiam entre religiosas e de guerra.

As forças militares foram o principal agente estatal que atuou no controle da guerra desde o início do conflito. As primeiras expedições surgiram em 1912, porém, o grande número de soldados mortos, a desorganização das operações, o comprometimento

da reputação do exército brasileiro, o crescimento do movimento em território e número de adeptos, mais o crescimento das notícias na imprensa sobre os caboclos e sua afronta às autoridades levou à nomeação do General Fernando Setembrino de Carvalho. O que intensificou a ofensiva militar, com verbas, pessoal e logística a ponto de se ter na região mais soldados do que civis, e conseqüentemente, um aumento de problemas.

A justiça atuou fortemente nesse período, muitas pessoas envolvidas direta e indiretamente com a guerra foram processadas. Durante a guerra, Vidal Ramos recebeu do presidente do Supremo Tribunal Federal um telegrama requisitando informações para decisão de um *habeas Corpus* em favor de Francisco Paes de Farias, Euzébio dos Santos e mais de cerca de 300 indivíduos que afirmavam estar sendo “perseguidos pela força pública e ameaçados de prisão e morte por autoridades de do Paraná e Santa Catharina, no lugar Tquarussú, em Curitiba, sob o pretexto de prática de ritos religiosos” (1914, p. 76). É relevante essa informação, pois mostrar-se um acionamento justiça feito por um jornalista do Rio de Janeiro, que pediu liberdade religiosa aos caboclos.

Vidal redigiu um extenso telegrama ao Supremo resumindo as ocorrências na guerra na sua fase inicial e anexou o nome de pessoas do movimento pronunciadas na comarca de Curitiba, bem como os artigos criminais que as penalizavam. Afirmou que haviam dois acampamentos: um na casa de Praxedes e outro na de Chico Ventura, ambos alias amigos do coronel Albuquerque amigo e compadre de Vidal Ramos. Também citou 18 homens, todos com mandados de prisão. Argumentou que havia outros pronunciados na comarca do Paraná pela batalha no Irani. O governador elaborou uma narrativa muito convincente, bem argumentada e o resultado do supremo foi a negação do *habeas corpus*.

A partir desse fato, é possível relacionar à teoria defendida por Foucault, já que ele compreende as práticas e instituições sociais da modernidade observando a configuração de novos espaços de exclusão e normalização de indivíduos. Porém, esses espaços não podem ser pensados de forma rígida, como visto essas instituições também estavam em fase de regulamentação para poder desempenhar o controle, como veremos a seguir no caso do exército. Outro exemplo, é a estrutura do corpo jurídico que trabalhava naquele período com essas categorias positivistas. Logo, pensar a disciplina ou controle implica em analisar o que é passível ou não de correção para normalizar, excluir ou corrigir, essa questão permite ampliar as possibilidades de análise sobre o controle social, principalmente, sobre o que qualifica, ou não, um indivíduo ou grupo como criminoso e passível de correção.

Porém, as prisões, a responsabilidade jurídica ou a força militar no controle da população cabocla não foram os únicos recursos institucionais utilizados para acabar com o movimento. Existiam diferentes meios, como o uso da violência para coagir indivíduos que ajudavam o grupo externamente, forçando-os a desvincularem-se e entregarem informações, o que era feito tanto por forças públicas como privadas.

O conflito tomou proporções mais amplas de visualização em função de ter traços semelhantes com Canudos e o crescimento do movimento tornou uma ameaça estampada em muitos noticiários, que circulavam na região Contestada e nas principais Capitais dos Estados do Brasil.

Assim “A imprensa ajudaria a legitimar as investidas contra o povo sertanejo, pois a população já os conhecia e os percebia como um problema a ser resolvido, mesmo que para isso fosse necessário a utilização da força” (MATOZO, MEDEIROS, 2017, p. 158). Não se sabia ao certo quais eram as causas dos caboclos na guerra, mas a visão do “fanatismo religioso e da ignorância” era o suficiente para que a sociedade civil apoiasse o uso do exército nos estados do Sul. Francisco L. Fonteles Neto (2015) discute o lugar do crime na imprensa brasileira, bem como a força da imprensa na produção do crime e da criminalização por meio do jornalista que faz essa etnografia dos ocorridos de modo que se torna atrativo ao leitor. Esse forte papel da imprensa também foi decisivo no Contestado, pois como demonstra a historiografia, o movimento não teve o apoio necessário da população local, houve adesão de diferentes pessoas ao movimento, mas somente dentro de suas redes de proteção, compadrio e parentescos que os caboclos encontravam suporte.

É relevante lembrar, nessa discussão, que dentro do próprio movimento do Contestado também havia meios de controlar os caboclos inseridos nos redutos. O que passou a ocorrer quando as tropas avançaram, gerando muitas perdas e cercos no território Contestado. A fim de evitar a fragmentação do grupo, as lideranças foram sistematizando formas mais rígidas e, conforme a situação, usando da violência para manter os indivíduos, o exército também anunciou “negociações vantajosas” para aqueles que se entregassem. Logo, o uso da violência e controle social era uma via de duas mãos, uma vez que servia tanto para o Estado quanto para os caboclos.

Perceber as questões sobre controle social nas fontes não é uma atividade fácil ao trabalho do historiador, entretanto, não há como compreender algumas problemáticas do conflito sem observar e analisar as escolhas dos indivíduos, isso implica, antes de tudo, entender que há problemas de ordem conceitual. A iniciar pela definição de controle

social, essas questões de ordem teórico-metodológico são relevantes para perceber os desafios por trás da narrativa histórica. Assim, para Marcos César Alvarez é:

No âmbito da Sociologia, a expressão “controle social” geralmente é caracterizado nos dicionários como circunscrevendo uma temática relativamente autônoma de pesquisa, voltada para o estudo do “conjunto dos recursos materiais e simbólicos de que uma sociedade dispõe para assegurar a conformidade do comportamento de seus membros a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados” (Boudon; Bourricaud, 1993:101), Tal definição sintética, no entanto, pouco avança na caracterização precisa de questões que estariam envolvidas nessa discussão, inclusive porque a noção parece sobrepor-se a outras, como as de poder ou de autoridade (ALVAREZ, 2004, p. 169).

O sociólogo defende que, além da definição ser sintética, ela pouco avança nas discussões, por relacionar-se a outros conceitos. Para o autor, também não há possibilidade de atribuir um significado único ao controle social, pelo fato de o termo ter sido muito usado e vulgarizado, por isso, propõe que o conceito seja repensado em raízes históricas na sociologia de Émile Durkheim. Analisar os meios utilizados para controle social e manutenção da ordem não é um trabalho simples, uma vez que eles tomam muitas formas, o que é visível no próprio contexto da Guerra no Contestado. De acordo com Alvarez, para Durkheim o que era privilegiado em suas pesquisas era os problemas correspondentes à manutenção da ordem social, como demonstra o sociólogo Alvarez:

No entanto, Durkheim se detém igualmente em fenômenos como crime e a pena, que dizem respeito aos mecanismos empregados pela sociedade no momento em que alguém desobedece as normas sociais e ameaça a ordem social. Se o crime “Ofende certos sentimentos coletivos dotados de uma energia e de uma clareza particulares” (Durkheim, 1978:120), a pena é a reação coletiva que, embora aparentemente voltada para o criminoso, visa na realidade reforçar a solidariedade social entre os demais membros da sociedade e, conseqüentemente, garantir a integração social (ALVAREZ, 2004, p. 169).

Durkheim, ao observar os mecanismos de manutenção da ordem social por parte das instituições, percebe que todo o indivíduo que desobedece a uma norma social estabelecida, ofende princípios básicos daquele grupo ligado às questões morais. Logo, a correção e a pena são frutos de uma reação coletiva que acaba por fortalecer e reafirmar a integração desse grupo. Dessa forma, o que é passível, ou não, de crime perpassa pelo que a sociedade concebe, ou não, como crime. Sendo assim, o controle será aplicado conforme o tipo de infração legal feita por indivíduos ou grupos. Marcos Luiz Bretas também destacará a contribuição da pesquisa de Durkheim:

Só no final do século se constituiu uma ciência, em torno de Durkheim, que começou a chamar a atenção para o caráter social e negociação das definições de crime, sua variabilidade entre épocas e regiões, enfatizando a disputa sobre o significado das ações, que podia variar de acordo com circunstâncias (BRETAS, 2018, p. 13).

O historiador Bretas, assim com Alvarez, discute o problema das definições, pois o crime também é um elemento difícil de ser definido com clareza. Bretas destaca a variabilidade dos crimes e o quanto essa concepção modifica de um lugar para outro. Contudo, o historiador procura definir o conceito de crime no território da cultura ligando-o ao social.

As discussões de Alvarez e Bretas contribuem para evidenciar as problemáticas de pesquisa. De fato, o crime e o controle social possuem ligação, uma vez que para combater o crime é necessário controlar seu executor, porém, tratam-se de coisas distintas, enquadradas em múltiplas definições, embora estejam inseridas no social. Sendo assim, compreender o que é crime para cada grupo e, porque razão usa-se esse tipo de controle social e não outro, implica em olhar para cultura e o contexto em que esses indivíduos estão inseridos, já que os costumes, a cultura e as tradições direcionam as ações e os modos de vida.

Assim sendo, as condições morais e culturais de uma sociedade irão influenciar diretamente nas noções de crime e formas de controle social. No contexto do Contestado, os caboclos questionavam muitos pontos, os principais eram a expulsão de seu território, a concessão de suas terras à empresas estrangeiras e, principalmente, aos imigrantes e o processo de criminalização. O Estado alegou, justamente, a invasão dos caboclos a terras, o que se torna muito contraditório frente ao fato que eles, afinal os caboclos eram os verdadeiros donos da região contestada por uma ocupação anterior a qualquer lei ou documento cartorial. No entanto, o Estado usou de todos seus recursos e instituições para a criminalização do movimento, na busca de deslegitimar essa população, os tirando qualquer princípio de inteligibilidade como demonstra as discussões de Matozo e Medeiros (2017), ao analisar o discurso do General Setembrino, no final da campanha do Contestado:

Prontamente esse reforçou que a luta deu-se contra um inimigo assim descrito por ele, indicando que os sertanejos, em primeiro lugar, não eram civilizados e que, portanto, deveriam conhecer a ordem e tornar-se civilizados. Essas palavras constroem um discurso validador das ações cometidas contra os sertanejos; demonstrando que a lei, a ordem, a civilização são de direito apenas dos que são tidos como civilizados (MATOZO, MEDEIROS, 2017, p. 162).

Atribuir o termo “não civilizados” aos caboclos, posteriormente, serviu de justificativa para as ações violentas impostas a essa população. Quando o supremo negou aos líderes e integrantes do grupo rebelde o *habeas corpus*, mesmo mediante ataque às forças,

reforçou a ideia de que não possuíam direitos. No entanto, as novas pesquisas na historiografia do Contestado têm buscado romper com esses estereótipos e vêm ressignificando, cada vez mais, o movimento social com novas abordagens e fontes que denotam toda a inteligibilidade do grupo.

Conforme afirma Machado: “Precisamos, isto sim, procurar entender sua capacidade criadora, avaliando suas origens, sua expansão e suas limitações” (2004, p.33). Essa exposição mais conceitual é relevante para a compreensão dos passos que seguem adiante nessa pesquisa. Os caboclos passaram por um processo normalizador e de controle social, exercido por uma rede de poderes políticos e econômicos ligados a uma elite local que buscava defender suas propriedades dos “invasores”. A contestação do movimento foi entendida como um crime contra autoridades e propriedades públicas e privadas.

2.2 AS IMPLICAÇÕES DA LEI NO CONTROLE DA GUERRA

Esse subtítulo permite analisar como a lei se torna uma ferramenta útil para o exercício do controle social, bem como, um mecanismo de proteção do Estado e da propriedade, e nos faz compreender porque os caboclos evitavam acionar a justiça, além disso, é possível analisar com os caboclos eram representados pela justiça. No período do pós-república houve a federalização do judiciário, ficando assim a cargo dos governadores nomearem os responsáveis pela justiça.

Na região do Contestado havia poucos juízes de formação acadêmica, os quais atuavam em diferentes vilas e, devido ao constante deslocamento de uma região para outra e as longas distâncias, necessitavam de juízes substitutos. O judiciário do Contestado contou com a participação de muitos integrantes sem formação específica na área, havia apenas um entendimento geral das leis por parte desses ocupantes que serviam apenas para um preenchimento temporário desses vazios oficiais da justiça.

Provavelmente, essas substituições ocorriam pela falta de profissionais formados “Dos promotores públicos do Estado não são bacharéis em direito os de São José, Palhoça, Tijucas, Brusque, Blumenau, Campos Novos e Curitybanos. As vagas que vão ocorrendo, são preenchidas por bacharéis em direito, na forma da lei em vigor” (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1917, p.38). Era de conhecimento do governo a existência de integrantes do jurídico sem formação e, possivelmente, após a guerra houve uma cobrança maior para que ocupassem os cargos da justiça somente quem possuía, de fato, formação em Direito. Além disso, é visível nos processos-crimes e

sumários, provocações entre delegados, promotores e juízes. Geralmente, esses conflitos jurídicos devem-se a posição parciais ou burocracias jurídicas não cumpridas.

Nesse contexto, uma das primeiras perguntas à fonte era se todos os que estiveram nos processos envolvendo caboclos do Contestado tinham formação adequada. Conforme pesquisa biográfica, nenhum dos promotores possuíam formação acadêmica, exceto o juiz de direito da comarca, Guilherme Luís Abry, filho de imigrante alemão, tanto o filho como o pai tiveram relação com a guerra. O pai do Juiz, Luís Abry foi representante, no período de 1908 a 1914, da *Companhia Colonizadora Hanseática* e da *Companhia Construtora da Estrada de Ferro Blumenau-Harmonia*. Machado (2016) faz uma análise dos indivíduos ligados ao poder judiciário e à polícia, antes e durante a Guerra:

Ao longo da documentação dos processos criminais, muitos sem solução, podemos identificar a força e a proteção dos indivíduos familiares ou clientes de políticos situacionistas. Os Juízes de Comarca eram os únicos bacharéis em direito, mas estavam frequentemente ausentes, substituídos por Conselheiros Municipais, que não passavam de grandes fazendeiros. Os Delegados e Subdelegados de Polícia, Juízes de Paz e Promotores eram cargos políticos, não remunerados, exercidos frequentemente por leigos. Pelos processos conseguimos vislumbrar o poder consolidado das famílias Ramos e Ribeiro, em Lages, Almeida, Matos e Albuquerque, em Curitiba, e os Rupp, Stephanes e Matos, em Campos Novos. Guardas municipais, subordinadas aos Delegados de Polícia frequentemente não passavam de agregados e peões dos chefes políticos locais (MACHADO, 1916, p. 11).

As redes de parentesco e compadrio também perpassavam pelas instâncias jurídicas, uma vez que os substitutos dos oficiais da justiça eram pessoas do poder local que ocupavam outros cargos públicos. Essas escolhas faziam parte das relações políticas, além da possibilidade de ter pessoas trabalhando sem remuneração. Isso porque esses cargos agregavam um certo prestígio social a quem podia responder em nome da justiça. Essa colocação se faz diante do fato de que havia sempre muitas pessoas disponíveis no judiciário, principalmente, no que se tratava de substitutos.

Os acionamentos da justiça para resolução de problemas tornaram-se cada vez mais frequente, principalmente na área contestada, para resolver dificuldades com relação ao território. Consequentemente, à medida que a população foi crescendo, os conflitos tenderam a aumentar, gerando um acúmulo de processos, e com isso a demanda de mais juízes e de toda uma estrutura. Esses dados são perceptíveis nas documentações de estado que trazem as estatísticas da justiça.

Na mensagem de 1912, Vidal Ramos fez uma relação com a estatística judiciária de 18 comarcas, que reúnem cidades do litoral e interior:

ESTATÍSTICA JUDICIÁRIA

COMARCAS	Proc. crimes	Proc. civis	Inventários	Arrolamentos	Execuções fiscaes	Tutelas	Habeas-Corpus	HYPOTHECAS		JURADOS
								N.	Valor dos immoveis	
Florianópolis...	6	1	92			262	1	90	370.000\$000	316
São José	4	1	21	40	114		6	4	14.000\$000	304
Palhoça	7	8	80	87	92			8	41.075\$000	217
Biguaçu	6		6	45	59					
Tijucas	5	9	15	30		6		7	14.355\$620	198
Itajubá	19	19	45							211
São Francisco	3	9	13	12	9	9		9	51.366\$000	318
Joinville . . .	10	9	19	45	59	4		76	258.481\$800	175
São Bento . . .	7	8	7				1	2	16.300\$000	
Blumenau . . .	19	11	96		34		5	46	127.297\$380	229
Brusque	5	3	11	17		6				122
Laguna	9	1	23		1		9		8.000\$000	204
Tabarão	9	12	63			43	5		16.665\$040	
Lages	5	8	32			6	10		58.000\$000	383
Curitiba nos ...	10	4	71							209
Araranguá ...	5	4	4	20	11	25				144
São Joaquim...	1	3	11					1	1.800\$000	270
Campos Novos	11	5	11	5						

Imagem 4 – Estatística Judiciária na Mensagem do Estado de Santa Catarina de 1912.

Esse relatório era elaborado pelo desembargador Presidente do Supremo Tribunal da Justiça, os dados acima correspondem aos processos de 1911. Na visão do governador Vidal Ramos, o Poder Judiciário desempenhava sua nobre missão, que era uma tradição do estado catarinense, afirmando a confiança do povo na distribuição da justiça. Desses dados acima, o que chama a atenção é o fato de Curitiba nos ter mais processos-crimes do que a capital Florianópolis. No ano seguinte, na publicação de 1913, correspondente ao ano da retomada da guerra, Curitiba não enviou sua estatística judiciária ao Supremo Tribunal da Justiça, que contabilizou um total de 14 comarcas e 21 processos-crimes. Na mensagem de 1915, feita por Schmidt, não há anexo das tabelas por comarcas, há apenas o registro de um total de 215 processos-crimes.

Esses dados são importantes, uma vez que permitem observar as mudanças que ocorreram nas instâncias jurídicas, que tipos de processos estão ocorrendo mais, quais são as novas emergências sociais, quais relações possuem com os valores sociais, como também comportamentos das pessoas e grupos. As estáticas servem como um termômetro social para os governadores, e, conseqüentemente, levam a escolhas e decisões políticas. Por essa razão, para o poder local na falta de profissionais habilitados em direito, é interessante ter alguém próximo representando a justiça.

Na vila de Curitiba nos, em Santa Catarina, o Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque era o prefeito, possuía comércio, terras e boas relações com o poder estadual, já que era compadre de Vidal Ramos e, na falta do excelentíssimo magistrado, também era juiz de direito substituto. No sumário crime de sedição e ajuntamento ilícito

de 1915 nº 22⁶, o escrivão Antônio José Henriques de Amorim, que também possuía o título de capitão, enviou, na ausência do juiz de direito da comarca, os autos conclusos do processo. Entretanto, o Coronel fez a seguinte afirmação: “Tendo em sido um dos pre/judicados pela invasão dos/fanáticos, nesta Villa, por/esse motivo, sou suspeito/para funcionar no presen/te processo, a que juro” (sumário crime nº2. 1915, fl. 20). O escrivão enviou os autos ao Tenente Coronel Virgílio Pereira, vice-presidente do Conselho Municipal, que também estava escalado como substituto.

É interessante observar que o vice de Albuquerque também não aceitou fazer parte do processo, por estar plenamente envolvido com o conflito, citando que foi prejudicado “pelos bandoleiros ou fanáticos/que incendiaram e saquearam/cassas nesta villa nos dias 26 a/30 de setembro de 1914⁷” (sumário crime nº2. 1915, fl. 20). Novamente, os autos foram encaminhados pelo escrivão ao substituto Tenente Altino Gonçalves de Farias, que era conselheiro municipal, cargo que equivale ao de vereador, e pelas mesmas razões que os “juízes” anteriores também não aceitou. Após a indicação de quatro nomes, o Major João Severo de Oliveira, também conselheiro municipal, aceitou os autos na qualidade de juiz substituto de direito da comarca.

O Major João, aparentemente sem vínculos com a guerra de forma direta como os demais, de imediato julga procedente a denúncia de fls2. contra o acusado Manuel Pinto Cavalheiro, segundo o juiz substituto:

Por/estar plenamente provado que o accu/sado fez parte do movimento de “jagunços”, /tendo sido preso por um piquete de civis que fazia/ um reconhecimento militar no lugar Trombudo, /nesta comarca e conduzia com digo todos os/distinctivos de jagunços com seja bandeira/ e fita branca no chapéo; orações, armas etc./ Por essas razões e as mais que dos autos cons/tam, pronuncio o acussado Manoel Pinto Cava/lheiro, como incurso nas penas do art. 118 do/ Cod. Pen. Da Republica; sujeito-o a prisão/ e livramento (sumário crime nº2. 1915, fl. 21v).

É possível observar a partir dos títulos dos “juízes substitutos” que o poder público em Curitiba possuía uma política ligada fortemente ao coronelismo. Essa rede integrada de controle e poder local decidia os rumos da pequena vila de Curitiba, interferindo em diversos setores da sociedade, inclusive, na própria justiça. O caboclo preso em um piquete foi reconhecido pelos elementos de representação do grupo. Esse

⁶ Processo do réu Manoel Pinto Cavalheiro, integrante do movimento preso por civis.

⁷ O Coronel e prefeito de Curitiba Francisco F. Albuquerque também foi alvo de ataques dos caboclos neste ataque coordenado aos políticos e fazendeiros da vila.

ponto será explorado adiante, no capítulo três. Porém, nesse momento é relevante observar o enquadramento da lei sob esse indivíduo.

Naquele período, estava vigente o segundo Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, elaborado após a queda do império, início do regime republicano, esse código foi válido até 1934. Sendo assim, o artigo 118 enquadrava o réu no crime de sedição ou ajuntamento ilícito, o julgamento desses crimes ficava a critério de cada estado. Salvo quando o crime fosse contra funcionário federal ou contra a execução de atos ou ordens emanadas de autoridades federais. A infração de qualquer crime levava a uma pena de um ano a três, conforme o segundo código penal brasileiro, (p. 255). Por essa razão, o título do processo é sumário crime, pois compete a penalidades criminais abaixo de quatro anos de prisão.

O artigo 118 considerava crime a reunião de mais de vinte pessoas independente de estarem armados ou não, considerando sedição indivíduos ajuntarem-se para arruído, violência ou ameaças. A lei também possuía cinco pontos que considerava crime de sedição e ajuntamento ilícito. O primeiro diz respeito a obstar a posse de algum funcionário público, ou seja, criar obstáculo, ou opor-se, obviamente, protegia-se quem tinha título legal de exercício da função. O segundo, refere-se a exercer algum ato de ódio ou vingança contra algum funcionário público ou contra membros das câmaras do congresso, das assembleias legislativas dos Estados ou das Intendências ou câmaras municipais. O terceiro, diz sobre impedir a execução de alguma lei, decreto, regulamento ou sentença do poder judiciário ou autoridade legítima. O quarto, é embaraçar alguma taxa, tributo, imposto, e o quinto constringer ou perturbar qualquer corporação política ou administrativa no exercício de suas funções.

É interessante observar que o artigo 118 protege o Estado e os seus aparelhos institucionais, bem como as pessoas que estavam em exercício de poder nos cargos públicos. Quem ocupava esses cargos eram as elites locais que também usavam de suas redes de parentesco e compadrio para ter bons cargos. Nota-se como era difícil para os caboclos contestar judicialmente qualquer invasão, posse ou legitimação, pois sempre corria o risco de ser julgado por algum membro da elite local e proprietário de terras. O intuito do artigo de fato era defender o poder judiciário e as autoridades legítimas encarregadas do cumprimento da lei, ordem, os impostos, e toda a corporação política e administrativa. Logo, o movimento camponês no Contestado representava uma ameaça ao Estado em todas as suas instâncias. Como visto, todos os juízes substitutos sofreram ataques diretos dos caboclos, que foram entendidos apenas do ponto de vista oficial.

Mesmo que todos os juízes substitutos tenham negado participar dos autos do caboclo Manoel Cavalheiro, isso não significa que não tenham influenciado na decisão do Major João, ou que ele não estivesse de acordo com os demais, pois todos os juízes substitutos estavam alinhados politicamente.

As fontes judiciais revelam no decorrer dos processos essa necessidade de criminalizar o movimento, entendendo que são indivíduos reunidos para causar incômodo ao Estado. Por isso, é relevante observar o enquadramento de cada lei durante as sentenças, a maneira como a atuação é descrita, como o libelo é montado, quem são as pessoas que compõe esses documentos, delegado, promotor, juiz, advogados, réus, testemunhas e escrivães, quais são os termos usados, as estratégias, as redes de proteção. Todos esses detalhes revelam os interesses do Estado e de suas instituições, como o movimento era percebido e também como os caboclos lidavam com a justiça. Por exemplo, os réus nunca se apresentavam a justiça se estavam sendo pronunciados e sob mandado, o tribunal só encontrava esses indivíduos se fossem presos. Em todos os processos-crimes desta pesquisa era comum ocorrer um prolongamento do julgamento por não localizar os réus sentenciados.

Em especial os processos-crime oferecem ao historiador(a) muitas possibilidades de análise, considerando a História Social como dimensão e Micro-História como abordagem. Sobre processos-crime Keila Grinberg diz:

Os processos criminais são fundamentalmente fontes oficiais, produzidas pela justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas instituições policiais e judiciárias. Por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomados também como “mecanismos de controle social”, marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão. Conforme já alertava na década de 1980 as antropólogas Mariza Correa e Yvonne Maggie, é impossível analisar processos criminais sem refletir sobre as atividades e crenças dos “profissionais do sistema jurídico-policia”, ou, no dizer de Correa, dos “manipuladores técnicos”, que decidem o que devia constar nos autos, de acordo com as regras legais preestabelecidas nos códigos penais (GRINBERG, 2012, p. 126-127).

Percebe-se, na análise, de Grinberg o quão importante é questionar a natureza das fontes, não apenas em seu contexto institucional, enquanto um mecanismo de controle social, mas também deve-se problematizar a produção desses saberes, pois os processos também podem apresentar incoerências, contradições e mentiras. Essas questões denotam a importância de lembrar, que a finalidade do processo-crime não é reconstruir a ocorrência, mas levar o judiciário a buscar ou produzir uma verdade, que visa acusar ou punir alguém a partir da legislação prevista pelo código penal. Karl Monsma também alerta sobre a produção de interpretações da Justiça:

Para estudar as versões dos réus, das vítimas e das testemunhas, os inquéritos policiais geralmente servem melhor que os processos judiciais. Os inquéritos são mais próximos do conflito no tempo, muitas vezes começando no mesmo dia ou no dia seguinte, e não sofrem a influência do promotor (MONSMA, 2005, p. 169).

Monsma destaca a importância de olhar para o contexto de produção dos depoimentos, não basta olhar apenas para a temporalidade, mas como afirma Ginzburg (2007) “o inquisidor é como um Antropólogo”, ou seja, quem colhe o depoimento tem um papel fundamental na produção e descrição de informações coletadas, por essa razão é importante atentar para essas mudanças que ocorrem nos depoimentos à medida que o processo avança. Nos processos da guerra essas mudanças variam de processo para processo, cada um possui uma especificidade gerada por um objetivo e uma circunstância, por exemplo, o processo nº1.121 é bem extenso, e sofre muitas interferências, geradas por fugas, falta de defensores, ausências de testemunhas etc., por isso, é importante os fichamentos para cruzamento de dados para perceber essas mudanças que geralmente são imperceptíveis nos depoimentos por conta do controle sobre réus e testemunhas.

De acordo com Monsma, “Os depoimentos ao juiz servem para estudar mudanças entre a primeira entrevista com o delegado e o interrogatório no fórum” (2005, p. 169). Esse é um espaço que permite observar todas as construções sociais quanto ao réu. Monsma também chama atenção para o fato de os processos-criminais permitirem uma maior aproximação da vida cotidiana de indivíduos subalternos, considerando as condições sociais que geraram os autos.

A Identidade Social, segundo o sociólogo, também pode ser um fator de grande influência no julgamento, e, novamente, é perceptível que do mesmo modo que se define um crime a partir do que a sociedade considera crime ou não, o réu também é sentenciado ou liberto conforme sua condição social. Nessa situação, não se julga o crime em si, mas uma posição social ou um papel social não cumprido dentro das normas estabelecidas de comportamento.

No processo-crime nº 1.121 da comarca de Curitiba de 1917, contém o julgamento de réus do Contestado que estiveram envolvidos em assassinatos de mulheres, crianças, no lugar denominado Rio Bonito, além dos homicídios, incendiaram casas no local em dois de dezembro de 1914. Esse processo é muito conhecido porque nele também foi julgado Adeodato Manuel de Ramos um dos últimos líderes do movimento, que foi condenado a 30 anos de prisão. Além dele, foram julgados mais 5 réus contando com Adeodato, apenas um foi absolvido. Primeiramente, nesse processo não há corpo de delito

das vítimas, segundo, não existe testemunha ocular dos crimes, ou seja, ninguém presenciou os assassinatos conforme consta no processo que foi publicado. E também não compete a essa pesquisa descobrir a verdade sobre os fatos, mas analisar como os caboclos são representados e sentenciados pela justiça.

Dentro desse amplo processo, que apenas cumpriu as formalidades legais, há uma parte que resume bem esse julgamento do papel social do indivíduo:

Quanto ao oitavo quesito –sim-/ por cinco votos: existem circunstancias attenuantes a/ favor de réo Francisco Carvalho de Oliveira, vulgo Francisco/ <60> <Amorim> Francisco Taieiro. Em virtude da votação dada ao/ oitavo quesito, o Presidente formulou mais dois quesitos,/ o nono e o decimo, fundados no artigo 42 §§ 7º e 9º, res/ pondo o Conselho: quanto ao nono quesito –sim- por/ cinco votos: o delinquente commeteu os crimes impellidos/ por constrangimento physico vencível. Quanto ao decimo/ quesito –Não- por quatro votos: o delinquente não teve com/ portamento exemplar anterior (Processo-crime nº 1.121. 1917, fl. 124).

Esse caráter positivista da lei e do corpo jurídico aparece bastante nos processos de caboclos do Contestado. Como o grupo era entendido como ignorante, esse caráter moral e social dos caboclos entrará em peso nas sentenças e júris públicos. O artigo 42, conforme o segundo código penal, trata das circunstâncias atenuantes, ou seja, que gravam uma ação criminal. No §7º (fl. 160) “ter o delinquente commettido o crime impellido por ameaças ou constrangimento physico vencível (81)”, esse ponto traz uma interpretação do parágrafo que afirma que a atenuante é aplicada quando a ameaça não é acompanhada de perigo atual.

No §9º (fl. 129): “Ter o delinquente exemplar comportamento anterior, ou ter prestado bons serviços á sociedade (83)”, a fonte desse parágrafo é o código penal português, baseado no art. 39, também acompanha esse parágrafo uma explicação que analisa a filosofia do que é considerado um sujeito de comportamento exemplar, há várias definições, mas ao final, quem decide os critérios é o juiz e depende do próprio delinquente. A parte de análise na sociedade é baseada no código penal militar, que considera bons serviço à pátria o cidadão que tem ficha limpa e serviu em guerra. As definições de bons serviços são várias, desde coisas prestadas em viés humanitário, religioso, político, científico e industrial. Esses eixos explicativos em anexo aos artigos trazem bem as definições normativas padrões para os sujeitos em sociedade e são a base para a avaliação do juiz.

Logo, é fundamental que o profissional, ao analisar processos-crime, atente de forma criteriosa para o papel da justiça na produção do mesmo. Além dos cuidados que

se deve ter com o contexto de produção de uma fonte judicial, é necessário identificar que indícios podem ser analisados em um processo-crime, nesse sentido Carneiro diz que:

Essa documentação apresenta ao historiador inúmeros registros de comportamento, não apenas e de modo mais obvio, de réus e vítimas, mas também de testemunhas, de vizinhos, da família e dos inimigos dos envolvidos, bem como das autoridades responsáveis em lidar e reprimir o desvio. Como resultado disso, podemos acessar indícios de comportamentos invisíveis em outros tipos de documentos; comportamentos que emanam de vários níveis da sociedade e que são passíveis de serem vistos de múltiplas perspectivas. Essas fontes apresentam então uma inter-relação entre lei, estruturas institucionais e valores sociais (CARNEIRO, 2018, p. 34).

É interessante observar como as autoridades agem sobre determinados acontecimentos. Muitas vezes, esses comportamentos aparecem de forma discreta nos processos, porém, para o Contexto do Contestado, as autoridades responsáveis pelos julgamentos ocupavam ou tinham ligação com cargos políticos, isso acabava por comprometê-los.

No processo-crime nº1.121, dos seis réus apenas João Mathias Ribeiro, vulgo João Bahiano, foi absolvido por 5 votos por não estar no dia do crime, ainda que fizesse parte do grupo e morasse no reduto, algo que ele não negou, porém, a alegação do advogado Varella é de que ele não cometeu o crime porque cuidava no dia dos acontecimentos em Rio Bonito de um filho doente, que após dias não resistiu e veio a falecer. Como tratava-se de um júri público talvez isso tenha sensibilizado os jurados. Mas, seu irmão José Antonio Ribeiro, vulgo José Bahiano, julgado no mesmo processo foi sentenciado a 30 anos de prisão por 5 votos, o advogado alegou que o mesmo estava em outro local comprando milho, mas isso não convenceu o júri público.

Esse processo-crime foi intitulado como apelação criminal, uma vez que houve vários julgamentos, e todos sentenciavam os caboclos a trinta anos de prisão por crimes de homicídio e incêndio a propriedades. Apelação, justamente porque no decorrer desse longo processo há várias ações, tanto por parte dos réus como da justiça, a fim de recorrer às sentenças, mas como essas prisões ocorrem em 1916, após o término oficial da guerra, havia uma extrema necessidade de criminalizar e julgar de maneira severa os integrantes do movimento.

Isso configurava uma vantagem para a comarca de Curitiba, pois, todos os presos com grau máximo de sentença eram encaminhados à capital Florianópolis, o que, possivelmente, evitaria fugas já que não estariam nas cadeias da região. Quanto mais enquadramentos na lei houvesse, mais tempo de prisão acarretava, o que era vantajoso, uma vez que, na cadeia da capital, o policiamento era maior, e nas delegacias locais se os

presos fugissem poderiam retornar e despertar novamente o caos e a desordem pública. Agora, é pertinente destacar a apelação da sentença de absolvição de João Mathias Ribeiro, que foi apelada pelo promotor público Edgar Barreto.

O promotor não possuía formação em direito, mas entendia muito bem de todos os recursos e processos jurídicos necessários para recorrer à sentença de João. O promotor Barreto solicitou ao juiz da comarca de Curitiba, Guilherme Abry, a concessão dos autos a fim de arrazoar uma apelação. Sua intenção era apresentar argumentos ao Supremo Tribunal da Justiça para conseguir um novo julgamento para João, o juiz não hesitou em permitir o acesso aos autos. Esse termo foi redigido pelo escrivão Amorim, que também ocupava um cargo político, e assim como, Barreto construía narrativas jurídicas colocando impressões pessoais do movimento. Sendo assim, o termo possui tanto afirmações de Barreto, que escreveu a apelação, como de Amorim, que oficializou essa documentação.

Barreto não economizou palavras e redigiu um longo documento. Sua narrativa é um dos casos dentro do processo nº 1.121 que revela a necessidade de criminalizar os caboclos a todo custo, pois ele discordou da sentença do júri e do juiz da comarca, que poderia ter aberto novos quesitos para julgamento a fim de condenar o réu, mas não o fez. É relevante analisar como o promotor constrói a sua narrativa, a escolha dos termos, ao que atribui ênfase:

Egregio/ Superior Tribunal de Justiça. Appellei da sentença que/absolveu o R. João Mathias Ribeiro, vulgo João Ba/hiano, proferida pelo Trinunal do Jury desta comar/ca, pelas razões que passo expor. João Bahiano/fez parte do grupo de fanaticos chefiado pelo fami/gerado bandoleiro Leodato Manoel Ramos, que, / a 2 de Dezembro de 1914, praticou crimes, dos/mais horrorosos < Razões de apellação apresentadas pelo Promotor Publico > / registrados no movimento chamado dos fanaticos/ que tão dolorosamente golpeou a vida do Mu/nicipio de Coritybanos. Ali os fanáticos manifestaram/ a mais requintada perversidade;demonstraram,/como alías por todos os seus actos, iniludível, ter/minantemente, quaes os sentimentos, qual a índole/que animavam o movimento dos fanáticos. Não foi/ uma lucta de homem contra homens que se travou/no rio Bonito. Os sanguinarios bandoleiros queriam/saciar sua sêde de sangue, e, para isso, não es/colhiam suas victimas. Invadiram os lares abando/nados pelos homens; crivaram mulheres e crianças/de balas;tombadas as victimas, arremessaram-se/ sobre os cadavres e os multilaram/horriavelmente a facção; e, terminada a carnificina, passaram a incendiar casas[...] (Processo-crime nº1.121. 1917, p. fls 81-81v).

O promotor iniciou sua exposição usando a palavra egrégio para referir-se ao Supremo Tribunal. O termo diz respeito a algo extremamente distinto e muito importante. Após, identificou quem é o líder do movimento e descreveu os fatos da autuação de uma forma apelativa e sugeriu que o crime foi uma carnificina direcionada às mulheres e

crianças, tanto que, o quarto quesito para votação do júri julgava se os réus possuíam superioridade em sexo, essa categoria diz respeito à força física. Ele não explica porque os lares estavam abandonados pelos homens, em momento algum no processo isso fica claro, mas esse ponto torna-se um elemento agravante para a criminalização, pois o crime dos homens contra as mulheres era entendido como uma covardia. Das oito vítimas não havia corpo de delito que atestasse morte, mesmo assim o processo seguiu.

O promotor seguiu a exposição, trazendo boas argumentações, como o fato de o réu ter sido condenado anteriormente em outros julgamentos com sentença de 30 anos. Porém, o réu recorreu, o que mudou foi a entrada do advogado Coronel Varella, um rábula da época, que aparece em outros momentos do processo, inclusive como jurado. Porém, o advogado apresentou uma justificativa diferente: a de que João Ribeiro estaria cuidando do filho doente, o que pode ter mudado um pouco o cenário do réu se os jurados sentiram-se sensibilizados, pois dos 7 votos, 5 o absolveram.

Sobre a testemunhas, o promotor defendeu que elas foram adestradas, esse é o sentido real do termo amestrou na fl. 81v., Barreto chegou afirmar que eram amigos e companheiros dos caboclos a testemunhas. Era muito comum no rol de testemunhas de acusação a existência de vínculos de parentesco, os próprios sobrenomes revelavam isso, sendo a vila pequena, poderia ocorrer de o jurado ser compadre ou vizinho. Inclusive, Varella, ao recorrer da ação do promotor, argumentou, juntamente ao Supremo Tribunal da Justiça, sobre a rede familiar existente entre as testemunhas de acusação. Demonstrando que essas testemunhas não observaram, no dia do crime, os irmãos Ribeiro, e como, de fato, nenhuma testemunha presenciou os assassinatos, mas sim, viram apenas o grupo deslocando pelas estradas da vila.

Toda a argumentação do promotor revelou sua visão sobre o grupo, sendo seus argumentos escolhas selecionadas e direcionadas para um fim de controle desses indivíduos que não podiam estar circulando livremente, ou ser inocentados, pois participaram do movimento. O resultado esperado foi atingido, os autos de João foram arquivados em Curitiba e o traslado do processo foi realizado. Todos os recursos feitos pelo réu de nada adiantou, o fim sempre era o mesmo, o processo-crime nº 1.121, demonstra que tudo não passou de um cumprimento de formalidades para parecer tudo justo conforme a lei, também não podemos esquecer que esse julgamento ocorreu no momento em que o movimento tinha grande visibilidade na imprensa local e nacional, afinal a necessidade de criminalizar o movimento também partia da própria poluição. O júri de Adeodato demonstra isso, pois a finalidade era a prisão desses indivíduos e o

afastamento deles das regiões da guerra para demonstrar que o Estado e o exército haviam vencido a guerra. Além disso, observou-se nesse processo o controle sobre o depoimento dos caboclos, que tiveram seus espaços de fala controlados.

Quanto ao processo de criminalização do movimento camponês é nítida a intenção de sentenciar os caboclos a penas máximas, para isso, observa-se o uso de leis e parágrafos que aumentaram o tempo de prisão, por exemplo, nunca se considera, na atuação, apenas um crime de ferimento, sempre é acrescentado mais crimes como de invasão, incêndio e ataques. O Estado e suas instituições, nessa rede molecular de poder, a fim de manter sua ordem, criminaliza o movimento, enquadrando-o em crimes contra o Estado, a propriedade pública e privada e contra a própria vida, mas aquela produtiva.

As implicações da lei permitem acessar as formas de controle do sistema jurídico. É interessante observar, nos processos-crime, as leis as quais os caboclos são enquadrados, como exemplo, crimes de sedição e ajuntamento ilícito, segundo o código penal da época, colocam indivíduos integrantes de uma revolta, ou rebelião em massa, contra uma autoridade estabelecida, crime que se configura numa ação contra a segurança do país. Para os caboclos, o Estado e as empresas eram responsáveis pelas invasões de suas propriedades.

Desse modo, os processos-crime apresentam-se como ricas fontes históricas, que dizem sobre os comportamentos sociais de uma determinada época. As fontes revelam os costumes, tradições e, principalmente, as práticas culturais, religiosas, econômicas e políticas existentes nas redes de sociabilidade. Os processos permitem acesso aos laços sociais e ao modo como são construídos, estabelecidos e fortalecidos. “De forma geral, entende-se que os processos-crime são uma fonte privilegiada para analisar os comportamentos, os modos de pensar e agir das populações (VENDRAME, 2018, p. 105)”. Assim, se faz necessário o uso da Micro-História como um suporte teórico-metodológico, que permite aos micro-historiadores “descrever as estruturas sociais sem perder o que há de mais fundamental nas interações sociais (CARNEIRO, 2018, p. 39)”. Um dos pontos mais relevantes dos processos é a participação de sujeitos “comuns” nas interações sociais.

Foi possível analisar através dos indícios nas fontes criminais a manipulação da justiça oficial por parte das elites locais. Pessoas do poder local moviam os mecanismos de controle e punição oficiais. A atuação de Barreto enquanto promotor público da vila de Curitiba ao questionar o julgamento do juiz revela que ele usava de seu cargo para aplicar as vontades punitivas da elite local contra os caboclos, os quais promoveram

contra essas autoridades inúmeros ataques em resposta ao seu mandonismo político vindo dos coronéis e fazendeiros locais. Afinal os caboclos tinham práticas autônomas de justiça com ataques direto ao poder local. As implicações da lei do segundo código penal demonstram o controle social sobre indivíduos e grupos que ameaçavam a propriedade e o Estado, e revela também uma proteção as pessoas e autoridades por trás das instituições. Logo, a lei possui um efeito nas relações sociais. Os réus Manoel, os irmãos Ribeiro e demais acusados são exemplos que denotam o controle da justiça sobre os integrantes do movimento, que tiveram voz nos processos, mas como acusados e criminosos.

Adiante veremos como a atuação militar foi decisiva para o final da guerra, e como essa instituição do Estado foi se aperfeiçoando nas práticas de combate a partir da guerra no Contestado, passando também por controle e disciplinarização interna. Será observado também as estratégias de proteção dos caboclos contra os ataques das tropas, as tensões internas no próprio movimento e como a guerra foi diluindo os laços sociais entre os caboclos, fragmentando assim, lideranças e dispersando novamente a população cabocla de suas redes de sociabilidade.

2.3 CONTROLE MILITAR SOBRE A GUERRA

A questão territorial sempre foi motivo para conflito, mas esses problemas sempre foram contornados pelos próprios caboclos na região do Contestado, que faziam a justiça com as próprias mãos em um período onde as instituições não atuavam com tanta intensidade. Essas dificuldades dificilmente chegavam ao Estado, as reclamações feitas pelos secretários ou pelo próprio governador nos relatórios sempre dizia respeito à cobrança de impostos, principalmente, nas colônias de imigrantes. Essa documentação redigida pelas autoridades dos estados de Paraná e Santa Catarina trazem muitos silenciamentos em relação aos fatos que ocorriam na região e que estavam desencadeando o estopim da guerra. Inclusive há silenciamentos em relação à própria guerra e à forma como combateu-se os “rebeldes” no Contestado.

Essas seleções controladas de falas, informações e narrativas são muito comuns em qualquer documentação oficial, pois excedentes geram comprometimentos políticos, e, para manter aliados, as boas aparências são fundamentais. Logo, toda autoridade sempre moldará sua narrativa a seu favor. Por essa razão, os motivos da guerra não são expostos com clareza nas documentações oficiais, o que ocorreu nessas fontes é um

esforço em explicar o que era o movimento, como combatê-lo e não o que o que levou a ser constituído.

Todo processo de guerra não surge da noite para o dia, uma vez que há uma soma de diversos elementos e fatos que levam a um conflito armado. A população cabocla da região do Contestado já apresentava um descontentamento em relação à política local e estadual antes de 1912. Esses ânimos são intensificados com a entrada de capital estrangeiro na região, nas figuras da *Railway* e *Lumber*, que além de expulsar as populações de suas terras, mudam toda a sociabilidade da região através das novas práticas de trabalho que surgem. Os novos interesses econômicos levam a uma super valorização das terras e isso dificulta a vida dessas populações, que viviam do sistema de subsistência e trabalho coletivo.

O curioso que esses elementos não foram, em momento algum, considerados pelo Estado no estopim da guerra, havendo uma isenção de responsabilidade. Em toda uma vasta documentação, que abrangia os anos de 1909 a 1917, apenas dois secretários do estado do Paraná, de Negócios de obras públicas e de Colonização, José Niepce da Silva e Marins Alves de Camargo, mencionaram, brevemente, reclamações dos caboclos na distribuição desigual das terras em relação aos imigrantes. Os governadores, como visto, até mencionam políticas de terras aos nacionais, mas nada muito efetivo e assertivo a ponto de legalizar as posses dos caboclos, que eram vistos como invasores da terra.

Em agosto de 1912, ocorreu uma forte concentração de caboclos em Taquaruçu, uma região próxima à vila de Curitiba. Naquela ocasião, acontecia a tradicional festa do Senhor Bom Jesus, o Monge José Maria que circulava na região foi até o evento. A sua presença espalhou-se, atraindo muitas pessoas de toda a região. A fama de curandeiro de José Maria atraiu muitos doentes e errantes, expulsos de suas terras no vale do Rio do Peixe. José Maria recebeu o título de Monge pela própria população que comparava-o com um Monge que circulou na região em um período anterior à guerra: o conhecido Monge João Maria, que inaugurou uma religião messiânica nas populações do Contestado. Contudo, a religiosidade cabocla não era bem vista pelas autoridades políticas:

Procedido da fama de curandeiro, o que força certo prestígio e influencia entre os nossos sertanejos, dada a crassa credulidade do habitante do interior do nosso imenso paiz, appareceu no municipio de Campos Novos um individuo que se baptisava pelo nome de José Maria.

Esse nome evocava a lembrança do velho João Maria, o *monge* que andou peregrinando o seu desequilíbrio e espalhando a sua fé doentia e os seus remédios por aquellas longínquas paragens catarinenses (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1914, p. 31).

O governador de Santa Catarina entendia que o Monge aproveitava-se da população sertaneja. Inclusive, ele comparou José Maria com João Maria. Essa crença não era reconhecida e nem legitimada pelo Estado, tanto que Vidal colocava a fé como doentia e a religião cabocla foi usada pelos governantes e militares para atribuir ao movimento o caráter de fanatismo. As semelhanças presente na Guerra de Canudos e a figura de liderança religiosa de Antonio Conselheiro foram usados pela imprensa da época como elemento de comparação com o Contestado, os confrontos em Canudos ocorreram entre 1896 e 1897, os fatos eram recentes na história brasileira naquele período.

Essa comparação foi criticada por Vidal Ramos, em mensagem de Estado, de 1916. Mas, as comparações entre os movimentos, eram inevitáveis, tanto que, os governadores Carlos Cavalcanti e Vidal Ramos entendiam que o Monge representava um perigo. Para os chefes de estado, ele estava reunindo pessoas criminalmente, estando o foco das autoridades sob a influência religiosa que José Maria exercia sobre os caboclos, o que, para eles, representava uma ameaça à ordem pública. Ramos relatou que cerca de 40 homens foram para o Campo de Palmas, após a dispersão do grupo de Taquaruçu, em 1912, sendo assim, havia um incômodo das autoridades em relação ao número de pessoas ao redor do Monge no Contestado.

Essa tradição messiânica-milenarista e a crença na figura mística do monge sempre existiu na região. A historiografia clássica do Contestado narra a existência de três monges, o primeiro seria o mais documentado, o italiano Giovanni Maria de Agostini, chamado de João Maria, que circulou pelo Sul do Brasil entre 1844 e 1853. A tese do professor Alexandre Karsburg (2012) recupera toda a trajetória do primeiro Monge no Brasil, América Latina e nos Estados Unidos, local de sua morte. O Monge João Maria foi o responsável por inaugurar uma tradição messiânica no Brasil. Sobre o segundo e terceiro:

O segundo Monge, também chamado João Maria de Jesus, teria circulado na região na década de 1890, sendo visto pela última vez em 1908. Algumas pessoas tentam identificar esse segundo andarilho como sendo um grego de origem síria e fala espanhola, chamado Anastás Marcaf, mas isto nunca foi confirmado por outras fontes. O terceiro e derradeiro monge teria sido o curandeiro de nome José Maria, este sim, indivíduo identificado pela memória popular como sendo diferente de João Maria, mas identificado com o primeiro depois de sua morte trágica no combate do Irani, em outubro de 1912 (MACHADO, 2019, p. 18-19).

É impoente destacar que não se pode tratar a existência desses três monges como algo congelado. Existiu na região outras pessoas que se intitularam Monge, o que ocorre é que José Maria foi incluído nessa tradição pela população, que o atribuiu uma sacralidade. Sobre a trajetória do último monge que participou do Contestado, há poucos trabalhos. Sua memória ficou mais associada às práticas tradicionais de cura, que eram muito reproduzidas pela população cabocla sem a presença dos sacerdotes oficiais. Tratava-se de um recurso muito comum, pois a população mal tinha acesso à saúde e, quando havia médicos na região, os evitavam em função das práticas invasivas da medicina uma vez que nesse período o campo médico ainda não era consolidado. José Maria ficou conhecido no planalto catarinense depois de correr a notícia da cura da esposa do fazendeiro Francisco de Almeida, em Campos Novos. Nos meses seguintes, muitas pessoas passaram a dirigir-se ao Monge pedindo ajuda com problemas de saúde.

A religiosidade cabocla era baseada na religião oficial do Estado naquela época, porém, apresentava muitas adaptações conforme o cotidiano daqueles grupos. Essas novas práticas não eram reconhecidas e nem legitimadas pela igreja, segundo Duglas Monteiro (1974), esses novos rituais eram um obstáculo e, por essa razão, enviaram para região mais padres. “Indiferentismo religioso” era o termo usado pela igreja ao se referir à crença dos caboclos, ou seja, um desinteresse pelos rituais mais importantes da igreja, como os sacramentos, a santa missa e a confissão. Os padres viam o Monge como alguém cujos “desvios” deveriam ser corrigidos, e a população carente religiosamente, por falta de orientação.

Assim: “Representava o *monge*, desse modo, um papel equivalente ao do padre, mas estava a serviço e era a expressão da autonomia do mundo religioso rústico” (MONTEIRO, 1974, p. 81). Ao contrário do padre, os monges faziam parte e integravam-se na vida social cabocla. Inclusive, cultivavam os hábitos mais ou menos ascéticos dessa população. Após a morte do Monge do Contestado ocorreu “A Reelaboração religiosa, processa-se através da transformação da figura de José Maria de simples curandeiro a indivíduo santificado, com qualidades proféticas” (MACHADO, 2004, p. 191). Depois da morte do Monge constitui-se todo um misticismo relacionado aos seus momentos anteriores, há entrevistas com caboclos que afirmavam que o Monge havia previsto sua própria morte.

Essa estrutura de representações simbólicas criadas com a morte do Monge, além de reforçar a eficácia mística, acabam por unir ainda mais os integrantes do grupo. As lideranças, a fim de assegurar seus interesses, constroem uma crença em torno do Monge

morto que carecia de justiça, à medida que a violência na Guerra se intensificava, tornava-se mais difícil manter a integração do grupo. Essa questão sociorreligiosa como um elemento de interação e agregação de indivíduos nas redes de sociabilidade ficou claro após ao “não retorno” do Monge, pois as lideranças religiosas instituíram as “Virgens Santas” que tinham visões de José Maria sobre a guerra, essas visões guiavam os caminhos da guerra e influenciavam as pessoas a continuar lutando.

As lideranças de guerra usavam meios simbólicos como estratégias para fortalecer o movimento e atribuir aos indivíduos elementos de distinção, por exemplo, os *Pares de França*, nas representações dos soldados de guerra, esse grupo representava uma força armada especial dentro da guerra nos combates, esse homens como aparece nos processos-crime portavam os chamados “distintivo”, estandartes com a cruz, e patuás. Com certeza dentro dos redutos isso representava um elemento de prestígio, assim como as forças militares possuem divisões internas baseadas em hierarquias, os caboclos também buscavam se diferenciar dentro e fora do movimento. Isso revela a capacidade criadora e organizacional do movimento caboclo.

Os caboclos sempre viveram sobre a tutela dos coronéis e políticos locais, e sempre estiveram sob controle, até a chegada de José Maria. A autoridade política que ficou em alerta nas primeiras reuniões do grupo, antes de se pensar em guerra, foi o Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque. O chefe de Curitibanos imaginou que o Monge podia estar a serviço de seu rival político, Coronel Henrique Paes de Almeida, que era primo de Francisco de Almeida, fazendeiro de Campos Novos, que teve a esposa curada pelo Monge, acontecimento que trouxe fama rápida ao curandeiro.

De imediato, o coronel Albuquerque entrou em contato com o governador catarinense Vidal José de Oliveira Ramos, o seu compadre. Havia também na região uma disputa de poder muito forte entre os coronéis que dominavam a política local, esses homens sempre estavam atentos a tudo. Diante desse cenário, não há como separar o elemento religioso da guerra, uma vez que os primeiros laços sociais do grupo, enquanto movimento, foram construídos a partir da crença messiânica-milenarista. Afinal, foi em meio a uma festa religiosa que surgiram os primeiros desentendimentos entre o coronel Albuquerque e os caboclos.

Na mensagem publicada em 24 de julho de 1913, Vidal relata ao congresso no subtítulo *Ordem e segurança Públicas* a denúncia feita pelo superintendente municipal de Curitibanos, “um digno membro do congresso”, que denunciou ao Estado a existência

de um ajuntamento de “fanáticos” em Taquaruçu. O Coronel Albuquerque pediu providências para dispersar o bando de sertanejos:

O novo *monge* conseguiu alliciar um grande bando de patrícios nossos no lugar Taquarussú, com os quaes pretendia, conforme annuncio prévio, ir á sede do município estebelecer o seu quartel general e dar expansão ao perigoso fanatismo já então imperante (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1913, p. 18).

Vidal Ramos atendeu Albuquerque, enviando cerca de 30 praças do regimento de Segurança do Estado a Curitiba, a reunião dos caboclos representava uma ameaça sob a suposta liderança do novo monge, porém José Maria, para evitar conflito, dispersou a concentração de indivíduos ao seu redor durante a festa e foi para os Campos de Palmas, com um pequeno grupo de seguidores para a região de Irani⁸, que naquele período pertencia à administração paranaense e era contestada judicialmente.

Contudo, a reunião dos sertanejos em torno do Monge em território paranaense deixou as autoridades estaduais também em alerta, entenderam a organização do grupo como uma ação coordenada pelos catarinenses relacionada à indefinição territorial dos limites entre os estados. Esses acontecimentos vão demonstrando ao longo das movimentações da guerra as disputas políticas, e a população cabocla em meio a tudo isso, por essa razão não há como entender a formação do movimento sem observar esses eventos ligados as políticas de terras e colonização e depois a criminalização da guerra.

Diante dessa situação, o governador Carlos Cavalcanti enviou um efetivo de 265 homens do regimento de segurança do Paraná para combater o grupo de seguidores do Monge José Maria, que estava na região justamente para fugir das forças policiais de Santa Catarina. É sob esse cenário de disputas políticas e rivalidades que ocorre, em outubro de 1912, o primeiro combate no Irani, que terminou com as forças paranaenses derrotadas e a morte das lideranças de guerra, sendo abatidos em batalha o Monge José Maria e o Coronel João Gualberto. Na mensagem do Estado do Paraná, de primeiro de fevereiro de 1913, o governador relatou, de forma breve, os ocorridos da guerra em 1912, é notável a sua preocupação com o território ocupado pelos caboclos. Para o governador, José Maria era um criminoso e representava um perigo para as populações estabelecidas no Campo de Palmas.

O governador paranaense abriu o subtítulo *Ordem Pública* em sua mensagem falando que a maior propaganda do Estado era seus hábitos pacíficos de terra hospitaleira,

⁸ Atualmente Irani pertence a Santa Catarina conforme o acordo de limites assinado entre Paraná e Santa Catarina em 20 de outubro de 1916.

mas que isso estava em perigo. Diferente de Santa Catarina, que recebeu novos ataques dos caboclos a partir de 1913 e tentou acordos de conciliação para evitar a luta armada, Paraná escolheu ser hostil e rápido no controle militar sobre os caboclos.

Após a primeira batalha, até meados de 1913, houve, de certa forma, uma trégua de conflitos armados, mas esse tempo foi o suficiente para reunir mais caboclos expulsos de suas terras pelas empresas americanas, sendo possível estabelecer uma organização e fortalecimento dos laços sociais e de solidariedade entre esses caboclos expropriados. Enquanto isso:

Em Curitiba, o coronel Albuquerque continuava colecionando inimigos, levando para a oposição a família Sampaio, por questões de honra, e abrindo conflito com o clero local, acusado de partidização de sua atividade. A ruptura com a família Sampaio também significou a abertura do conflito com o jovem advogado Henrique Rupp Jr., filho do superintendente municipal da vizinha Campos Novos (MACHADO, 2017, p. 24).

A família Sampaio usou do movimento para opor-se ao Coronel Albuquerque, fazendo parte das lideranças de guerra. O jovem advogado era filho de Henrique Rupp, e atuou libertando muitos caboclos presos durante a guerra, o jovem acreditava que os processos da guerra deveriam ser julgados na instância Federal e não Estadual, e defendia o princípio da individualização da pena nos crimes coletivos, essa lei também foi defendida pelo Juiz Luís Abry em Curitiba durante os processos Henrique Rupp J. também defendia a falta de testemunha ocular, onde o fato de não ver, não era prova, isso inocentou muitos caboclos. Logo, a mesma justiça que criminalizou os caboclos também ajudou a inocentar integrantes do movimento em alguns processos, e também é difícil julgar indivíduos em crimes coletivos por mais que os julgamentos sejam individuais, pois sem testemunha ocular, é impossível provar a culpa dos sujeitos nas ações julgadas. Logo, é muito importante observar que são as pessoas por trás dos cargos políticos e jurídicos, pois segundo Carneiro (2019) é relevante observar o perfil dos processos e dos envolvidos.

Segundo Machado (2017), Henrique Rupp o pai do advogado era um agrimensor alemão que adquiriu propriedades em Campos Novos e Curitiba, era aliado político da influente família Ramos. Já o filho não seguiu os caminhos do pai, formou-se em direito em Porto Alegre, constituindo sua carreira rompendo a Ramos e Albuquerque, de acordo com Machado (2017, p. 10) “Ao longo dos anos de 1915 e 1916 Rupp Junior se notabilizou como advogado de numerosas lideranças rebeldes que conseguiu libertar através de vários processos de Habeas Corpus”. Esses pontos demonstram um

acionamento da justiça para resolver conflitos políticos das elites locais, revelando processos de disputa por poder entre proprietários. Muitas das lideranças de guerra do Contestado usaram do movimento armado para medir forças com Albuquerque.

Os conflitos intensificam-se a tal ponto que, em dezembro de 1913, ressurgiu novamente um forte agrupamento de caboclos no município de Curitiba, em Santa Catarina. Um novo encontro em Taquaruçu deixou novamente as forças estaduais de ambos os estados em alerta. Carlos Cavalcanti pronunciou em mensagem ao congresso esse novo episódio no Contestado:

Para este efeito mobilizei fortes contingentes da força pública, por maneira impedir a ameaçadora incursão em nosso território, tendo sido expedidas aos comandantes desses contingentes, as mais severas instruções para o fim de evitarem o alarme dos habitantes dos sertões, operando com a precisa moderação e em todo o caso, sempre dentro da lei. Até este momento, folgo em anunciar-vos, essas providências têm dado os melhores resultados, mantendo em perfeita tranquilidade toda a zona de jurisdição paranaense (Mensagem do Estado do Paraná, 1914, p. 11).

As forças militares paranaenses estavam direcionadas à proteção do território, afinal os interesses do Estado mudaram completamente quando a terra agregou significativo valor econômico, principalmente, as terras devolutas do Estados e as áreas de disputa judicial que foram cedidas para a construção da linha férrea e direcionadas aos novos imigrantes que chegavam pelas políticas imigratórias. Então, o Estado tinha por dever proteger essas terras para assegurar seus direitos, efetivar suas jurisdições e, também, impedir que mais paranaenses aderissem ao movimento camponês, pois a população cabocla do Paraná, assim como, a catarinense também estava descontente em relação a tudo que estavam passando, muitos caboclos expropriados do Paraná foram viver nos redutos da guerra.

Apesar de, na mensagem anterior, o governador paranaense colocar a população como eixo central de sua preocupação no início da guerra, na realidade, o estado do Paraná buscava assegurar seus próprios interesses que estavam centrados na proteção do território e de suas fronteiras. Logo, todo o controle social se exerce através da manutenção da ordem, dessa forma, as forças militares tinham por objetivo defender o território, os bens do estado, impedindo a expansão do movimento, contornando as desordens que eram entendidas pelo como uma ameaça aos seus poderes, principalmente, os locais.

Havia também uma preocupação maior por parte do Paraná, tanto nos anos que antecedem a guerra, quanto durante o conflito em relação às definições de limites com

seu vizinho, pois o estado já havia recorrido ao governo federal a uma decisão do STF⁹ que levou a uma derrota de seus recursos em 1909. Essa preocupação foi observada nos documentos do estado paranaense, que direcionou o surgimento da guerra ao território indefinido. Enquanto que Santa Catarina estava mais focada na colonização e povoamento no período anterior a guerra. A questão dos limites representava um problema, mas a boa relação do estado com a política federal trazia, de certa forma, tranquilidade. Porém, os catarinenses na guerra sentiram seu território mais ameaçado.

Por isso, o foco militar de cada estado ocorreu de maneira diferente, mesmo assim, os estados uniram-se durante a guerra para combater o movimento, solicitando intervenção federal e disponibilizando tanto tropas militares, como civis, bem como recursos a fim de conter o movimento. Ambos os estados não reconheciam a guerra como fruto de suas escolhas políticas, econômicas e sociais. Sendo assim, o controle do movimento se deu pela violência, usando de artilharia militar forte contra espingardas, revólveres e fações. Criminalizar o movimento através do argumento da ignorância tornou-se um recurso eficaz dos Estados e Governo Federal para efetivar o avanço de suas tropas nos sertões do Contestado.

Entretanto, não foi fácil para os Estados controlar a guerra, pois os recursos militares eram escassos, por isso, havia dependência de forças federais. O governador Vidal Ramos, no relatório de 1913, ao redigir sobre os fatos ocorridos em 1912 da *Força Pública* do estado, relatou a dificuldade em comandar um corpo policial que estava disperso pelo estado, e, constantemente, fora do quartel, sendo a instrução e disciplina desses homens prejudicada. Não há como separar controle de disciplina, são questões interligadas com a ordem, uma vez que os policiais eram um braço do estado. Além disso, havia poucos policiais para uma vasta área territorial.

Não havia um poder policial bem estruturado em ambos os estados, tanto que os caboclos ganharam a maioria das batalhas nos primeiros anos da guerra, a batalha do Irani é um exemplo do despreparo das forças policiais. A sociedade também passava por mudanças estruturais com os novos processos de modernização:

A nossa população cresce dia a dia. A colonização empreendida pelo Governo Federal as construções de estradas de ferro fazem afluir ao Estado milhares de indivíduos que, aglomerados em zonas longínquas e outr'ora quase desertas, reclamam a assistência da força pública, como elemento indispensável de ordem e segurança (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1913, p. 23).

⁹ Supremo Tribunal Federal.

O Estado reconhecia a impossibilidade de atender a todos prontamente e pediu ao congresso uma atenção maior para esse dever do estado. Dessa forma, as novas mudanças políticas e econômicas trouxeram novas emergências e problemas aos estados. Por mais que estivessem lucrando com a colonização e povoamento das terras devolutas, novos conflitos e problemas passaram a surgir. Logo, o rápido aumento da população causava mais problemas entre os habitantes do Contestado, o que exigia mais policiamento. Segundo o documento de 1913 mesmo antes da guerra as populações cobravam a presença de mais policiais, durante a guerra, essa escassez foi ainda maior, pois todos eram convocados, até os civis. O governador Catarinense não mediu esforços em detalhar bem os acontecimentos da guerra.

A sinopse de 20 de julho de 1914, do quadriênio de 1910 a 1914, do governo catarinense de Vidal Ramos trouxe uma longa descrição da guerra em detalhes, revelando as preocupações do estado diante da necessidade de controlar e criminalizar o movimento. O documento manifestou o desenrolar da guerra do início em 1912 ao seu auge, em meados de 1914, bem como apontou as trocas oficiais de telegramas entre os chefes de governo e militares.

O documento trouxe uma grande riqueza de detalhes, há um forte diálogo com as fontes judiciais. Há muitos silêncios nos processos-crimes e sumários, no que se trata da descrição dos fatos ou objetos de crime, todos esses pontos são retomados nas mensagens de estado. No entanto, assim como nas fontes judiciais há pontos que são recortados, por exemplo, as cartas¹⁰ escritas e assinadas pelos caboclos endereçadas aos militares. Essa rica documentação era encontrada em campos de batalhas após a retirada dos rebeldes, esses relevantes registros traziam as impressões dos caboclos sobre a guerra, porém, nenhum deles foi anexado na íntegra nas mensagens de estado.

Apenas o governador de Santa Catarina anexou trechos dessas cartas nas mensagens. Vidal Ramos era o que mais empenhava-se em descrever os detalhes da guerra, apresentou até os processos de fracasso das expedições. Ele também fazia fortes julgamentos sobre o movimento. Passo a expor agora as movimentações da guerra buscando problematizar nas fontes de forma mais sistêmica elementos que revelam a criminalização do movimento em seu momento mais violento e repressivo que foi durante a intervenção do exército, percebendo assim, inclusive os próprios papéis das instituições que vão se redefinido com a Guerra no Contestado.

¹⁰ Essas seleções feitas nas cartas serão problematizadas no capítulo três desta pesquisa.

Após a batalha no Irani, que acarretou na morte do Monge, houve uma interrupção de um ano nas batalhas, o tempo exato que “o Monge alegou” em profecia de seu retorno, havia uma crença de que o Monge ressuscitaria um ano após sua morte com o exército Santo de São Sebastião.

Esse fato místico tão aguardado pela população não ocorreu, mesmo assim o grupo seguiu adiante influenciado por novas lideranças religiosas, começando por mulheres, as chamadas Virgens Santas. Houve até a participação de meninos, todos jovens, que alegavam ter visões do monge que orientava o movimento nas decisões. Lembrando que essa liderança não era soberana porque existiam os comandantes de guerra nos redutos. Sobre esse tempo de espera, após a batalha em Irani, Vidal afirmava:

Verdade é que a semente do mal alli ficara. O fanatismo tem raízes que só a instrução pode extirpar. A alma ingenuamente supersticiosa do nosso sertanejo ainda se conserva num estado de grosseira imperfeição psychica (mensagem do Estado de Santa Catarina, 1914, p. 34).

O retorno do Monge com os mortos caídos em batalha foi uma estratégia das lideranças de guerra para impedir a dissolução do grupo na primeira batalha, essa volta mística representava um elemento de esperança e o período de tempo era necessário para uma organização militar cabocla. O “fanatismo religioso”, para o governador catarinense, poderia ser resolvido apenas com instrução escolar. Ao mesmo tempo, que o político apresentava como solução a educação, dizia que o estado não dispunha de recursos financeiros para atender tal demanda e, por conta disso, ocorreu o renascimento inesperado do “fanatismo”, nas palavras do governador “O analfabetismo tem dessas terríveis surpresas” (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1914, p. 35). O “fanatismo religioso”, assim como, o “analfabetismo” era uma visão da elite sobre o movimento, além disso, a população não entendia o analfabetismo como uma demanda e sim o governo. Nesse processo de visões e explicações sobre a guerra, o Paraná defendia uma definição rápida dos limites para resolver os problemas de jurisdição e Santa Catarina alegava que o analfabetismo, bem como todos os elementos psíquicos e morais dos caboclos era a causa central da guerra. Cada Estado tinha uma explicação diferente das causas do movimento baseadas em relações políticas e sociais.

Sobre o retorno do Monge, Vidal relatou o ressurgimento do grupo as margens do rio Taquaruçu para aguardar a anunciada volta de José Maria. Havia cerca de 150 homens todos armados, o número de integrantes do movimento só aumentava, a sua frente estava Euzébio Ferreira e Chico Ventura. Diante da situação, partiu de Curitiba o cidadão

Sergilio Paes de Farias para tentar uma negociação com as lideranças do movimento. Esse homem era convocado constantemente nos processos-criminais para ser testemunha de acusação, mas ele nunca era encontrado ou não podia depor. Mas, nunca foi cobrado por pena de revelia¹¹, apenas uma vez foi mencionado que estaria a negócios na capital e por isso não podia depor.

O não retorno dessa testemunha nos processos era intrigante, até o momento em que Vidal Ramos citou o envio de Sergilio para aconselhar a dispersão do grupo em Taquaruçu. O cidadão voltou com notícias ruins ao governo, pois existia improficuidade na missão, ou seja, não havia vantagem alguma no envio de Sergilio, pois ele era irmão de Francisco Paes de Farias, conhecido por Chico Ventura um dos líderes dos caboclos. Francisco Ventura era réu no processo nº 2 do liv. nº 11 pelo crime de ferimento grave em 1915. A autora da acusação foi a justiça, através de seu promotor Ceslau Silveira da Silva. O grupo foi acusado de invadir Curitiba em janeiro de 1914, durante uma troca de tiros acabou morto um dos “líderes”¹², Praxedes Gomes Damasceno e foi ferido Chrispim Augustinho de Aguiar, um civil identificado várias vezes no processo como preto, esse é um dos poucos processos que menciona a cor. O grupo estava na cidade para buscar sua mercadoria apreendida, que não é especificada com detalhes na autuação do processo, mas na mensagem de estado o governador de Santa Catarina foi revelado que Praxedes buscava por suas munições que foram apreendidas, o grupo de caboclos sofreu uma emboscada e reagiu ao conflito armado que resultou em um processo. No rol de testemunhas estava Sergilio o irmão do réu Chico Ventura.

Sergilio não depôs em nenhum momento, mesmo estando em lados opostos da guerra, os laços sanguíneos permaneceram. O curioso é que depois, no decorrer do processo no rol de testemunhas o nome Sergilio, é substituído por Vergílio, mudando apenas a letra inicial, o que supõe erro de digitação na fonte. O sobrenome permaneceu igual, nenhuma testemunha de acusação com o sobrenome Farias apareceu. Esses laços sociais revelam as complexidades da guerra.

¹¹ Revelia significa quando o réu ou a testemunha não comparecem após convocação em um julgamento. No caso da testemunha ocorre a multa por não comparecer. E para o réu quando não comparece após citado em processo é julgado de igual forma não significando necessariamente sua confissão de culpa. (Fonte: Código Penal Brasileiro). Nos processos usados nessa pesquisa nenhuma testemunha foi multada sempre houve comparecimento do número legal de testemunhas para continuidade do processo, mesmo havendo o não retorno de alguns quando convocadas e ameaçadas de pena de revelia.

¹² A participação de Praxedes Damasceno no conflito é entendida pela historiografia da temática até hoje como um mistério por conta de sua postura contraditória, pois ele não queria participar do segundo Taquaruçu, era amigo do Coronel Albuquerque.

Sergilio era um homem influente, e negociante na cidade de Curitiba, enquanto que seu irmão Chico Ventura estava no lado oposto do conflito e, assim como seu irmão, é possível que também possuísse posses, mas cada um tinha um interesse específico. Sergilio possuía boa relação com a justiça, isso é visível no processo nº977 ele não compareceu em todas as convocações, porém não foi punido por isso, provavelmente, ele deve ter pedido para não depor no processo contra seu irmão ou preferiu não comparecer. Além disso, Sergilio deveria ser um homem de prestígio naquele período, pois foi escolhido para aconselhar o grupo a dispersar e viajava a negócios.

Interessante como os laços sociais, de parentesco e familiares são revelados nos processos-crimes e mensagens, é importante observar as redes de proteção que os caboclos acionaram no decorrer da guerra. Uma única fonte não permite observar essas redes, mas quando há mais de uma fonte de busca isso tornasse visível, como visto no caso dos irmãos Farias, que seguiam lados opostos da guerra, mas em momento algum um tentou prejudicar o outro por suas escolhas. Esses detalhes dizem muito sobre a guerra, a manutenção dos caboclos que era dependente desses vínculos externos para manter os redutos e combates.

Tendo em vista que a primeira negociação de dispersão não deu certo, devido aos laços de parentesco, os governantes prosseguiram tentando apaziguar o combate. O grupo não estava na região apenas para esperar o monge ressurgir, mas para anunciar a continuidade da guerra. Se o fato místico fosse o único elemento da reunião dos caboclos, esses teriam ido embora logo em seguida, quando perceberam que a espera como profetizada não ocorreu. A religião e a crença na tradição messiânica foram elementos de integração das pessoas ao movimento, a identificação pela crença no monge e nos seus ensinamentos fez parte da construção do grupo.

Todavia, a figura religiosa não foi usada apenas pelos caboclos, nos primeiros movimentos do retorno da guerra, o frei franciscano Rogerio Neuhauss, que exercia forte influência naquela região, foi enviado para conversar com o grupo para tentar impedir uma nova batalha. Para o governador, o frei tinha a confiança das populações sertanejas. Mas, essa negociação também não deu certo, o religioso voltou indignado pelos insultos e ameaças que sofreu na sua lamentável missão de paz. O franciscano escreveu cartas sobre sua presença no reduto e foi entrevistado, todas as informações foram publicadas pelo Jornal *A Época* da capital e também pela imprensa do Rio de Janeiro. Segundo o frei, as ordens do grupo vinham de José Maria, por intermédio de crianças e videntes. O frei acabou fornecendo as informações que o governador catarinense necessitava para

poder tomar uma posição e ainda alarmou a imprensa da época que já estava alvoroçada com a nova reunião dos integrantes.

As pessoas não estavam unidas apenas por laços religiosos, mas também pelos sociais, esse tempo, após a primeira batalha, possivelmente, serviu para que os caboclos buscassem recursos e alianças, pois o grupo começou bem estruturado no início da guerra, dispondo de meios de sobrevivência, como munições e alimentos. Muitas pesquisas clássicas do Contestado revelam, por meio de entrevistas, que havia muita fartura nos redutos, isso faz sentido quando Setembrino decidiu fazer um cerco de isolamento aos caboclos, impedindo assim a circulação de recursos para os combates.

O governador catarinense, sabendo das pretensões dos caboclos, através da missão do frei e consciente de seu limitado regimento de segurança estadual acabou optando por deixar de lado as desavenças com seu vizinho Paraná e o comunicou sobre os fatos ocorridos conforme transcrição do telegrama:

Florianópolis 7 – 12-1913
Presidente Estado Paraná
Curitiba.

Acabo receber seguintes informações: do Superintendente Municipal de Curitibanos: Pessoa que mandei logar denominado Taquarussú verificar ajuntamento ilícito allí diziam existir, assegura estarem reunidos cerca de 150 homens, 50 mulheres, maior parte armados com winchesters, com divisa branca no chapéu. Dizem-se guiados pelo *monge* que morreu no Irany e que pensam ter reaparecido. Nesse sentido Dezembargador Chefe Policia vae telegrafar ao seu colega desse Estado.

Cordiais saudações.

(assignado) Vidal Ramos.

(Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1914, p. 39).

Vidal Ramos comunicou de imediato seu vizinho Paraná, não só para lhe informar dos novos fatos, mas, possivelmente, por conta do interesse na soma das forças policiais de ambos os estados. Havia uma ideia de quantas pessoas estavam reunidas, havendo inclusive a participação de mulheres, pois eram famílias inteiras que viviam nos redutos. Além disso, o grupo possuía armas, um dos elementos de representação era destacado, a cor branca no chapéu, que também era a cor da bandeira do movimento. Na sequência, o chefe de polícia de Curitibanos enviou um telegrama ao chefe da polícia do Paraná informando que o número de homens era superior a 150 e alertando que, após a dispersão do grupo, poderia ocorrer um novo deslocamento para a jurisdição do Paraná, o governador Carlos Cavalcanti de imediato providenciou suas forças.

As movimentações militares para conter o movimento foram intensificadas, pois, todas as tentativas de negociação não estavam dando retorno. A comunicação nessas

situações configura-se como um dos pontos fundamentais, o que foi logo sentido entre as autoridades políticas e militares, a preocupação estava no fato de que o tempo estava passando e mais pessoas estavam aderindo ao grupo. Após comunicar o governador do Paraná, o governador catarinense tomou duas decisões: a primeira foi enviar tropas para Curitiba e a segunda comunicar o Presidente da República, via telegrama, sobre o novo ajuntamento.

É interessante observar a ação do governo frente aos novos acontecimentos, o tempo todo na documentação oficial Vidal Ramos colocou e reforçou, sempre que possível, que o propósito do governo era evitar o derramamento de sangue. E que a ele inspirava não somente deveres humanitários, mas a ordem pública futura, o governador colocou que a sede de vítimas traria mais elementos de perturbação e anarquia. De qualquer forma, ao dirigir-se ao presidente do Brasil, solicitou auxílio da força federal e pediu para que o deslocamento fosse pela Estrada de Ferro.

Aquele desejo do governo do Império ao contratar a construtora efetiva-se, pois, um dos objetivos ao construir a linha férrea era para que ela também pudesse ser usada em guerra para transporte rápido de tropas e armas, essa garantia foi assegurada em contrato. A construção da linha férrea nessas regiões foi projetada estrategicamente pensando nas fronteiras, onde ocorriam disputas desde o Brasil colônia e império¹³. A linha férrea foi muito utilizada na guerra para o deslocamento das tropas, alimentos, cargueiros e armas.

Por meio da linha férrea, chegaram no Contestado, no final de 1913, cerca de 300 homens encarregados de desarmar os caboclos e efetuar a dispersão. Os números revelam o tamanho do conflito que com o passar do tempo só cresce. Em telegrama ao capitão Adalberto e outros oficiais, Salvio Gonzaga chefe de Polícia de Santa Catarina disse que respeitariam as recomendações do governo, ou seja, só atacariam se fossem agredidos. Mas, as forças de segurança deslocaram-se de forma estratégica, dividido em grupos. Importante lembrar que naquele período, os militares já portavam metralhadores, e foram levadas para a guerra duas, o que significava uma artilharia pesada em relação a que os sertanejos possuíam.

A organização militar não se deu somente por parte dos militares. Não eram somente os generais que possuíam estratégias de guerra, uma das grandes dificuldades relatadas em todos os telegramas e relatórios militares era a ingratidão dos caminhos:

¹³ Um dos elementos de preocupação eram os espanhóis do Prata, que efetuaram seu domínio no porto do Rio Grande entre 1763 e 1777. (MACHADO, 2004, p. 61).

Nossos soldados, equipados em completa ordem de marcha, com farnel de comida etc., perderam de momento, quase, extenuados pelas subidas e descidas, a alacridade que lhes é peculiar, e offegantes iam vencendo as tortuosidades dos caprichosos caminhos, sem que murmurassem uma queixa (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1914, p. 50).

Essas informações correspondiam a um relatório sobre a marcha realizado a Taquaruçu e o combate, anexados na mensagem do governador catarinense, constam os nomes do Capitão Adalberto de Menezes, o relator e um dos comandantes das forças federais, enviou as informações ao general de brigada estratégica Adalberto Ferreira de Abreu, responsável pelas tropas federais. As reclamações sobre o trajeto ao reduto, revelam a interessante escolha dos caboclos, que também foi pensada estrategicamente, pois os locais de difícil acesso eram justamente para dificultar a marcha das tropas.

Nas descrições, o terreno acidentado por subidas e descidas também possuía mata densa, despenhadeiros, fossos, além disso, se acaso o reduto fosse invadido tinham como fugir para outras regiões ou se esconder na mata. Os caboclos possuíam grande conhecimento dessas regiões e suas rotas, e usavam a geografia dos redutos a seu favor, inclusive, para esconderem-se e realizar emboscadas surpresas, o que era muito comum acontecer em combate. Esse fato significava uma grande vantagem aos caboclos, por isso, o governo de imediato ofereceu vantagens as rendições e as pessoas que servissem de guias para as tropas. Esse conhecimento das matas vem da tradição do tropeirismo na região e também os caboclos tinham por hábito se deslocar constantemente dentro das matas para exploração de madeira e ervais e já estavam acostumados ao terreno acidentado.

As dificuldades dos generais não se restringiam apenas ao difícil relevo dos sertões, foi difícil até de montar o comboio para entrar mata a dentro, sendo assim precisavam de animais para o transporte de armas, munições, alimentos etc., os tropeiros e proprietários não queriam ceder os animais mesmo mediante pagamento de aluguel e indenização dos animais mortos. A questão foi sanada com a autorização do chefe de Polícia de Santa Catarina ao negociante Guilherme Gaertner, não há muitos detalhes sobre esse processo, se houve, ou não, alguma intervenção mais autoritária por parte dos militares. Como não bastasse, o general Abreu responsável reclamou que os animais não eram próprios para marcha, mas tinha que fazer o comboio com aquela tropa de muares.

Os tropeiros, por conta da chegada da linha férrea, tinham perdido o seu espaço de atuação tanto que o movimento contou com a participação de muitos deles. Para as populações pobres, os muares eram o único meio de transporte e trabalho, então havia, de

fato, motivos para desconfiança. Mas os problemas não pararam, pois não se apresentava a possibilidade de as forças militares atravessarem o Taquaruçu porque não tinham força suficiente para tal demanda, e por isso escolheram adotar a estratégia de fazer fogo, ou seja, atirar a 300 metros do acampamento.

É possível observar, no documento do capitão Menezes, ao relatar essa primeira expedição, que foi um fracasso, ele descreveu os fatos e justificou-se ao mesmo tempo, por exemplo, quando fala da dificuldade com os muares, adiante fala da perda de animais desgarrados e, por conta, disso e da espera desses cargueiros as tropas atrasaram. As coisas não estavam funcionando com o devido rigor e organização que uma guerra exige. Apesar das limitações, o capitão conseguiu encontrar a 2 quilômetros de distância o chefe de polícia de Santa Catarina e juntos planejaram a marcha e prepararam um ataque.

Foram dias de deslocamento, o Capitão do exército Esperidião de Almeida, por meio de correspondência ordenou a marcha sobre Taquaruçu, no dia 29, devendo efetuar o ataque o primeiro que chegasse. O capitão era tido como ansioso e exagerado pelos seus companheiros de farda nos relatórios. Assim, as tropas deslocavam-se, não caminhavam juntas e vinham de direções diferentes nesse primeiro momento. Ao longo desses trajetos, os militares hospedavam-se em fazendas de aliados, onde montavam acampamentos. As grandes oligarquias locais davam apoio total à intervenção armada, pois era de seu interesse ter o movimento contido, para poderem manter suas posses seguras, principalmente, as advindas de processos de expulsão, essas práticas não eram apenas exclusividade da *Lumber e Railway*. Além disso, umas das formas de manter toda a população cabocla nos redutos era por meio do arrebanhamento de gados nas fazendas. Logo, todos os proprietários sentiam-se ameaçados.

Além dos grandes fazendeiros, os militares também contavam com civis “A 26 fez junção com a força do dr. Chefe de Policia, que se compunha de 60 praças, 1 capitão e 1 Alferes, estando aggregado a ella cerca de 60 civis, cujo armamento consistia em clavinas, revolvers e pistolas” (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1914, p. 52). Pela participação expressiva de civis fica claro que grande parte da população não apoiava o movimento, isso deveria ser uma conquista da criminalização do movimento. Contudo, como relata o capitão Menezes, vários civis sob diferentes pretextos foram desligando-se do chefe de polícia, que passou pela decepção de ver o número de voluntários diminuindo, e também é questionável até que ponto essa participação foi por vontade própria e não a mando de proprietários de terras que obrigaram seus funcionários a participar. Durante o conflito, muitos também fugiram, se escondendo, pois não tinham experiência em

combate, suas armas eram inferiores, eles seriam a linha de frente da tropa junto da força policial.

A vigilância enquanto um mecanismo de disciplina e controle também foi um elemento muito importante na guerra, durante os acampamentos era feito as rondas noturnas, para evitar ataques surpresas enquanto as tropas descansavam. Vigiar era uma ação de controle e prevenção, os caboclos acompanhavam as expedições avançando para os sertões. Em uma dessas noites, o filho de Chico Ventura, um dos chefes do grupo, foi capturado “O prisioneiro, que, a principio, nada queria confessar, foi pouco a pouco, interrogado habilmente, dizendo a verdade. Aproveitamos-o para nos servir de guia, evitando as trincheiras e ‘guardas’ que, segundo elle declarava, havia pelo caminho” (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1914, p. 56). Provavelmente, o jovem foi torturado, a expressão interrogado habilmente, sugere isso, o que o levou a falar não é especificado, sugerindo uma tortura diante do fato de que o menino não queria falar conforme as palavras do próprio capitão. O uso das aspas para a palavra guardas parece um desdenho a essa organização militar dos caboclos.

Havia uma organização militar bem estruturada entre os caboclos, pois as tropas encontraram, durante o caminho, trincheiras abandonadas construídas com pinheiros e com trilhos para retirada rápida. Esse local podia abrigar os caboclos em conflito armado e, se a situação ficasse difícil, tinham como fugir para a mata. Após, o relator informou que encontraram a casa do chefe Chico Ventura¹⁴ abandonada, tendo ainda aceso fogo de lenha. Na visão do militar relator, as tropas estavam em pleno Taquaruçu, e esperavam encontrar ao menos um insignificante povoado, porém, o local não correspondia ao que afigurava-se ao citarem seu nome. Porém, mais tarde os flanqueadores do capitão Euclides, tendo o filho de Chico Ventura à frente, encontraram a primeira trincheira guarnecida de homens armados e algumas mulheres.

O grupo atacou a pequena tropa, em meio ao tiroteio o prisioneiro, Guilherme, filho de Chico fugiu, é provável que essa ação tenha sido uma estratégia para ajudar o jovem a desvencilhar-se das tropas. Diante do tiroteio, as tropas ficaram ansiosas para entrar em ação, houve a morte de um soldado. Os responsáveis, para avançar à frente, foram as forças estaduais e civis duramente usadas como escudo, houve recuo dos

¹⁴ Segundo Machado (2004) as terras ao redor do acampamento caboclo de Taquaruçu eram de Chico Ventura. Mas, um indício que aponta para lideranças de posses.

praças¹⁵ por parte do chefe de polícia catarinense, que percebeu que grande parte de seu comboio estava perdido no mato e com animais mortos.

O toque de cessar fogo foi efetivado, distante ouvia-se os disparos dos caboclos, que tomaram a ação de iniciar um conflito armado, o interessante é a presença das mulheres o tempo todo nos relatórios e presentes nos campos de batalha, o relator não informa se elas também tinham armas e atiravam. Apesar do militar colocar que sua narrativa era simples e que não ocultaria a verdade, ele não revela na íntegra todos os detalhes. De qualquer forma, não há como excluir as mulheres do processo da guerra, pois elas estavam nas lideranças, nos redutos e, como visto acima, no campo de batalha.

Ainda sobre a participação das mulheres na guerra o relator informa que “A nossa frente ainda não havia sido atacada, quando na baixada e na bifurcação do caminho onde se eleva a serra apareceu um velho com uma bandeira branca e uma menina já adolescente” (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1914, p. 59). Os praças diante dessa cena do velho e da jovem com a bandeira branca foram impedidos de atirar, na guerra a cor branca significa sinal de trégua. No entanto, a crença não compartilhada pelo chefe de polícia, afirmava que a bandeira branca tratava-se da “insígnia de guerra dos fanáticos”, esse termo corresponde ao estandarte, um símbolo do movimento.

O velho que apareceu com a bandeira, sugeria o relator ser Euzebio, esse senhor tinha uma neta chamada Teodora de apenas 11 anos de idade, segundo Machado (2004) Euzebio alegava que sua neta tinha visões com José Maria, e difundia-se, a partir disso, a ideia de que todos deveriam ir a Taquaruçu e aguardar o retorno do Monge com o exército Santo de São Sebastião, o também chamado exercício encantado que não tinha relação nenhuma com a tradição Sebastiana portuguesa, era apenas uma referência ao próprio movimento.

A jovem foi entrevistada por Queiroz (1974), ela mesmo reconheceu que as visões não passavam de invenções do seu avô e de outras pessoas para que o grupo aderisse as suas ideias. Todos esses detalhes desenharam as complexidades de uma guerra e das situações que surgiam e têm implicações nos conflitos. As visões de fato não eram possíveis, mas era um elemento que somava para integração e manutenção do grupo, baseada na forte crença das pessoas no Monge que havia sido agregado a uma tradição.

As mulheres, desde o início da guerra, foram ligadas à questão religiosa no movimento, pensando em termos de lideranças, existiram as “Virgens Santas”,

¹⁵ Praças nos dias de hoje seriam policiais do Estado.

responsáveis pelas chamadas visões com o Monge e, também, oravam constantemente pelos combatentes em guerra. Entretanto, é importante lembrar que a participação e o papel das mulheres não se restringiram apenas a isso, elas viviam nos redutos, estavam responsáveis por toda uma organização e estrutura, eram responsáveis pelo cuidado com os filhos, idosos, alimentação e como demonstram os relatórios estavam também nos campos de batalha, e provavelmente lutavam.

Na descrição feita pelo Tenente Coronel Alleluia Pires, em 10 de fevereiro de 1914, suas tropas fizeram dois prisioneiros, sendo o primeiro chamado Fabricio Soares dos Santos que estava ferido no braço e foi atendido, e o segundo prisioneiro tratava-se de uma mulher chamada Claudina de Tal, o coronel não acrescentou nenhuma informação sobre ela, provavelmente não estava ferida, Pires fez questão de relatar que o homem foi cuidadosamente atendido pelo serviço médico militar. A fonte silenciou sobre quem era essa mulher e o que ela fazia naquele local.

Muitas hipóteses podem ser levantadas sobre a captura desses prisioneiros, essa busca de detalhes por Claudinha, futuramente pode ser refinada através de seu sobrenome, dentro das redes familiares, por exemplo, em fontes de batismo, casamento etc. é possível identificar sua trajetória. Mas, é comum na narrativa histórica a presença de lacunas e limites nas fontes, entretanto, essa breve descrição de Alleluia Pires e demais militares já aponta para um importante indício, que revela a participação das mulheres em todos os espaços do movimento:

Até o mês de fevereiro de 1914, a guerra tinha sido um conjunto muito restrito de pequenos combates, fugas e escaramuças. Quando as tropas do exército cercam e bombardeiam o reduto de Taquaruçu, ocorre um massacre até então inédito na região do planalto. Estima-se em mais de duzentos habitantes os moradores de Taquaruçu, no momento do cerco e bombardeio por parte das forças do governo. Como os homens adultos tinham sido deslocados para a construção no novo reduto de Caraguatá, mais ao norte, a tropa oficial abriu fogo sobre um grande número de crianças, mulheres e velhos. Na memória dos sertanejos da região, a defesa de Taquaruçu foi comandada pela cabocla Francisca Roberta, chamada Chica Pelega, de quem não há qualquer outro registro contemporâneo (MACHADO, 2011, p. 179).

As mulheres foram fundamentais na formação do movimento e na guerra, por isso, o problema central dessa pesquisa inclui o processo de construção dos laços sociais tanto por mulheres como por homens. Não há como pensar na criminalização do movimento sem refletir sobre a atuação dessas mulheres que foram claramente omitidas pelas fontes oficiais, por isso, fica tão difícil compreender o papel de Chica nesse ataque citado acima por Machado (2011), apenas a fonte oral contribui para mais detalhes sobre os espaços ocupados pelas mulheres.

Essa exclusão era legitimada nas forças militares, pois essas instituições foram ocupadas e construídas apenas por homens no início do século XX, nos próprios tratamentos entre os militares em telegramas e correspondências, principalmente, nas trocas entre patentes altas, há um reforço dessas masculinidades e virilidades tão valorizadas em campos de batalha e lideranças de guerra como elementos da inteligência, ordem e segurança. Então é possível que esse esquecimento das mulheres nas fontes oficiais fosse proposital, principalmente, nesse início da guerra, onde as expedições eram um fracasso, já não bastavam as tropas perderem em combate para caboclos tidos como ignorantes e “fanáticos”, quem dirá para mulheres¹⁶. As mulheres geralmente aparecem nas fontes institucionais como vítimas dos conflitos armados em situações de risco.

Portanto, A expedição de Alleluia Pires, assim como as demais feitas por outros militares, revelam a necessidade de ocupar o território inimigo, o desarmamento e dispersão do grupo que era o foco inicial dos governantes não ocorreu, pois após as batalhas, surgiam novos redutos e reuniões do movimento. Porém, com a entrada do general Setembrino isso tudo muda, e nem a vida de inocentes foi poupada.

Diante do insucesso da expedição, entre 1913 e início de 1914, a retirada das tropas foi necessária. O capitão Adalberto Menezes não escondeu os fracassos da guerra e revelou, em documento oficial, que houve falhas por falta de instrução militar, pois muitos soldados estiveram em destacamentos sem o mínimo de exercício militar. Nos redutos também havia jovens aspirantes, assim como existiam lideranças federalistas com experiência em guerra, o uso de armas fazia parte do cotidiano desses caboclos para sua defesa e sobrevivência porque muitos caçavam.

Logo, nesse momento tudo indicava um processo inicial de guerra mais favorável aos caboclos que preteriam por emboscadas na mata e lutas corporais. A promessa do governo de desmonte do grupo de forma pacífica não condessou, justamente porque não era de interesse dos caboclos ações ordeiras. Esse primeiro conflito demonstrou, claramente, que parte¹⁷ do grupo, após a batalha do Irani, organizou-se e criou uma

¹⁶ Não há pesquisas que tratem especificamente nesse momento de publicação, sobre a participação das mulheres na guerra.

¹⁷ A escolha do termo “parte do grupo” é justamente para não ocorrer de atribuir categoricamente e conceitualmente um caráter homogêneo ao movimento, pois houve pessoas que desistiram de lutar, que se renderam as tropas por uma série de motivos como a própria fome, medo, ou as que também foram forçadas pelas lideranças a estar no grupo seja pelos seus vínculos familiares, laços sociais ou imposição de uma ordem. Os caboclos do Contestado consistiam em um grupo heterogêneo, por isso, não há como pensar a possibilidade de um grupo coeso.

estrutura para entrar em guerra contra o Estado, foi uma escolha entre diferentes indivíduos, movidos por vários motivos e contextos.

Não foi possível, como descrito pelo Capitão Adalberto Menezes, para as tropas tomar o reduto de Taquaruçu. O comando de Menezes regressou à Estação do Rio Caçador, em Curitiba ficou a força estadual, sob a ordem do desembargador chefe de policial, a companhia de Esperidião, que deixou de tomar parte no combate e retirou-se para Vila de Campos Novos. Coincidiu com essa retirada das tropas, em três de janeiro de 1914, a entrada de caboclos na vila de Curitiba, tendo como um dos líderes Praxedes Gomes Damasceno, esse episódio foi relatado por Vidal, e dele foi gerado um sumário-crime de ferimento grave.

O sumário nº2 do liv. nº 11 de autos crimes, de 1915, o escrivão Amorim descreveu esse momento como um ataque à vila, com cerca de 20 homens armados. À frente destacava-se Praxedes com uma bandeira branca, não era um sinal de paz e, sim, o estandarte do movimento. A espera do grupo que vinha de Taquaruçu, pela estrada de Campo Novos, estava um grupo de civis e praças do regimento Estadual de Segurança para emboscar os caboclos. O tiroteio começou quando Praxedes foi baleado, depois que desceu para cumprimentar algumas pessoas. O promotor público Ceslau Silveira de Souza, ao fazer a denúncia, não descreveu quem seriam essas pessoas e deixou entender que o tiroteio partiu dos caboclos:

Achavam o pessoal desta villa e do Regimento de/ Segurança. Assim que alli chegou e começou a cum-/primentar algumas pessoas, rompeu novamente/ cerrado tiroteio de lado do bando atacante, tiro-/ teio que sendo correspondido prolongou-se por al-/guns minutos, sahindo então no ardor da peleja/ gravemente feridas Praxedes Gomes Damasceno e Chri-/spim Augustinho de Aguiar que se achavam, nes-/ se momento do lado dos atacados. É obvio que es-/sa léva de barbaros que ferindo a nossa constitui-/ ção, , vilipendiando as leis perturbando a ordem/ e a tranquilidade do lar, procurando a Constran-/ ger, por meio da força e violência, uma autori-/ dade a entregar-lhe um armamento e respe-/ctiva munição que foi apreendido porque in-/ dubitavelmente seria um elemento perigoso a/ esta poluição digo esta população, sobretudo às / autoridades e funcionários que sulerados/ ameaçavam de mortes por serem estes desfavo-/ raveis ao seu exagerado culto e disparadas/ ideias monarqui digo ideas monarchicas, - te-/ riam feito, se não fossem repelidas, como em/ outros logares, que deixaram forrado de crepe/e atapisado de lagrimas (sumário-crime nº2. 1915, fl. 2v).

Essa autoridade só foi revelada quando a quinta testemunha do inquérito policial, Ricardo Gans, mencionou o nome do Coronel Albuquerque, entretanto, a testemunha colocou que ele acalmava o ferido. Na denúncia, Damasceno estava na cidade para buscar uma carga sua de armamento e munições que havia sido apreendida, provavelmente, ao cumprimentar Albuquerque ele tentou usar de sua influência na cidade para recuperá-la,

o que foi entendido como uma ameaça, pois de fato seriam usadas na guerra, a bandeira declarava sua inserção total no movimento. No relatório de Vidal, essa situação ficou mais clara quando informou que essas munições foram apreendidas sob a ordem de Albuquerque. Antes de morrer, Praxedes foi interrogado pelo chefe de polícia do Estado e declarou que essa era sua intenção ao entrar na cidade.

Vidal Ramos afirmou que Praxedes Gomes foi quem denunciou o novo ajuntamento de Taquaruçu e que isso o levava a duvidar da convivência dele no movimento. Além disso, o governador informou que morreram no tiroteio dois “fanáticos” e um civil, no processo aparece apenas a menção a Chrispim como ferido, sobre os caboclos não há informação, provável, que houve um equívoco. Paulo Pinheiro Machado em sua tese (2001) fez uma entrevista com Lauro Costa, de Curitiba, em 27/02/99. Lauro foi prefeito de Curitiba e amigo da historiadora Zélia Lemos (a quem ajudou em suas pesquisas), é filho do fazendeiro e tropeiro Faustino José da Costa, que era aliado ao Cel. Albuquerque.

Lauro: O Praxedes era negociante lá [em Taquaruçu]. Mas isto tinha muita política. O Cel. Henrique de Almeida morava lá perto e o Cel. Albuquerque estava aqui em Curitiba, eles eram adversários políticos. No grupo de jagunços e fanáticos tinham muitos que iam conferenciar com o Cel. Almeida. Bom, mas quando chegou uns cargueiros [mulas] com mercadorias para Taquaruçu, cargueiros que eram do Praxedes, o Albuquerque mandou prender, dizendo que ali tinham armas. E parece que tinham mesmo. Mas o Praxedes era amigo do Albuquerque e logo pensou que resolveria esta confusão falando com o Cel diretamente. Quando o Praxedes chegou, o Albuquerque o recebeu na rua dizendo: - Olá, compadre! Mas o negro André, um capanga do Albuquerque, pimba, deu um tiro no Praxedes. Isto aumentou muito a confusão, daí os fanáticos, como vingança, prometeram queimar Curitiba, como fizeram depois. Depois da guerra os filhos do Praxedes continuaram a vingança contra os familiares do Albuquerque, e todos morreram de morte matada, dos dois lados (MACHADO, 2001, p. 466).

Segundo Machado (2001, p. 172) Praxedes era amigo do Coronel Albuquerque e afilhado de casamento de Vidal Ramos. Logo, o fato de Gomes estar vindo à frente do grupo sugere uma ação de confiança para com as autoridades locais presentes na vila. É visível que Praxedes usou dessa boa relação para conseguir suas mercadorias de volta, ele confiou nos laços de compadrio. Não é possível recuperar com exatidão quem atirou em Gomes e porque fez isso, inclusive, o próprio sumário-crime não apresentava o corpo de delito, documento que tecnicamente deveria explicar a morte de Praxedes.

Porém, a ação de Praxedes era questionável, ele esteve na batalha de Irani, investiu fortemente seus recursos na guerra, era um homem de posses e, ao mesmo tempo, possuía relações com os coronéis locais e estaduais influentes na política, contudo, todo o contexto

poderia indicar sua permanência com os rebeldes, pois foi até a cidade após a retirada das tropas e reivindicou suas armas. Na mensagem de estado, o governador informou que foram apreendidas 6 carabinas, e 3.750 cartuchos de diversas espécies. Essa ação foi entendida como uma ameaça, como demonstra o processo e a própria entrevista. O governo tinha por objetivo desarmar o grupo, dispersar e prender todos os elementos criminosos, ou seja, as lideranças, e possivelmente, isso incluía Praxedes, a morte desse homem denota que as redes políticas de poder superavam as relações de compadrio e amizade.

Essa emboscada aos “rebeldes”, na vila de Curitibanos em 1914, também não é descrita na autuação que foi entregue ao juiz da comarca, porém, o auto de perguntas ao ofendido Chrispim deixou claro que o grupo armado de Curitibanos estava sabendo da chegada dos rebeldes. Agora é possível compreender o ocorrido, os cidadãos mobilizaram-se para atacar os caboclos que, antes de chegarem a Curitibanos, já haviam passado por outro local trocando tiros, o que deixou em alerta a vila. É interessante a forma como os processos, e demais fontes, vão revelando as redes de poder e os laços sociais e de compadrio e como essas relações se tornam embaraçosas com o desenrolar da guerra.

Havia em Curitibanos muitas disputas por poder, e um fato leva a outro, a morte de Praxedes acionou novas rivalidades para o Coronel Albuquerque dentro do movimento. Outro exemplo para pensar as redes de poder é Cornélio Varella, subordinado do coronel Albuquerque, que ajudou a atacar os caboclos em três de janeiro e, mais tarde, foi advogado de muitos deles, inclusive, do próprio Adeodato, essa ligação política com certeza influenciou nas avaliações de Varella.

Ainda sobre o processo-crime nº2, o depoimento da sexta testemunha, Lucas Alves de Carvalho Sobrinho, relatou que todos da vila eram contra Praxedes, o que presume hipoteticamente que essas pessoas poderiam ter atirado nele primeiro e não seu próprio grupo, como trazem os outros depoentes. A partir da morte de um dos importantes líderes do movimento, ocorrem novos desdobramentos da guerra. O governador Ramos ficou em alerta após o retorno das tropas e do “ataque” a vila de Curitibanos, e por conta disso, viu a emergência de novas providências, sugeriu um número maior de forças para evitar que os “bandoleiros e fanáticos”, cujo número aumentava a cada dia, trouxessem maiores perturbações à ordem pública. Do outro lado, os caboclos prometiam vingança, tanto que retornam à vila na mesma noite, mas não houve sucessos, e no mesmo ano

atacaram de forma coordenada, atingindo o coronel Albuquerque e todos os seus aliados políticos.

Diante dos novos fatos, Vidal Ramos organiza-se e as forças federais e estaduais seguem para os sertões de Santa Catarina. A pedido do general Alberto de Abreu veio uma sessão de artilharia de montanha. Nesse momento, a imprensa começou a cobrir mais os fatos, Vidal mencionou sobre a procura do Jornal Paranaense *Diário da Tarde* de Curitiba, a troca de telegramas foi anexada na mensagem de Estado. A redação sugeria intervenção amistosa aos “patrícios fanatizados” irresponsáveis, e uma ação conjunta com o governo paranaense. Vidal Ramos, em resposta, apenas reforçou seu esforço em evitar o derramamento de sangue, essas tentativas foram feitas pelo emissário do Governo Lebon Régis de Campos Novos.

A partir disso, o governo tomou duas ações conjuntas, negociou uma pacificação, mas, ao mesmo, convocou novas tropas que se organizam militarmente. A chegada de mais tropas federais provavelmente não passava confiança aos caboclos, e não era de interesse deles parar com o conflito, pois tinham certeza que venceriam novamente, além disso, o grupo ganhava novos adeptos.

As novas tentativas de pacificação, por parte de Lébon e de seus enviados, não deu certo, nesse momento o governador catarinense tentou garantias legais para o convencimento dos integrantes. Do estado do Paraná, foram enviados dois deputados federais e representantes do jornal o *Diário da tarde*, porém, nenhum efeito produziram. Essa investida paranaense pareceu um pouco deslocada dos interesses do Estado, essa presença tão distinta pode ter sido pensada estrategicamente como uma forma de entrar no reduto e ter uma visão mais real do que de fato acontecia, pois todas as informações sobre os caboclos vinham de fontes oficiais de Santa Catarina que conduzia os caminhos do conflito.

Diante dos insucessos da negociação, um novo ataque foi feito a Taquaruçu e o reduto foi invadido pelas tropas do Tenente Coronel Alleluia Pires. A justificativa para entrada das forças seguia o mesmo caminho da primeira investida, pautada no restabelecimento da ordem, agora o Estado reconhecia que isso havia se perdido, houve uma demora no reconhecimento da guerra e de seus percursos mais desoladores, essas questões eram evitadas por caírem sobre os ombros dos chefes de Estado. Um segundo motivo estava ligado a normalizar a vida de uma extensa região. Assim, o papel das forças militares foi sendo melhor definido pelos governantes.

A investida de Pires também foi considerada um fracasso por Vidal, porque o grupo continuou a se fortalecer, todavia, agora em outros lugares. Os comandantes de guerra à medida que foram perdendo para os caboclos, eram substituídos por novos. O governador começou a ficar mais preocupado com a visibilidade nacional do conflito. Contudo, nem tudo são derrotas para o governo e as forças militares. Sabendo que o reduto de Caragoatá crescia, o frei Gaspar, vigário de Curitiba, foi até as proximidades suas proximidades e descobriu que existiam guardas que não permitiam a entrada e saída de pessoas. Em seguida relata que se apresentaram alguns patrícios de Taquaruçu:

Tenho a satisfação de participar-lhe que vieram a esta villa apresentar-se ao seu representante, cinquenta e dous patricios dos que estiveram em Taquarussú, sendo 34 Casados e 18 solteiros. Das declarações por ells feitas são 142 os filhos dos chefes de família que se apresentaram, podendo-se considerar assim a somma total de 228 pessoas das quaes 4 feridas. No dia da minha chegada havia se apresentado um cuja familia é de 11 pessoas, estando 4 feridas elevando o numero total a 239 e 8 feridos. Tenho esperança que noticia apresentação destes, faça retirar muitos infelizes de Caragoatá (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 2014, p. 100-101).

Esse telegrama foi enviado por Lébon Regis, em fevereiro de 1914, ao governador. Esses caboclos entregaram-se em Curitiba ao Secretário Geral do Estado, essa rendição não aconteceu no momento mais violento da guerra. O grande número de rendidos permitia perceber que havia um muitas pessoas nos redutos. As famílias eram compostas por um grande número de pessoas e todos os integrantes migravam para os redutos. A rendição foi vista com bons olhos pelo governo que passou a investir cada vez mais nessa estratégia.

Os guardas nos redutos de Caragoatá, provavelmente, tinham ordens para impedir saídas e controlar as entradas, pois havia muitos espíões das forças nos redutos. Esse fragmento do documento faz refletir sobre dois pontos. Primeiramente as lideranças caboclas também exerciam controle sobre seus integrantes, isso intensificou-se com o aumento dos ataques. O segundo elemento estava na rendição, que reforçou o fato de que o grupo não podia ser pensado como homogêneo, no sentido de que todos aderiram até o final aos ideais do movimento, esse processo é natural em todos os conflitos armados.

Na parte final da sinopse do governador, Vidal acrescentou mais anexos de relatórios de comandantes que acabaram por evidenciar a dificuldade das forças em conter integralmente o movimento. Depois do ataque a Caragoatá, as tropas seguiram para o reduto das Perdizes, em março de 1914, em um curto período de tempo ocorreram uma intensidade de ataques. A guerra apresentava um certo desgaste, pois começaram a surgir muitos redutos espalhados pelo vasto território, isso pode ser entendido como uma

estratégia militar dos caboclos, pois além de avançarem no território, dividiam as tropas e as obrigavam a longas marchas para o campo inimigo, além disso, os integrantes sob ameaça de ataque, podiam deslocar-se para outros redutos, buscando ajuda.

Os caboclos ao longo da guerra desenvolveram várias estratégias para sua sobrevivência. Segundo o coronel, os caboclos atacaram com arma branca um posto médico de feridos, que foi salvo porque o Dr. Cerqueira estava armado e tinha um fuzil, os ataques aos feridos e regimento de segurança continuaram em outros acampamentos de militares. Gameiro também relatou que deixou de prosseguir com sua coluna por falta de recursos e que estavam exaustos pelas longas marchas.

Ocorreu a nomeação de um novo general, Carlos Frederico de Mesquita, mas essa expedição na página 118 é descrita como um fracasso na tentativa de dispersar por persuasão os caboclos que estavam há meses com seus lares abandonados, e a ordem passa a ser de ataque, nesse período a guerra estava em meados de maio de 1914. O combate aconteceu próximo ao Rio Timbosinho, no reduto de Santo Antonio.

Nesse período da guerra, as forças públicas já contavam com ajuda privada, advinda de grandes fazendeiros e coronéis locais que sentiam-se ameaçados pelas forças rebeldes, pois suas posses eram alvos de constantes ataques, principalmente, nas fazendas onde ocorria o arrebanhamento de gados para alimentar as pessoas nos redutos. Nessa mensagem de Estado de 1914, apareceu menção e elogios ao Coronel Manoel Fabrício Vieira e seus vaqueanos que, nas palavras do relator, prestavam valioso auxílio, e mostravam conhecer perfeitamente os segredos da arte das guerrilhas. O Coronel que investiu recursos, próprios e públicos, na guerra participava sem “desinteresse” e de forma “patriótica”. Com certeza, havia uma defesa de interesses em suas nações.

O general Mesquita despede-se do comando das forças federais, Vidal Ramos elogiou seu trabalho, assim como de todos os comandantes, mas sempre preocupado com os caboclos, que continuavam suas investidas, a ordem era de aniquilação total do movimento, isso não ocorreu, e a continuidade dos ataques às propriedades incomodava o governador, agora a ameaça não estava representada apenas na ordem, mas nas propriedades públicas e privadas. Uma nova nomeação federal foi feita sobre o nome do General Fernando Setembrino de Carvalho.

Segundo Rogério Rosa Rodrigues (2008), dados de acervos militares apontaram que foram recrutados para a guerra no Contestado metade do exército brasileiro sob o comando de Setembrino. Esse grande contingente de homens mudou totalmente o cotidiano das vilas, trazendo problemas como agressões, incêndios, doenças, alcoolismo,

abusos sexuais entre outras questões causadas pelos próprios militares. O general, antes de avançar na guerra, teve de criar mecanismos de controle dos próprios militares. Isso permite visualizar como operou o controle social a indivíduos causadores da desordem, pois o general entendia que as primeiras expedições não deram certo em função da desorganização e da desobediência das ordens.

O General proibiu estabelecimentos comerciais abertos após as 21 horas e a venda de água ardente a militares, assim como a comunicação de militares com civis, possivelmente, ocorria de muitos militares ficarem embriagados e entregarem informações sobre as tropas e estratégias militares que eram repassadas aos caboclos. Desse modo, à medida que o General Setembrino percebeu essas redes de proteção, também passou a controlá-las:

As normas militares, como visto acima, atingiram não só os soldados, mas a própria comunidade. Além da proibição de armas de civis, a exigência de um passaporte para o trânsito das pessoas na região implicava uma completa mudança no cotidiano das mesmas, a maioria com familiares entre os considerados “fanáticos”, conforme demonstrado por Paulo Pinheiro Machado. O fechamento do trânsito na região impedia a comunicação entre esses e os redutos e diminuía a adesão de mais pessoas ao movimento (RODRIGUES, 2008, p. 20).

Essa quebra nos laços sociais e a forte repressão levou ao surgimento de uma divisão entre as lideranças do movimento camponês, de um lado a religiosa, que buscava a negociação e apaziguar a situação, e isso envolvia a negociação até com militares, mas do outro havia as lideranças de guerra que queriam o uso extremo da violência em todas as situações. Os problemas que surgiram internamente levaram as lideranças a vigiar e punir todos os membros que tentavam sair do grupo ou que traíam os caboclos entregando informações sigilosas para os militares. Surgem também disputas pelo controle ao passo que lideranças do movimento decaem por inúmeras circunstâncias.

A partir desse sistema de reorganização e controle dos próprios militares e civis, as tropas de Setembrino avançaram no território caboclo causando muitas mortes por meio do uso extremo da violência. Os desarmamentos dos civis impediam que essas armas fossem repassadas aos caboclos, assim, como a proibição de conversas de civis e soldados não permitia o vazamento de informações, uma vez que muitos desses civis possuíam relações de parentesco ou compadrio com membros dos redutos, foi através do controle social que o general efetivou o cerco do Contestado. As documentações de Estado não mencionam em detalhes a atuação do General, fazendo apenas muitos elogios.

A mensagem de Estado de 29 de julho de 1915, escrita pelo Major João Guimarães Pinho, que substituiu Vidal entre 20 de junho a 28 de setembro de 1914¹⁸, trouxe poucas informações sobre a guerra, relatando todos os pontos em uma página e meia, onde mencionou, brevemente, os longos meses em que Setembrino operou nos sertões e que sua atuação amorteceu os revoltosos, pois quase todos os redutos foram arrasados, mas o movimento continuava resistindo e realizando ataques.

Na mensagem de 14 de agosto de 1916, o novo governador Schmidt também não estende sua narrativa justamente no relatório que correspondente a 1915, ano em que ocorreram as maiores atrocidades da guerra no comando de Setembrino. Na sua gestão, Felipe não menciona nenhum meio brando para acabar com a guerra, apoiava o novo General e possuía com ele constante contato. Reforçava a expansão territorial do movimento como um elemento que dificultava o fim da guerra e viu na tática de cerco de Setembrino uma vantagem:

Fiquei tranquilo com essas medidas adoptadas pela experiencia do general, as quaes tinham a vantagem de isolar os fanaticos, reduzindo-lhes a aréa de acção e impossibilitando-os de reabastecimentos. Infelizmente essa distribuição de forças não teve lugar. Ficaram apenas guarnecidos Curitybanos, Lages, Canoinhas, Porto União. E algumas estações da S. Paulo Rio Grande ao longo da margem esquerda do rio do Peixe. Os fanaticos voltaram á actividade criminosa. Os roubos e os assassinatos continuaram e os moradores pacíficos da região emigraram novamente. (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1916, p. 11-12).”

O movimento surgiu novamente, o que denotou a força dos integrantes e sua extensão em membros depois de tantas baixas. Schmidt apoiava essa tática militar que tinha por objetivo isolar as pessoas, sem abastecimento não há alimentos, as pessoas passam fome, não tem armas, assim, o conflito enfraquece. Setembrino saiu da guerra deixando centenas de mortos. Segundo o governador, apresentaram-se em Curitibanos, ao capitão Viera Rosa, dois mil rebeldes e em Canoinhas quatro mil pessoas, esses dados apontam indícios para o tamanho da guerra, pois para aquela época esses números representavam um grande contingente de pessoas, e todos os que se apresentavam estavam famintos.

Schmidt, usando de suas boas influências com o presidente brasileiro Wenceslau Braz, pediu recursos após a retirada de Setembrino, prontamente ele foi atendido. Sabe-se que, após o término da guerra, houve o chamado período de açougue que consistia na ordem de morte aos caboclos considerados um perigo eminente, pode esse período ter

¹⁸ Vidal Ramos, que renunciou com seu Vice, Eugênio Luís Müller, e transmitiu o cargo ao Governador Felipe Schmidt.

relação com o que Schmidt chamava de fase decisiva das operações, pois, ele equipou os civis e regimento estadual de segurança com apoio das forças federais. Portanto, Schmidt assim como Ramos, não explicou o porquê de os caboclos estarem na guerra, apenas apoiava sua aniquilação total.

Quanto ao governo paranaense, a ênfase da guerra na documentação foi centrada na batalha do Irani, que esteve sobre decisão total do Paraná que, depois em conjunto com os catarinenses, acionaram as forças federais e enviaram tropas estaduais para a guerra. A preocupação do Paraná aumentou quando em 27 de agosto de 1914 houve invasão das vilas de Papanduva e Itayópolis, essas regiões eram colônias imigrantes, assim como Rio Negro e União da Vitória. Segundo Albuquerque, o grupo cometeu roubos e assassinatos, e de imediato o Estado enviou suas tropas, especialmente, para as áreas que estavam no entorno das empresas estrangeiras instaladas na região. Paraná, assim como Santa Catarina, teve propriedades públicas e privadas atacadas pelos rebeldes.

Carlos Cavalcanti comentou pouco, em suas mensagens, sobre a guerra no Contestado, seu foco de fato estava na questão dos limites, inclusive, cumpriu, durante o período do conflito, um momento de afastamento por motivos de doença, tendo Guerra Afonso Camargo assumido seu cargo. Ambos os governadores sofreram uma grande pressão a respeito do conflito que era fruto de suas escolhas políticas e também dos demais governadores que estiveram antes no poder. Dos governadores Albuquerque foi o que menos preocupou-se com a guerra, tendo sido o que mais elogiou a atuação de Setembrino e das demais forças

As forças estaduais atuaram mais como flanqueadores, fazendo abertura dos caminhos e seguindo na linha de frente, esse reconhecimento também foi feito em mensagem por Carlos Cavalcanti. Dos generais, Setembrino foi o que mais teve destaque por sua atuação incisiva, que era de fato a tradição do exército. Enquanto que os outros comandantes visavam mais a ocupação do território, que gerava dispersão do grupo, Setembrino preferiu adotar estratégias que levavam as pessoas aos seus limites, além disso, os redutos viveram fortes surtos de Tifo, logo as doenças, a fome, a perda de entes queridos e as constantes derrotas fizeram com que muitas pessoas se entregassem e deixassem o movimento.

O general entrou com fortes recursos, pois exigiu do Governo Federal forte investimento. O governador Vidal Ramos, na sua sinopse de 1914, relatou com destaque a importância da engenharia militar como arma de guerra, nesse caso, valorizou as linhas telefônicas que atravessaram as matas, serras e longos territórios. A comunicação era

rápida entre as colunas que não dependiam mais do deslocamento por terra pra tratar de informações de guerra. Essas tecnologias, no final do combate, dificultaram muito a atuação dos caboclos, houve até o uso da aviação para fazer reconhecimento dos redutos e o uso intensivo de artilharia pesada como metralhadoras.

A documentação militar sobre guerra no Contestado apresentada nas mensagens de Estado de Santa Catarina revela por meio dos fracassos nos campos de batalha a necessidade de modernização do exército brasileiro que foi implementada gradualmente até chegar ao sucesso das expedições do general Setembrino, assim como de todas as instituições. Desse modo, é possível pensar a Guerra no Contestado como um elemento que impulsionou vários processos de mudanças, não somente no próprio exército, como também nas instâncias jurídicas, como observou-se no segundo código penal brasileiro, onde a lei causou novos efeitos nas relações sociais e também na própria afirmação do governador catarinense em ter apenas pessoas formadas em direito atuando na justiça já que nesse período da guerra houve um grande acúmulo de processos-crimes, depois disso o Estado passou a cobrar pessoas formadas na área, pois muitas pessoas foram soltas por improcedência jurídica.

Portanto, esse capítulo permitiu observar que as práticas de justiça dos caboclos eram autônomas, e realizadas de forma direta por meio de ataques, emboscadas, roubos entre outros. A guerra permitiu que muitas pessoas resolvessem suas antigas rivalidades políticas e sociais sofridas por parte das elites locais, nota-se com isso uma fragilidade nas relações sociais movidas por disputas de poder.

Contudo, foram então criminalizadas pelas instâncias de controle do Estado, Justiça e exército todos os caboclos que tinham suas formas de fazer justiça. Observamos que os caboclos tinham maneiras de controlar as tensões internas no movimento e punir eventos que traziam instabilidades controlando a movimentação dos integrantes. No entanto, a criminalização do movimento levou a um aumento de forças militares e civis sobre os caboclos, causando doenças, fome, e o forte uso da violência fragmentou as lideranças internas e rompeu com os espaços de sociabilidade nos redutos. Logo, a criminalização do movimento é a compreensão de que os caboclos eram apenas “fanáticos”, essa era visão das elites locais, a qual é reforçada em todas as fontes. E quando se olha para as redes de sociabilidade e laços sociais fica claro que o grupo possuía formas de organização, e tinha consciência do que estava ocorrendo e de como eram atingidos pelas novas mudanças estruturais.

No capítulo final será trabalhada a hipótese e a pergunta levantada no início desta pesquisa, que considera a existência de elementos agregadores que uniram esses homens e mulheres a resistir as forças armadas. É importante destacar que as motivações para integração ao movimento foram inúmeras pelo caráter individual dos sujeitos históricos, mas essa pesquisa se concentra em alguns aspectos centrais analisados nas redes de sociabilidade e nos processos de construção dos laços sociais.

3. CONSTRUÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS NAS REDES DE SOCIABILIDADE

3.1 FORÇA AGREGADORA

Pensar o movimento no Contestado implica em analisar o processo organizador e a força agregadora que une indivíduos tão distintos e os move ao mesmo tempo a participar e resistir ao ataque das forças armadas, a partir desse questionamento geral buscou-se ao longo dessa pesquisa, entender a ligação e relação dos caboclos no Contestado com o território que ocupavam. Através de uma redução da escala de observação partindo, do contexto político e social de Curitiba em Santa Catarina, foi levantada uma hipótese central, a de que existia um elemento aglutinador e a possível resposta poderia vir das redes de sociabilidade como força agregadora que foi construída em torno de laços sociais, gerados nas redes de compadrio, interdependência e solidariedade, é importante analisar esses laços comunitários porque eles foram usados, fortalecidos e reforçados pelas lideranças durante a guerra, ou seja, também serviram a interesses.

O intuito não é abarcar todas as possibilidades em torno das redes de sociabilidade e laços sociais, mas apontar alguns indícios que ajudam a refletir sobre esse peculiar movimento ocorrido entre 1912-1916, a partir desses conceitos, que foram pouco trabalhados pelos pesquisadores dessa temática. Eles permitem problematizar, a partir do modo de vida desses caboclos, o interesse desses homens e mulheres em somar forças para também lutar por seus interesses. O que possibilita contrapor as versões oficiais ligadas ao “fanatismo religioso”.

O esforço dessa pesquisa, até o momento, concentrou-se em discutir e observar como o contexto político e econômico, juntamente com a modernização do Estado, modificou as formas de ocupação do território camponês, e foi percebido que esses fatores levaram a guerra, em meio a esse processo os caboclos foram criminalizados por agir com suas próprias formas de justiça contra toda essa atuação incisiva do Estado. E, conseqüentemente, criou-se novas formas de sociabilidade com a chegada do capital estrangeiro e novos processos migratórios, alterando assim, o tradicional modo de vida dos caboclos e os levando também a novas invenções.

Os conceitos de redes de sociabilidade e laços sociais permitiram visualizar a relevância da vida social, dos valores e comportamentos compartilhados e vivenciados pelo grupo, pois esses elementos foram construídos em torno da posse de um território

até então não tão controlado pelo Estado. É esse espaço que leva esses homens e mulheres a entrarem na guerra, pois aquilo que fazia sentido para eles foi modificado gradualmente, em detrimento dos novos interesses da república, ligados a modernização e colonização das terras devolutas para produção econômica.

Foi possível observar que a criminalização do movimento pelos aparelhos do Estado, justiça, polícia, políticos, exército, estavam integrados no combate a guerra. A partir do uso da violência, e da isenção de responsabilidade dos governantes em decorrência de seus interesses econômicos ligados à proteção dos estados e das propriedades públicas e privadas, houve a marginalização da causa “rebelde” baseadas principalmente na crença messiânica-milenarista e ligação desses sujeitos com a ignorância, atraso e barbárie predominante nos sertões de acordo com a visão das elites locais, que usaram de tudo isso para fragmentar o movimento. Logo, neste capítulo pretende-se sistematizar o conceito de sociabilidade, entendendo o seu emprego para esta pesquisa e também, na vida social dos caboclos antes e durante a guerra.

O sociólogo e filósofo George Simmel, um dos grandes pioneiros da sociologia da ação e estudioso da sociedade, trabalha com o conceito de Sociabilidade, que busca analisar o espaço social como uma dimensão importante da interação social e das formações culturais. Esse conceito é muito precioso a essa pesquisa, e ajuda a problematizar a construção e organização do movimento para e durante a guerra.

É pertinente desenvolver uma reflexão acerca do conceito de sociabilidade, que atua na categoria de interação social e permite examinar os modos sociais de organização. Esse conceito desenvolvido por George Simmel divide-se em conteúdo (materiais) e formas (vida social) que são frutos das relações sociais. O conteúdo para Simmel:

Defino assim, simultaneamente, como conteúdo e matéria de sociação, tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento nos indivíduos – tudo o que está presente nele de modo a engendrar ou mediatizar os efeitos sobre os outros, ou a receber efeitos dos outros (SIMMEL, 2006, p. 60).

Desse modo, para o autor, os indivíduos agrupam-se em unidades que satisfazem seus interesses, e que resultam em um processo, ocorre a formação de uma *sociação*. Logo, a sociabilidade é uma forma “pura”, espontânea de interação autônoma e lúdica que não depende dos conteúdos, ou seja, os conteúdos são tudo o que está no indivíduo, mas isso só se concretiza nas formas, que são os processos de interação com os outros. Nesse sentido Simmel diz:

Interesses e necessidades específicas certamente fazem com que os homens se unam em associações econômicas, em irmandades de sangue, em sociedades religiosas, em quadrilhas de bandidos. Além de seus conteúdos específicos, todas estas associações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso. Os sociados sentem que a formação de uma sociedade como tal é um valor; são impelidos para essa forma de existência. De fato, às vezes é apenas esse impulso o que sugere os conteúdos concretos de uma associação particular. Aquilo que se pode ser chamado de impulso artístico extrai da totalidade dos fenômenos sua mera forma, a fim de moldá-la em estruturas específicas que correspondem a esse impulso. De maneira semelhante, o “impulso de sociabilidade” extrai das realidades da vida social o puro processo de associação como um valor apreciado, e através disso constitui a sociabilidade no sentido estrito da palavra (SIMMEL, 1986, p. 168-169).

A partir dessa afirmação é possível observar que a sociabilidade é constituída a partir de um interesse e tem por característica um sentimento mútuo, além disso, determinados padrões de interação destacam-se dos conteúdos, o que o autor chama de impulso de sociabilidade, que, de certa forma, passa operar por conta própria, ou seja, em suas interações, os indivíduos defrontam-se e podem criar novas formas de sociabilidade em reação a um conjunto de formas padronizadas. A sociabilidade, para Simmel, é definida como Forma lúdica de associação, nesse aspecto:

A associação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam (SIMMEL, 2006, p. 60).

Todos esses interesses são a base da sociedade humana. O sociólogo pensa a união de indivíduos mais sobre o ponto de vista da reciprocidade do que da interdependência, a sociabilidade nesse processo toma muitas formas. “Pois a forma é a mútua determinação e interação dos elementos pelos quais se constrói uma unidade” (SIMMEL, 2006, p. 60). onde as pessoas desempenham a sociedade. É importante ressaltar que a sociabilidade não é pautada no material, mas nas relações e comportamentos. Partindo de que todas as categorias são socialmente construídas, o movimento do Contestado também passa por esse processo.

As formas sociais para o estudioso apresentam-se como uma combinação de tendências opostas. Em espaços de conflito, essas mudanças são ainda mais visíveis. Essas categorias são exemplificadas pelo sociólogo como resistência – submissão, enquanto elementos de polarização. Desse modo, as formas permitem observar as associações e interações:

A associação se refere ao processo reflexivo pelo qual os membros não apenas se dão conta de estarem juntos, mas estão conscientes daquilo que os une: a forma que estrutura suas interações e torna possível sua ação comum. O processo de associação é a dialética da constituição mútua entre indivíduos e a sociedade; está emergindo como resultado da interação entre indivíduos, enquanto esses são socializados mediante sua participação na vida social (VANDENBERGHE, 2018, p. 201).

Na citação acima, o exemplo de aplicação partiu da religião como forma de associação. Vandenberghe escreveu um livro discutindo as sociologias de George Simmel, e sua discussão chama a atenção de dois pontos que são relevantes para esta pesquisa. Primeiramente a religião no Contestado é um elemento de associação, e o segundo ponto está no fato de que a associação remete a um processo reflexivo, que permite aos indivíduos se perceberem na mesma situação e, por essa razão, ficam conscientes do que os une, esta interação leva a uma ação comum. A partir dessa concepção, e do que foi exposto, a religião foi um dos fatores de associação desses diferentes indivíduos ao movimento.

Os problemas com a questão territorial estavam claros para todos que passaram pelo processo de perda de suas terras, as lideranças buscaram elementos em comum para integrar as pessoas ao movimento. Pensando no fortalecimento dos laços sociais era frequente nos redutos, rebatizar os novos membros que chegavam, ocorria uma cerimônia com características próprias, em que se escolhia um novo padrinho. O objetivo da prática era estabelecer novos vínculos de compadrio em substituição às relações antigas que envolvia inimigos do movimento, como fazendeiros, comerciantes e coronéis. Essa prática é um exemplo de uma nova sociabilidade criada para manutenção do grupo e construção de novos vínculos sociais internos.

Segundo Machado, era comum que os líderes fossem escolhidos como padrinhos, pois isso construía novos laços de fidelidade. Dessa forma, “a vida na comunidade demandava novas referências sociais” (2004, p. 210). Pode-se, a partir dessa situação, pensar na reconstrução dos laços sociais dos caboclos e em com essas modificações trouxeram mudanças nas relações sociais e nas interações. Desse modo, percebe-se o uso de um importante sacramento religioso para construção de novos laços sociais nos redutos. Nesse sentido, para Vandenberghe:

A religião é um milagre que realiza o que a sociedade não consegue: integra a parte ao todo, enquanto permite que a parte seja um todo, e não mero fragmento. A religião une as partes ao todo sem que se precise passar pelos processos sociais da competição, diferenciação e divisão do trabalho (VANDENBERGHE, 2018, p. 201).

Na concepção dos caboclos havia a prática da Santa religião, no movimento e na guerra, a religião cabocla tornou-se um elemento de ordem, pois é a única forma que na vida social traz uma harmonização em um todo heterogêneo, sendo assim essa associação conduz e orienta os participantes na interação em direção ao bem comum ou ação.

Duglas Monteiro (1974) traz a religião cabocla como um catolicismo rústico ligada aos monges, que tinham uma relevância tão grande entre os caboclos justamente por fazerem parte daquela sociabilidade e por participar da vida social sertaneja. Diferente do padre, que muitas vezes representava alguém distante e estrangeiro. Para Monteiro, o Monge era a “expressão da autonomia do mundo religioso rústico”¹⁹. De qualquer forma, os caboclos não dependiam de uma figura religiosa central para praticar a religião, com ou sem a presença do padre, ou do próprio monge, os ritos aconteciam de igual forma, batismo, casamento, devoções e inclusive as festas religiosas:

A festa era uma oportunidade para que o sertanejo, disperso por uma vasta região, desenvolvesse uma sociabilidade que superava por um certo período o isolamento dos bairros rurais, ao mesmo tempo que evidenciava e reforçava a unidade básica da subcultura a que pertencia (MONTEIRO, 1974, p. 83).

Essas festas para Duglas não representavam um caráter exclusivamente religioso ou profano, pois ambas as motivações se mesclavam. Porém, as práticas religiosas permitiam o desenvolvimento da sociabilidade, por isso, a religião é tão reforçada no movimento, pois a sociabilidade é o ato de indivíduos apreciarem o processo de sociação sem outro objetivo a não ser estar sociado:

A sociabilidade se poupa dos atritos por meio de uma relação meramente formal com ela. Todavia, quanto mais perfeita for como sociabilidade, mais ela adquire da realidade, também para os homens de nível inferior, um papel simbólico que preenche suas vidas e lhes fornece um significado que o racionalismo superficial busca somente nos *conteúdos* concretos (SIMMEL, 2006, p. 65).

Para Simmel, a sociabilidade é vista pela ciência como se fosse um conjunto vazio de significados. A sociabilidade é a forma autônoma de sociação, e a sociedade no sentido amplo de seu termo, é uma convivência sociável. Para o sociólogo, a sociedade é a soma dos indivíduos em interação a partir de relações complexas. Por essa razão, é tão relevante compreender os significados por trás das redes de sociabilidade do Contestado, pois toda a ação do movimento e a organização parte do que significa essas interações e comportamentos para esses indivíduos.

¹⁹ (1974, p.81).

O elemento religioso estava em toda a sociabilidade cabocla, inclusive, fazia parte do “disctinctivo dos jagunços”, esta expressão aparece muito nas fontes judiciais, era a forma utilizada pelas testemunhas de acusação para identificar os integrantes do grupo. No fragmento de fonte transcrito a seguir é possível perceber a presença dos elementos religiosos como componentes de identificação não só de pessoas, como do movimento:

3ª Testemunha//Chrispím José Ribeiro, com trinta e três anos de idade cria/dor casado, natural do Estado/ do Rio Grande do Sul, e residente nesta comarca, e aos costu/mes disse nada, tes/ temunha que/ prestou a afirmação da lei/ e prometeu dizer a verdade/ do que soubesse e que[?] lhe fosse/ perguntado, e sendo inqueri/ do sob o facto constante da portaria de fls, duas Respon//

<[7v]>

Respondeu que sabia que Ma/ noel Cavalheiro, achava-se/ com os jagunços à nove/ meses mais o menos, disse mais o de/ poente que não sabia se o / acusado esteve na queima/ desta Villa. Perguntado se as/ bia se o acusado tinha vindo/ se apresentar-se as /Autorida/des? Respondeu que não sa/ bia só sabia que Manoel Cava/ lheiro, tinha sido/ preso pelo/ piquete civil comandado pelo depoente, que se achava/ se o referido piquete/na oc/casião da prisão, que foi feita no trombudo deste mu/ nicípio. Perguntado mais se ouve resistência da parte do/ acusado? Respondeu que não/ porque na ocasião que pren/ deu o acusado acha-va-se/ dentro de uma casa velha, des/ presada, que foi preso de sur-/presa. Perguntado mais se tin/há em poder do acusado; al/guns objetos que provasse que o mesmo era fanatico? Respondeu que o acusado tinha em/ seu poder uma bandeira / uma fita no chapéo, que são os dis/ tinctivos dos jagunços, e que/ também achava-se ar/mado de //

<8>

de uma pistola e um faccão/ sendo a pistola assinada digo/ com uma cruz, que e costume/ delles marcar seus armamentos,/ com este signal; disse mais/ que também o acusado tinha/ um cavallo, e um laço e que/ não sabe se o referido laço era/ para levar algumas rezes para / o reductos delles, e disse mais/ que o acusado depois de ser preso/ declarou que, tinha vindo destinado/ a se apresentar-se. Dado a pala/ vra ao acusado, pelo mesmo/ foi dicto, que confirma com/ o depoimento por ser verdade./ E como nada/ mais disse nem/ lhe foi perguntado deu-se por/ findo o presente depoimento (Sumário crime de Sedição e ajuntamento ilícito nº22. 1915, fls. 7v e 8).

Os processos-crimes são reveladores de práticas e comportamentos da vida social dos caboclos nos redutos. A inquirição de testemunhas acontece em dois momentos, na elaboração do inquérito policial pelo delegado e, posteriormente, pelo promotor que faz a denúncia do réu e envia para julgamento ao juiz. Nesse processo nº22, num primeiro momento as testemunhas trazem informações mais gerais, algumas, por exemplo, o tempo que a pessoa está no movimento, os itens de identificação e alguns fatos são elementos que geralmente são repetidos entre uma testemunha e outra, essas narrativas são descritas pelo escrivão, isso é muito nas fontes judiciais. Determinadas informações mudam da passagem do inquérito para o promotor.

Das cinco testemunhas que aparecem no sumário crime, somente a terceira, o responsável pela prisão, foi o que trouxe mais detalhes gerais. Talvez a empolgação do

momento pela responsabilidade de prender um “jagunço” tenha o motivado a revelar minúcias ao delegado, mas no depoimento ao promotor a mesma testemunha não traz tantos detalhes. Contudo, Chrispím, em ambos os momentos, destaca os elementos religiosos, os processos muitas vezes apenas cumprem o que é de costume nos caminhos da lei, pois o promotor já está convencido de que o réu Manoel fazia parte do grupo, e até busca o enquadrar em outros ataques para ampliar suas incursões na lei.

Contudo, nesse processo o promotor apenas precisava do número necessário de testemunhas para prosseguir com os tramites, tanto que as testemunhas que falam com o promotor reforçam que Manoel iria roubar gado para o reduto. Desse modo, a ênfase do escrivão, assim como de todos que compõe um processo, varia muito de quem é o réu e seu crime. É importante lembrar que o objetivo de um processo-crime não é reconstruir a ocorrência, desse modo, os detalhes não são tão relevantes e sim, buscar produzir uma verdade com intuito de acusar e punir. Por essa razão, Grinberg (2012) ressalta o cuidado com as fontes judiciais, pois existem o que se chama de “manipuladores técnicos”. Nesse processo, em específico, relevar os detalhes da roupa e o que portava o caboclo eram a indicação de que ele pertencia ao movimento e isso era o suficiente para o incriminar. São nesses espaços regulados que o historiador consegue perceber os valores do grupo representados nesses símbolos.

Dos elementos religiosos destacado por Chrispím estava a bandeira, elemento que aparece em todas as documentações, inclusive nas de Estado, a fita no chapéu aparece bastante, no segundo depoimento ele falou que Manuel portava orações, outras testemunhas também registram esse detalhe, e o próprio promotor usa desse elemento para redigir a denúncia de Manoel, mas das armas assinadas com marcas é a primeira vez que aparece nas fontes selecionadas para esta pesquisa, entretanto, essa prática era comum como relata Monteiro (1974), pois além de representar a fé rústica, significavam uma espécie de escudo mágico contra todos os perigos, ou seja, eram meios de proteção.

A própria representação do exército Santo de São Sebastião nas batalhas foi escolhida justamente porque o Santo era o protetor da humanidade contra a fome, a peste e a guerra, que eram os elementos mais temidos pelos caboclos, e constituíam os pontos que mais causavam a desintegração do grupo. As lideranças afirmavam que todos os mortos em batalha voltariam nesse exército encantado, nesse argumento tem-se um meio de consolo para os que entravam em batalha diante do medo da morte, se ocorresse não seria em vão, para os que perdiam entes na guerra, era algo que consolava. De acordo com Queiroz, a morte de Praxedes em Curitibanos levou muitos parentes e compadres a

aderirem ao movimento buscando vingança, um dos filhos garantia que o pai fazia parte do exército encantado “e, se em vida era homem de lutar contra dez, agora combateria contra 100” (1977, p. 124). Diante de todo o cenário de uma guerra, a religião e as crenças eram fundamentais para a continuidade do movimento, pois era uma força agregadora e um meio para o desenvolvimento das redes de sociabilidade, seja pelo compadrio ou momentos de devoção. A religião e crença messiânica permitiam uma interação e trocas entre os caboclos.

Esses elementos não eram apenas representados nas pessoas, mas também teve continuidade nos redutos, na disposição urbanística, como demonstra Machado havia um “modelo de uma praça central que deveria se situar em frente à igreja, com suas laterais balizadas por grandes cruzeiros, lembra o modelo das reduções jesuíticas” (2019, p. 31). A vida nos redutos da guerra eram espaços para fortalecimentos dos laços sociais, apesar de algumas fontes indicarem que as pessoas não poderiam conversar, segundo o relato da testemunha Antonio Rosa do processo nº22, provável que informações de guerra eram apenas trocadas entre as lideranças, entretanto, no que se trata das relações sociais toda a estrutura dos redutos indica para construção de laços comunitários apoiados em relações de reciprocidade e interdependência.

Segundo Machado, o grupo foi construído em torno de um *sentimento de irmandade* cimentado por práticas comunitárias, por exemplo, “todos os alimentos provenientes das roças individuais ou trabalhadas em mutirão também eram de domínio da *irmandade*” (MACHADO, 2004, p. 210). Logo, é possível visualizar nas práticas comunitárias relações de interdependências, que mantêm esse sentimento vivenciado mutuamente pelo grupo. Todo o trabalho era coletivo, a alimentação e também havia reuniões para interação e integração dos caboclos:

Ao longo da virada do ano de 1913 para 1914, nas “cidades santas” de Taquaruçu e Caraguatá (formada a partir de janeiro de 1914), algumas instituições foram se consolidando dentro destes espaços. As *formas* eram momentos de reunião da população, separadas em *formas* de homens, mulheres e crianças, na praça central do reduto, em frente à igreja. Para muitos depoentes prisioneiros, respondendo nos Autos de Perguntas realizados pelo Exército aos rebeldes que se entregavam durante as rendições, as formas eram “momentos de dar vivas”, “vivas à Monarquia”, vivas a “São João Maria” e ao “exército Encantado de São Sebastião”. Seguindo uma disposição semelhante às formas militares, as *formas* eram ocasiões para a realização de preces, proclamações, discursos dos chefes e divisão de tarefas para a organização cotidiana do trabalho (MACHADO, 2019, p.32).

Esses momentos de dar vivas, possivelmente, constituía-se como uma prática necessária que relembrava e reforçava os ideais do grupo. Interessante a maneira como era feito, pois mesclava momentos de orações com discursos de líderes e divisão de tarefas. As cidades santas eram a expressão cabocla também para referir-se aos redutos, os significados por trás dos nomes desses espaços de reunião dos integrantes podem indicar várias relações com o cotidiano desses grupos.

Essa existência nos redutos era baseada em uma vida compartilhada, motivada por trocas e relações de solidariedade, por isso, esses lugares eram entendidos pelos caboclos como cidades Santas, pois a maneira como viviam reportavam uma concepção bíblica, e também, porque o sistema republicano, principalmente nas políticas territoriais, modificou gradualmente esse sistema de trabalho coletivo que começou no império. As vivas à Monarquia estão relacionadas a esse modo de vida e não há um sentido político como afirma Machado.

Ivone Gallo (1999), trabalha em seu livro as perspectivas de Monarquia e Milenarismo entre os rebeldes do Contestado. Não há como não tratar da questão religiosa com mais ênfase, considerando que a ela estruturava essa organização e fornecia argumentos que davam razão aos caboclos, o que fazia sentido pra eles enquanto explicação de acontecimentos. Nesse sentido:

Quando os revolucionários falam em Monarquia, estão falando de uma revolução no calendário, pois o tempo perfeito não está no passado, mas na antecipação do futuro, como milênio igualitário. A ambigüidade, no emprego do vocábulo, é, paradoxalmente, o meio de revelar o sentido preciso, o significado atribuído pelo sertanejo à palavra monarquia, pois ele causa o efeito da figura de linguagem, como um contraponto ao regime republicano, uma lei que precisa ser combatida; e a palavra monarquia representaria, em uma das suas nuances, o contrário de república. Mas, para percebermos, mais concretamente, como se dá a aplicação do conceito de Monarquia no Contestado, basta lembrarmos que os rebeldes “chegavam a enviar cartas aos homens mais representativos de Lages cientificando-os de que no dia 15 de Novembro atacariam aquela cidade onde deveriam almoçar e que no dia 25 jantariam em Florianópolis, no Palácio do governo! (GALLO, 1999, p. 142).

O uso de Monarquia, a partir dos estudos de Gallo, tinha o intuito de contrapor a república, a ideia da expansão do movimento era de fato algo concreto, existia um imaginário baseado em um mundo ideal, no milenarismo, essa visão vem de uma concepção escatológica baseada nos fins dos tempos com a vinda de Cristo e depois de um período de sofrimento viria a abonaça, essa visão tem total relação com o que os monges pregavam. A vida das pessoas na Monarquia representava isso, e não, necessariamente, a figura de um rei no poder, a centralidade da questão estava na

ocupação das terras e na liberdade desses caboclos ao usufruí-la. A vida nos redutos tentava replicar esses bons tempos, que agora não existiam mais, por conta de todo o contexto exposto.

No início do movimento, houve uma interação maior entre os participantes, principalmente, nos períodos de fartura alimentar nos redutos, momentos de festa e de vitórias na guerra. Contudo, o conflito tem a capacidade de modificar as formas de sociabilidade, pois o todo é composto de indivíduos, que também agem por seus interesses e motivações pessoais. Simmel (1983) também questionava se o conflito poderia ser uma forma de sociação, desconsiderando qualquer fenômeno que o resulte ou acompanhe, uma vez que toda interação entre os homens é uma sociação, partindo dessa concepção seria possível enquadrar nessa categoria o conflito. Contudo, o conflito significa uma negação da unidade, ele serve apenas para resolver a tensão entre contrates tanto que Simmel chega a visualizar uma positividade no conflito por conta dos processos de mudança que ele provoca. Além disso, o conflito expõe que não é crível uma harmonização plena de um todo. Sendo assim, o que a religião une o conflito desfaz.

Para Simmel (2006, p.84) “O conflito entre a sociedade e o indivíduo prossegue no próprio indivíduo como luta entre as partes de sua essência”. O intuito não é construir uma análise sociológica do conflito, mas perceber o quanto ele pode ter interferido, principalmente, na dissolução do movimento frente a todas as tentativas de manter o grupo integrado, pois com o avanço das tropas esses laços foram enfraquecendo cada vez mais, pois como exposto no capítulo anterior, o conflito não se deu apenas de forma externa nos campos de batalha, mas também internamente, nos redutos, pelas próprias lideranças e pelo desenrolar da guerra com o avanço dos militares.

O conflito não é uma estrutura social, e sim uma das complexidades da sociedade no que se trata de relações. Para os caboclos do Contestado, o conflito foi uma necessidade, e uma forma de resposta a tudo que estavam vivenciando. Nesse sentido, o ele será um agente constante de transformação na vida social dos caboclos e na composição dos laços sociais. Dessa forma, a religião cabocla e a crença messiânica em tudo aquilo que ela trazia consigo, ou seja, as rezas, as curas e a esperança de um mundo melhor mais justo e igualitário eram o elemento aglutinador das pessoas ao movimento. Contudo, o conflito impede que se tenha uma sociabilidade pura até o final da guerra, ela sofre modificações no decorrer da guerra.

A sociabilidade concentra-se no interesse em estar sociado, o que está em jogo é o momento sociável, existe um princípio da sociabilidade para Simmel “cada indivíduo

deve garantir ao outro aquele máximo de valores sociáveis (alegria, libertação, vivacidade) compatível com o máximo de valores recebidos por esse indivíduo” (2006, p.69). Esse ponto seria o que o sociólogo denomina de estrutura democrática da sociabilidade. Ela não é identificada quando as lideranças religiosas e de guerra do movimento passam a discordar e separam-se, ou quando as pessoas começam a render-se aos militares. Mas, essa sociabilidade pode ser identificada nos momentos de vivas, nas reuniões, nas praças e nos redutos.

Por isso, Simmel trabalha, a partir do conceito de sociabilidade, a concepção de um jogo faz de conta de que todos são iguais e honrados ao mesmo tempo. De tal modo, independente da estrutura social que é construída historicamente durante as relações sociais, sempre haverá um papel ambíguo entre sociedade e indivíduo. Segundo Simmel, a sociedade quer uma totalidade de maneira que cada indivíduo seja membro dela, e que empregue toda sua força, no entanto, “Não há dúvida de que o impulso de unidade e totalidade que é característico do indivíduo se rebela contra esse papel. Ele quer ser pleno em si mesmo, e não somente ajudar a sociedade a se tornar plena” (SIMEL, 2006, p.84). Logo, todo o movimento é nutrido por essas relações complexas, formadas a partir da interação e dos interesses próprios, esses conteúdos depreendem-se e formam novas sociabilidades:

Sabemos de vários relatos que este igualitarismo não existia ao extremo nos redutos. Embora todos tivessem acesso igual à alimentação, existiam diferenças sociais e a posse reconhecida sobre bens individuais, como armas e sela para montaria. Como a entrada nos redutos implicava num novo batismo, era comum que as pessoas adquirissem um novo nome e novos padrinhos. Estes laços reconstruídos ajudavam a formar uma nova sociabilidade nos redutos, além de fazer crescer o sentimento de que todos compunham a mesma “irmandade” (MACHADO, 2019, p.33).

De qualquer forma, com todos os contratempos da guerra os caboclos conseguiram estabelecer relações comunitárias, buscando uma igualdade social e fortalecimento de laços sociais que já existiam em um modo de vida anterior ao período da guerra, e que será visto adiante nessa pesquisa. A vida nos redutos foi uma tentativa de preservar aquilo que estava se perdendo com as novas formas de trabalho e uso da terra, pois a sociedade caminhava para uma individualização, e isso era contrário ao sistema de solidariedade, reciprocidade e interdependência vivido pelos caboclos ao longo de anos em seu território abandonado pelo Estado.

É importante se perguntar se a guerra foi motivada mais pela posse da terra ou especificamente pelo direito de continuar usufruindo dela dentro daqueles moldes

expostos no capítulo um, como por exemplo, o uso das matas nativas. A sociabilidade construída dentro dos redutos caminha mais em direção a segunda visão, pois os rebeldes entendiam que aquela terra era deles para o uso de todos, pois o valor mercadológico da não estava tão difundido entre os caboclos, se assim fosse, não haveria a necessidade de difundir ideais de irmandade, lavouras coletivas e a luta seria em si com centralidade no registro ou formas de facilitar as posses. Isso também não exclui o fato de que os caboclos queriam um reconhecimento legal dessas terras por parte das autoridades, mesmo diante do cenário que os apontavam como invasores, no processo de criminalização do movimento.

3.2- ESTRATÉGIAS, E PROTEÇÃO NAS RELAÇÕES SOCIAIS

Antes da vida nos redutos, havia uma sociabilidade cabocla vivenciada por relações comunitárias, baseadas na reciprocidade e interdependência. Apesar de Simmel adotar mais a reciprocidade para observar as relações sociais, o conceito de interdependência é fundamental. Dentro da Micro-História, conforme aponta Carneiro, há um direcionamento analítico não mais para elementos extraordinários, mas para elementos ordinários “com o intuito de apreender a teia de relações sociais e as interdependências que constroem as normas sociais que guiam as ações e estratégias do Cotidiano” (2018, p.41). Não há como excluir o processo de interdependência, as relações não se dão apenas de forma exclusiva pela reciprocidade, pois nem sempre a ligação de indivíduos por uma relação de dependência mútua é recíproca, muitas vezes, ela é uma estratégia em um contexto específico gerado sob uma necessidade.

Esses laços sociais, construídos nas redes de sociabilidade no Contestado antes da guerra, funcionavam como estratégias e meio de proteção em um mundo rural onde as pessoas regulavam a justiça, os comportamentos e a ordem, a partir de seus valores instituídos. Essa constituição social anterior a guerra aponta indícios para o que será construídos nos redutos. Muitos desses processos de interação foram vistos ao longo dessa pesquisa, por isso nesse momento é relevante observar com mais atenção as práticas de trabalho, bem como as redes de compadrio e parentesco.

Grande parte do processo de ocupação do território na região do Contestado sempre foi regulado e controlado pelos grandes fazendeiros e coronéis, por isso Monteiro (1974) chama a atenção para as relações de compadrio como estratégias dos caboclos para sua manutenção nessas regiões. Isso ocorre porque o território acumulou poderes desses

senhores locais que possuíam sua própria justiça. A questão central do território, como visto, está no fato da terra ter sido ocupado por muito tempo sem limites geográficos e definições de propriedade. Os caboclos constituíram suas redes de sociabilidade e possuíam todo um sistema próprio de vida e subsistência independentes do Estado nesses territórios, isso não significa que os caboclos não tivessem vínculo com autoridades locais ou conflitos como visto na primeira parte dessa pesquisa.

Primeiramente, as práticas de trabalho são espaços de sociabilidade e, conseqüentemente, geram por meio dos processos de interação e sociação vínculos de amizade e compadrio. Na região do Contestado, a cultura cabocla girava em torno do trabalho, que significava um qualificador dos sujeitos e um mecanismo que agregava valor, se as pessoas não fossem trabalhadoras, não eram aceitas na comunidade. Nessa época, não havia práticas extensivas de trabalho, as pessoas plantavam e colhiam para sua própria sobrevivência, e comercializam o que produziam em troca de outros produtos como sal, pólvora, querosene, açúcar, café e tecidos. A circulação de dinheiro era mínima, principalmente entre a população mais pobre, pois não havia mercado consumidor suficiente para comprar os produtos dos caboclos.

Desse modo, a vida dos sertanejos concentrava-se em trabalhar na roça, cuidar dos animais, sendo comum a caça e a pesca. Como visto no capítulo um, o bem mais lucrativo para esse período era a erva mate nativa. Sendo assim, a sobrevivência dependia totalmente da exploração dos recursos naturais, muitos trabalhavam nas aberturas das matas para colheita da erva, retiravam madeira para construção de casas e lenha para casa. A circulação comercial da região dava-se pelas rotas de tropeirismo. Logo, a vida no Contestado era totalmente rural baseado na agricultura familiar, e as fontes criminais demonstram isso, pois todos os réus eram lavradores, já a maioria das lideranças tinham uma condição de vida melhor, eram comerciantes ou possuíam muitas posses.

Essa vida rural era difícil, os recursos eram limitados, e o trabalho era totalmente manual, exigindo muita força física, as distâncias de uma região para outra eram longas e de difícil acesso, principalmente quando chovia. As coisas também eram caras:

Para termos uma noção do valor da mula, a título de exemplo, no ano de 1919, uma mula, com arreios, estava cotada em 120\$000. No mesmo período, um alqueire de terra pronto para cultivo estava orçado em 50\$000, portanto, podemos afirmar que uma mula pronta para montaria tinha valor comercial superior a dois alqueires de terra (TOMPOROSKI, 2013, p. 64).

Essas informações foram retiradas de um inventário, notem que o ano de 1919, ou seja, posterior ao fim da guerra, nesse período a terra já possuía um valor comercial,

devido à grande quantidade de terras, esses valores ainda eram razoáveis. Também não se pode descartar a hipótese de que as áreas de guerra perderam muito valor e interesse das pessoas por conta de tudo o que ocorreu e da ameaça constante de uma nova guerra. Contudo, para uma população sem recursos financeiros esse valor era alto, e o maior custo de um trabalho estava empregado na mão de obra, os animais eram fundamentais para o transporte, mesmo com a existência da linha férrea esse acesso era restrito.

Esse contexto permitiu que os caboclos desenvolvem um sistema de trocas não somente para produtos, como também para serviços. O pixirum é um exemplo dessas redes de troca, consistia em um trabalho coletivo que “permitia que tarefas praticamente impossíveis para um único homem pudessem ser realizadas em poucos dias, como a construção de casas ou galpões. Era comum a convocação do pixirum para roçada, limpezas de terrenos e colheitas” (TOMPOROSKI, 2013, p. 68). De maneira geral, o pixirum era a reunião de pessoas em um mutirão para ajudar indivíduos da comunidade que estavam com serviços acumulados ou atrasados.

Essa iniciativa poderia partir de quem precisava, o caboclo convocava seus vizinhos, após o término do trabalho coletivo ocorria uma grande festa oferecida pelo dono da propriedade com comidas, bebidas e muita música. Mas, havia pessoas que não tinham estrutura para oferecer essa festa e precisa do serviço, então os vizinhos por iniciativa própria faziam a surpresa e realizam o serviço, e ao final a festa acontecia igual, pois cada integrante compartilhava o que tinha disponível. Nessa segunda situação, temos uma relação de interdependência, mais tarde essa pessoa que recebeu o pixirum deve retribuir, e no caso dos que oferecem o serviço há uma relação de reciprocidade. Esse conjunto de elementos produz no indivíduo a consciência da existência de um coletivo, e de uma unidade que integra todos, sem categorias materiais que dividam ou classifiquem as pessoas, pois independente de ter os recursos para a festa do pixirum, a pessoa recebe os serviços igualmente. Isso denota uma rede de colaboração e que permite a subsistência de todos.

Esse trabalho em conjunto diz respeito a uma rede de solidariedade constituída por laços sociais de confiança e cooperação. Para Tomporoski, “A ausência de qualquer forma de remuneração pelo serviço reforça valores não econômicos, solidificando a importância da colaboração solidária” (2013, p.71). Isso gera no indivíduo um sentimento de pertencimento ao grupo e uma gratidão que produz novas relações de reciprocidade, criava-se nas pessoas proximidades e as redes de solidariedade eram fortalecidas. Logo,

o Pixirum releva os valores e comportamentos dessa população camponesa, os significados dessa prática de trabalho coletivo:

A capacidade das pessoas cooperarem, confiarem em seus vizinhos e estabelecerem laços horizontais de participação, demonstra a valorização desse atributo naquela sociedade. Porém, a cooperação voluntária, assentada na confiança, só é possível em sociedades que convivem com regras de reciprocidade, o que fomenta a cooperação espontânea. No caso do Pixirum, convocar e ser convocado significa ter legitimidade perante aquela comunidade e o fator primordial era o princípio da obrigação mútua, ou seja, aquele vizinho que fora beneficiado pelo trabalho dos membros do bairro rural deveria retribuir a ajuda, atendendo imediatamente ao chamado para outras tarefas. A obrigação moral de retribuir imediatamente à convocação, procedendo à semelhança dos que o ajudaram, determinava a formação de uma ampla rede de relações de vizinhança entre os moradores do bairro rural e interconectava vizinhos mais distantes, de diferentes bairros rurais (TOMPOROSKI, 2013, p.70).

As redes de solidariedade só existem porque há na comunidade regras que fomentem redes de troca e cooperação, e só há conflito nesses espaços quando o indivíduo não conhece essas regras. Sendo assim, a necessidade provocada por situações difíceis leva as pessoas a trabalhar de forma conjunta, isso só é possível através da sociabilidade que provoca nas pessoas a importância de estar sociados e de conviver. A festa ao final do dia assegurava momento de interação e sociabilidade, enquanto os homens trabalhavam nas roças, as mulheres preparavam a comida e depois todos reuniam-se.

Desse modo, essas pessoas não viviam isoladas nos sertões e não eram ignorantes como tanto afirmam as fontes oficiais, o que acontece é que elas tinham suas próprias formas de convívio e explicação a partir do cotidiano delas. Esses indivíduos circulavam, seja na cidade ou em outras comunidades, onde também se reuniam para festas religiosas. Nesses espaços de sociabilidade havia trocas de informações, experiências e também culturais. Tendo em vista todas as possibilidades relevantes no Pixirum enquanto um espaço de sociabilidade e construção de laços, não há como considerar que os encontros tanto no momento do trabalho quanto no final da festa regados a muita bebida também tinham seus momentos de brigas e desentendimentos, os conflitos também fazem parte dos processos de interação.

Além do Pixirum, havia outro sistema muito interessante, conhecido por faxinal “esse sistema consistia na criação de animais – em especial, suínos, caprinos e bovinos – de maneira comunal, ou seja, com aproveitamento das terras em conjunto” (TOMPOROSKI, 2013, p. 76). Um grupo de vizinhos construía juntos as cercas que separavam as terras de plantar, das de criação, o objetivo era evitar que os animais invadissem as terras de cultivo, de maneira geral, tudo era coletivo, o trabalho, as terras

de planta e de criação. Essa prática não era comum apenas na região contestada entre Paraná e Santa Catarina, ela acontecia em outras regiões de ambos os estados e manteve-se por muitos anos em prática, essa cultura foi se perdendo com a mecanização das lavouras e as plantações extensivas.

Outro costume das populações caboclas eram as tradicionais festas religiosas nas localidades. A religião, que marcou profundamente a guerra no Contestado, desde sempre preservou espaços de sociabilidade. Segundo Tomporoski, as festas chegavam a durar três dias, por conta das distâncias que as pessoas tinham de enfrentar para chegar ao local, as costumeiras festas tinham bastante bebida e bailes. É visível essa mistura do sagrado com o profano, e com certeza os excessos de bebidas traziam brigas e problemas à comunidade, mesmo assim, elas não deixavam de existir ou de funcionar. Tomporoski destaca muito bem o papel do festeiro que “trazia distinção social e exigia do titular da função esforço para tornar a festa um evento de sucesso, o que amplificaria a fama e prestígio”²⁰, nessas festas também circulavam pessoas importantes, como comerciantes, tropeiros e, principalmente, os políticos locais, elas agitavam tanto as comunidades, que a guerra parte justamente de um desentendimento do Monge José Maria com o Coronel Albuquerque na festa do Bom Jesus em Taquaruçu.

Desse modo, o pixirum, os faxinais e a religião cabocla constituíam os espaços de sociabilidade dessas comunidades sertanejas. Eram nas práticas sociais coletivas que acontecia o fortalecimento dos laços sociais, parentesco, confiança, amizade e compadrio. Sendo assim, quando se observa a vida nos redutos, é possível verificar uma continuidade desse sistema, obviamente, que o contexto da guerra modificou algumas coisas:

Os laços de associação entre os homens são incessantemente feitos e desfeitos, para que então sejam refeitos, constituindo uma fluidez e uma pulsação que atam os indivíduos mesmo quando não atingem a forma de verdadeiras organizações (SIMMEL, 2006, p. 17)

É normal em toda a relação social uma elasticidade, que é necessária para que se tenha organizações mais duradouras. Portanto, os caboclos a partir desse modo de vida tradicional resgatam e reelaboram valores e costumes da comunidade que vinham se fragmentando com as novas práticas de trabalho intuídas pelas empresas estrangeiras. O crescente valor da terra faz com que as pessoas as cerquem e individualizem cada vez mais o território. Logo, os caboclos passam a construir nos redutos uma linguagem e práticas que só eram entendidas em um conjunto de símbolos e significações muito

²⁰ (Op., Cit., p.83)

peculiar para esses sujeitos. Esses elementos aparecem muito em processos-crime, durante o depoimento de testemunhas de acusação era comum identificar os rebeldes pelo “distintivo”:

A linguagem sertaneja não se limitava à expressão rebelde “guerra santa”, mas estava presente nos símbolos externos (bandeiras, corte de cabelo rente, fitas nos chapéus), nas práticas de combate (com a valorização do entrevero), nas formas e nos meios de vida dos “quadros santos” (MACHADO, 2004, p. 32).

O grupo desenvolve uma série de meios e estratégias a fim de manter-se na guerra, pensando questões de sobrevivência como alimentação, distribuição de grupos em espaços de difícil acesso para o exército e, além disso, essa linguagem também tinha a intenção de aderir cada vez mais membros ao grupo já que havia a intenção de expandir o movimento. Houve todo um processo de construção de laços sociais entre os caboclos durante a guerra, processos que também são anteriores ao movimento, mas que foram ressignificados internamente.

Pensando a questão dos laços sociais é relevante destacar a discussão de Duglas Monteiro sobre as relações de compadrio. O autor discute o significado dessa prática e aborda pontos sobre o batismo e compadrio antes do conflito. Geralmente, ocorriam dois batismos, sendo o primeiro em casa realizado por um membro da família, esse não era reconhecido e nem aceito pela igreja e depois acontecia um segundo batismo na igreja, Monteiro cita o estudo de Maria. I. Queiroz que releva que o caboclo procurava para padrinho de seu filho o proprietário das terras que ocupava, como os caboclos tinham muitos filhos podiam criar vínculos com diversos chefes de sua comunidade de grande ou pequena relevância social. Essa prática, para Monteiro, revela dimensões de caráter estratégico como a garantia de sanções religiosa, assegurando entre as partes a continuidade da proteção e de serviços, desse modo ocorria uma multiplicação de laços sociais por meio do batismo.

Monteiro aprofunda sua discussão em torno do significado do batismo usando de outros teóricos para problematizar o compadrio interclasses, que consegue superar a relação de dominação e subordinação, na qual as diferenças econômicas são superadas e busca-se não apenas uma proteção ou vantagens, mas uma tentativa de superar a menoridade social. Contudo, o foco dessa pesquisa é observar como o compadrio é relevante para as relações sociais, pois se produz um compromisso espiritual dos padrinhos para com seus afilhados e, com isso, acaba-se criando uma certa responsabilidade material e moral que acaba por assegurar compromissos futuros. Além

disso, o batismo era muito relevante para a criança que se torna um membro da igreja e também da sociedade.

O compadrio configura-se como “a consagração de relações sociais materiais e não materiais preexistentes. As trocas, a cooperação, a dependência e a dominação, através dessa instituição, revestem-se de uma roupagem sancionada pela religião” (MONTEIRO, 1974, p. 212). Assim, o compadrio fortalecia os laços sociais por meio do respeito e da obediência, e no caso do padrinho, essa relação ocorria através de sua responsabilidade material e moral. É importante lembrar que esse processo é anterior ao conflito e existe desde o início da ocupação dos caboclos nessa região, essa prática é uma estratégia adotada pelos caboclos para ter boas relações com as oligarquias locais, pois a proteção dessas regiões e sua organização eram feitas por esses indivíduos, o que é muito comum em regiões onde o Estado é ausente.

Algo que Monteiro (1974) não destaca em sua pesquisa e que é relevante de se problematizar é o fato de que os padrinhos adquirem prestígio social diante da sociedade quando são chamados mais de uma vez para apadrinhar. Esses vínculos não são criados somente no batizado, mas também são lembrados na primeira comunhão da criança, e novos laços são criados na crisma e no casamento, a igreja conta com vários rituais que permitem essa vinculação com padrinhos espirituais em várias etapas da vida do indivíduo.

Os vínculos de compadrio são acionados em diversas situações, inclusive politicamente, como no caso do governador catarinense Vidal Ramos e o Coronel Albuquerque de Curitiba que possuíam uma relação bem próxima de trocas, apoio e benefícios. O compadrio traz uma certa segurança e confiança quando esse padrinho tem um prestígio político, social ou econômico, mas na guerra muitos desses elos foram rompidos como o caso visto no capítulo dois de Praxedes, que era afilhado de Vidal Ramos e amigo do coronel Albuquerque e veio a falecer durante uma troca de tiros em Curitiba e, possivelmente, não imaginava que isso aconteceria, pois confiou nesses laços, não apenas de compadrio, mas de amizade.

Monteiro também registra um dos líderes do movimento, Adeodato, como responsável pela morte de seu padrinho, que era fazendeiro, ele e sua família foram seus agregados e subordinados, além disso, Adeodato teve relações com sua comadre, viúva de outra liderança cabocla, isso foi interpretado como uma relação de incesto, pois pelas normas da igreja é proibido a relação entre os padrinhos e pais. Para Martha Hameister, “Isso denota que o ele espiritual entre pais carnis e padrinhos já estava a mais tempo em

gestação, marcando sempre a superioridade do vínculo espiritual sobre o mundano” (2006, p. 205). No seu processo-crime Adeodato afirmou ser solteiro, de qualquer forma, tudo isso era trágico para o movimento e para os integrantes, uma vez que a questão da moralidade era muito difundida na sociabilidade cabocla. Sendo assim, as atitudes de Adeodato representavam uma ruptura profunda no movimento, a morte de seu padrinho desmistifica o compadrio de interclasses.

Essa complexa rede de compadrio teve continuidade nos redutos, pela prática de rebatizar os novos integrantes, inclusive Monteiro (1974) menciona a existência de um livro com mais de mil anotações referentes a essa prática, além disso, esses batismos receberam novos nomes, além da trindade batizava-se em nome de São Sebastião e do monge. Essa prática, com certeza, significava uma grande heresia para a igreja da época, contando que o batismo em casa não podia ser feito a não ser que se corria algum risco de vida, e um segundo batismo, em negação ao primeiro era inaceitável, assim como batizar em nome de outros intermediários. Desse modo, esses novos elementos dizem respeito às novas formas de sociabilidade construídas em tornos dessas práticas, assim as relações de compadrio revelam as redes de parentesco, denotando aspectos da vida social, política, religiosa e econômica daqueles que passam por esse ritual.

Esses laços de compadrio são acionados o tempo todo, não é porque construiu-se novos laços internamente no movimento, que os laços antigos tenham sido esquecidos, o que ocorre é a necessidade do movimento proteger-se contra qualquer possível traição, ou uma entrega de informações, uma vez que o exército era articulado e tinha pessoas infiltradas nos redutos como consta nos relatórios, então os novos laços sociais com as lideranças e os integrantes era ao mesmo tempo uma estratégia de integração para uma socialização e um meio de proteção pela fidelização que esses novos laços atribuíam na relação.

O compadrio para essas pessoas era como se fosse uma aliança, um compromisso não apenas social de caráter moral, ou material como visto nas discussões de Duglas, mas também, a construção de laços espirituais, o que confere um peso e uma responsabilidade, tanto para o afilhado quanto para o padrinho, sendo esse último considerado pai espiritual. Para Martha, “as obrigações religiosas e morais advindas do compadrio colocam um em eterna solidariedade com o outro”²¹. Desse modo, o peso maior da relação de compadrio

²¹ (op.,cit.,p. 209).

vem do caráter divino na relação com Deus. Sendo assim, em situações de desafeto é possível esquecer uma amizade, mas não o compadrio.

Essa questão das redes de proteção, através dos laços de compadrio, foi muito importante para a manutenção do movimento durante a guerra, houve o apoio de opositores políticos de fazendeiros e coronéis, assim como o apoio de comerciantes e civis favoráveis à causa dos caboclos. Essas redes favoreciam o movimento e possibilitavam o seu crescimento, estas relações conectadas receberam toda a atenção do general Setembrino que passou a impedir a circulação de pessoas, pois todos eram considerados possíveis inimigos do governo no combate a guerra.

Ter estratégias e mecanismos de proteção representava a sobrevivência dos indivíduos na guerra. Existiam as estratégias militares por parte dos caboclos nos campos de batalha, as emboscadas e as rotas de fuga. Quando presos, eles fugiam das delegacias, prática muito comum nos processos-criminais, os caboclos não esperavam o júri chegar, porque era certo que haveria uma sentença e uma punição. A exemplo os caboclos Francisco Carvalho de Oliveira e Joaquim Maximiano Ferraz que se evadiram da cadeia pública de Lages -SC, ambos julgados no processo nº 1.121, foram condenados várias vezes ao longo do processo, e sempre entravam com recurso, e o resultado, sucessivamente, era o decreto da prisão, por isso a fuga foi caminho adotado por esses rebeldes para desvencilharem-se da justiça. Sem contar os que não foram presos, mas receberam processos, nunca compareceram na justiça.

O Sumário Crime de Sedição e ajuntamento ilícito nº 22, do ano de 1915, da Comarca de Curitiba, de Manoel Pinto Cavalheiro, preso pelo piquete civil já inicia apresentando Manoel como um “fanático”, foi identificado pelas testemunhas como pertencente ao grupo por possuir elementos dos “distinctivo” dos “jagunços”. O acusado nega a participação no grupo e, apesar de ter sido encontrado em uma casa abandonada com uma corda, o que poderia indicar que estava naquele local para arrebanhar gado e levar para o redutos, ele afirmou no inquérito ao delegado que estava a caminho da vila de Curitiba para se entregar à polícia e afirmava ter sido forçado a entrar no grupo.

Se as afirmações de Manoel são verdadeiras isso não é possível saber, mas seu processo permite levantar a hipótese de que Manoel pode ter agido com estratégia, ao afirmar que estava indo se entregar, isso poderia amenizar sua situação por estar colaborando com a justiça, sem contar que ele não esboçou reação alguma na hora da prisão, de qualquer forma, em 1916, o delegado o libertou, as causas não constam.

Portanto, os dois exemplos acima, tanto a fuga, como o argumento da entrega, ou acionamentos das redes de compadrio são estratégias de proteção, que permitem que os indivíduos se mantenham dentro das estruturas de poder. Todas as movimentações na guerra no Contestado foram interpretadas pelas autoridades e dadas versões oficiais da guerra como ignorância, fanatismo religioso e banditismo. O movimento iniciou muito integrado, havia motivos para isso, como já exposto, mas toda a guerra se faz pelo processo da violência, as lideranças foram dividindo-se cada vez mais, o que foi enfraquecendo o movimento, e, conseqüentemente, os caboclos também sofreram violência internamente.

Todas as atrocidades da guerra são representadas na última liderança, em Adeodato. A imagem do grupo foi construída sobre um caráter muito negativo. Por isso, o que está em jogo não é um julgamento moral de ações e personagens desse conflito, o alvo do estudo é entender o que move indivíduos tão distintos a mobilizar-se e resistir às forças armadas.

3.3. EM DEFESA DO ANTIGO E DOS NOVOS MODOS DE VIDA

A guerra foi o estopim de uma série de acontecimentos que minaram o modo de vida caboclo. A saída não foi outra se não o conflito armado, existia no território do Contestado uma população insatisfeita, não somente em Curitiba, mas em toda a região de fronteira entre Paraná e Santa Catarina, o descontentamento derivava de uma série de problemas políticos causados pelos velhos coronéis e seus interesses.

O coronelismo é um sistema político ligado ao período da Primeira República (1889-1930). Tanto nas Superintendências Municipais quanto no Governo Estadual havia predominância das políticas coronelistas, esses homens eram responsáveis por controlar e administrar as vilas e áreas rurais, mas a expressão desse poder é um pouco anterior a república:

Mas podemos considerar que esta prática política – que expressou o poder local dos grandes fazendeiros – vigorou em muitas regiões do país, tanto antes da república como muito após a chamada Revolução de 1930. Derivada do termo “coronel”, a mais alta patente concedida pela Guarda Nacional, o coronelismo, ou poder local dos grandes proprietários rurais e comerciantes, encontrou no primeiro sistema político republicano amplas condições de autonomia adequadas ao exercício de mando local e regional, até mesmo como base para as situações (e oposições) políticas estaduais (MACHADO, 2004, p.91).

Esses homens detêm grande poder porque possuem várias posses, inclusive muito dos caboclos do Contestado viviam com suas famílias como agregados dos que concentravam o poder em fazendas ou comércio local. Essas lideranças interferiram muito na sociabilidade cabocla com seus mandos e desmandos. Na região do Contestado, havia algumas cidades que se destacavam mais, como Lages, Campos Novos, Curitibaanos, Canoinhas, União da Vitória e Palmas, todas administradas por coronéis, havendo disputas de poder, ou melhor, disputas por um acúmulo de poder e soma de posses.

Todas as principais vilas, como assim chamadas nas fontes oficiais, eram lugares de pequeno porte, então, era propício para uma única pessoa deter todos os meios de funcionamento das cidades. O coronel Albuquerque, de Curitibaanos, começou sua vida como caixeiro, depois tornou-se comerciante e passou a adquirir muitas terras, formou alianças políticas com a família Ramos, de Lages, por meio de laços de compadrio, tendo sido prefeito de Curitibaanos. Ao longo de sua trajetória obteve mais títulos, como o de juiz substituto da comarca, membro do congresso, tornou-se dono do jornal da cidade, da casa de impostos, ramificando assim ao máximo o seu poder tornando toda comunidade sua dependente.

Além disso, os grandes coronéis da região possuíam a própria segurança formada por vaqueanos, esses civis serviram as tropas do governo em todo o período da guerra, tem-se o caso do Coronel Fabrício Vieira que recebeu agradecimentos por parte dos militares em relatórios, não somente eles, como também outros fazendeiros locais foram apoiadores da intervenção militar. Toda essa rede de poderes gerou processos de disputa políticas e econômicas, como as rivalidades entre Albuquerque e a família Almeida. No período da guerra, algumas alianças foram fragilizadas, como no caso da família Farias de Curitibaanos que possuía lideranças na guerra e, do outro lado, favoráveis ao governo, as famílias Damasceno, Rocha, Sampaio, Ribeiro, Oliveira, Rosa etc. terão muitos membros envolvidos na guerra e nas lideranças, todos esses sobrenomes aparecem nos processos-crime e alguns nas mensagens de Estado. Em Campos Novos, houve uma ruptura da família Rupp com a Ramos.

Pelo número de processados é possível visualizar a quantidade de descontentes com o contexto em que estavam inseridos. Ao observar os sobrenomes, é possível identificar uma grande rede de parentesco, nas quais as famílias estavam claramente divididas, em um processo era possível identificar membros de uma família como réus e no

outro, membros dessa mesma família convocadas como testemunha de acusação, era inevitável os acontecimentos da guerra não passar pelos laços sociais.

A população cabocla do Contestado participou desses espaços de disputa, tanto em nível local quanto estadual, pois há também nesse período a questão não resolvida dos limites interestaduais. O processo de expropriação das terras era também um agravante, que não começou com a *Railway e Lumber*, iniciou antes da guerra através dos grandes fazendeiros locais, esses processos de expulsão ocorriam principalmente em regiões de ervais. Havia as cobranças de impostos, e quando se afrontava uma dessas autoridades, os coronéis prendiam e batiam com vara nas pessoas. Com a chegada dos imigrantes e das empresas estrangeiras, as situações ficaram ainda mais difíceis, criou-se um distanciamento muito grande entre os nacionais e imigrantes, em termos de garantias políticas para questões de povoamento e ocupação das terras.

Não bastando os coronéis dominarem as políticas municipais eram muito influentes na Estadual, no caso de Santa Catarina, Vidal Ramos era um coronel da região do Contestado. O governador do Paraná era filho de militar, teve formação na área, mas, não tinha o título de coronel, porém tinha a influência. Em Santa Catarina, a política coronelista atuou mais em termos Estaduais no período da guerra, como visto anteriormente, cada estado tinha um interesse diferente a ser defendido. Em termos de acesso políticos, os caboclos não tinham como recorrer por conta desse domínio dos coronéis, e pela justiça esse acesso também era limitado e não confiável, justamente porque os governadores que nomeavam delegados, promotores, juízes e, como demonstrado no processo nº2, dessa pesquisa, os vereadores eram substitutos nesses cargos. Essas listas provavelmente já vinham prontas dos municípios.

O único cargo que possuía um pouco mais de autonomia era o de juiz, que era um elemento vindo de fora da política local, em Curitiba, temos o magistrado Luís Abry, que ao longo dos processos apresentou muitas desavenças jurídicas com os promotores da cidade, e chegou até a ser questionado por instâncias superiores nas suas decisões jurídicas:

<27>

De que faço este termo. Eu,/ Tancredo da Costa Arantes,/ escrevente interino o escrevi. Eu, Joaquim da Costa Arantes o subscrevi.// A doutrina do desp. Recor-/rido e curiosa, porque exclue/ a criminalidade dos cúmplices, co-/autores neste P. proclama sim-/ plesmente a do mandante.// Há nestes autos pena- suffi-/cientes p a pronuncia dos R.R./ o que alias, juiz a que re-/nega, quando reconhece que algumas / das testemunhas “são contestes/ em oppinar que os RR. Faziam/ parte do piquete que incen-/ diou a villa de Curitybanos”.// Por isso a de reforma-se o/ despacho recorrível.// Fpolis, 26-junho -16// (Apelação crime nº977. 1916, fl27).

A guerra trouxe essa necessidade de criminalizar a todo o custo todos os indivíduos que participaram dela, os promotores da cidade, mesmo nos casos menores, em termos da lei sempre deram andamento nos processos, porém, houve barreiras criadas pelo juiz, como nesse caso acima. Simplesmente, o juiz, seguindo o artigo 5º do código penal, afirmou que os réus do processo não eram “fanáticos” de notoriedade e nem no movimento tiveram uma posição que os destaca-se, e que ele, assim como muitos, apenas executavam as ordens dos chefes, esse é o único momento de todos os processos selecionados nessa pesquisa que há uma argumentação jurídica favorecendo integrantes do movimento. É importante destacar que muitas das testemunhas de acusação não presenciaram os fatos criminais sob investigação, esse elemento foi considerado pelo juiz e posto em exame por ele:

– que assim os da plebe dos fanáticos muitas vezes/ agiam impellidos como que por uma violência física/ irresistível, cabido como é que as ordens dos chefes/ eram cumpridas sob pena até de morte, enquadrando-se/ pois, essa hypothese no dispositivo do artigo 5 do digo/ dispositivo do § 5 do artigo 27 do Codigo Penal; // C.- porém, que nem está provado terem os R.R. to-/mado parte activa e deirecta em certo e determinado/ facto delituoso, como incêndio e saque, sendo certo/ apenas que eram membros do grupo que praticava/ taes factos; e então // C. – que o Codigo Penal em seu artigo 25 diz: A/ responsabilidade penal é exclusivamente pessoal” - / não admitindo o Codigo a responsabilidade crimi/ nal collectiva, principio esse que, conforme afirmar este/ júízo em outras sentenças de pronuncia, sofre de-/ rogação quando se trata de sociedades criminosas,/ bandos ou grupos armados, cujos membros são/ individualmente responsáveis pelo facto criminoso,/ embora dele não participassem; mas// C. – que mais acceitável parece a doutrina que não/ admite no direito pátrio de forma nenhuma a figura/ da societias criminis, uma vez que, como no caso/

<[22v]>

vertente, não é provada que os R. R. tenham tido a/ intenção directa e manifesta de praticar ou colaborar/ na pratica de actos passíveis de pena e que, a contrario/ si assim procederam, agiram sob a pressão de ordens ema-/nadas dos ‘ chefes”, sendo possível e até certo que, ao adh-/vem ao movimento dos fanáticos e durante a permanência/ nelle, as intenções e os propósitos de muitos desses homens/ fossem pacíficos e divergentes do modo de proceder dos/ grupos aos quaes por superstição se haviam ligados; e/ finalmente // C. – tudo quanto exposto fica e o mais que destes autos/ consta – Julgo improcedente a denuncia de folhas/ duas e duas verso e appello desta sentença para o su-/perior Tribunal de Justiça do estado a cujo Exmo. Sr. Dr./ Presidente o sr. Escrivão fará remessa destes autos; custas/ na forma da lei.// (Apelação crime nº977. 1916, fls. 22-22v).

Abry redigiu uma extensa argumentação, pois sabia que a apelação criminal seria encaminhada às instâncias superiores, ao desembargador. O juiz foi criticado por excluir a criminalidade dos réus, e o desembargador pronunciou a favor da continuidade do processo. O promotor público da comarca, Edgar Barreto, recorreu e argumentou sobre essa apelação mostrando a culpa dos réus. O Procurador Geral opinou, assim como os

demais, pela pronúncia dos réus, tomando os autos como advinda curiosa a doutrina do juiz pela exclusão da criminalidade dos cúmplices e coautores para proclamar somente dos mandantes.

Em síntese o artigo 5º traz essa prerrogativa, a de que o réu agiu sobre violência física ou moral por mando de outra pessoa, para o juiz havia uma ausência de provas sobre a real autoria dos réus na participação dos crimes, ou seja, ele não se convenceu pelas provas apresentadas, justamente porque parte das testemunhas não conheciam os réus ou não tinham visto nada.

A partir disso tem-se duas problemáticas, a primeira permite questionar a natureza da participação dos integrantes do movimento, que na visão do juiz aderiram por superstição ao movimento e eram obrigados a agir a favor dos líderes. A segunda questão parte de que os laços sociais eram muito fortes nas comunidades e conectados, e que as testemunhas de acusação diante da possibilidade de sentença de amigos, compadres ou parentes, quando convocadas pela justiça, podiam ter como estratégia a negação dos fatos, e apresentarem-se como testemunha oculares que não viram ou presenciaram nenhum crime. Sobre o que moveu Abry a adotar essa postura favorável aos réus, é possível pensar muitas hipóteses, com certeza ele não defendia o movimento, mas tentava ao máximo colocar a lei em vigor, provavelmente, sua posição tão inesperada não lhe trouxe benefícios, pois posteriormente foi transferido de Curitiba para Curitiba.

Desse modo, todos esses pontos levantados demonstram que os caboclos não tinham muitas saídas para as situações que vivenciavam, afinal, a justiça era formada por um rede de pessoas conectadas com o poder local, logo, é notável que o acionamento da justiça não era um recurso funcional, por isso, evitavam-se as prisões, as convocações da justiça e realizavam-se fugas.

Essas questões entram nas discussões de Deivy Carneiro (2018) sobre os processos-crimes, pois através desses indícios que as fontes revelam é possível observar os comportamentos que emanam dos vários níveis da sociedade e que podem ter múltiplas perspectivas, além disso, esse tipo de documentação apresenta uma relação entre lei, instituições e valores sociais, pois as ações e comportamentos dos indivíduos são julgados o tempo todo sobre o viés da moralidade e dentro dos padrões normativos da sociedade.

Sem os aportes das políticas públicas e da justiça, restou aos caboclos o conflito armado em defesa de seu tradicional modo de vida e direitos pela posse de suas terras. Estava muito claro para os caboclos quais eram os seus problemas e quem eram os seus causadores. Foi uma escolha das lideranças caboclas entrar em guerra contra tudo aquilo

que desestabilizava ou fragmentava a vida nos sertões, houve apoio de grande parte da população e depois que o conflito iniciou buscou-se a todo custo manter-se nos campos de batalhas. Os caboclos resistiram ao ataque das forças armadas e também coordenaram ataques a pessoas e instituições específicas.

Um dos episódios mais marcantes da guerra no Contestado, e também reveladores das causas da guerra, ocorreu em 26 de setembro de 1914, e consistiu na ocupação de Curitiba por cinco dias, cerca de 250 a 300 homens invadiram a vila e incendiaram 17 casas e prédios públicos, como a estação de telégrafo, o prédio da superintendência Municipal, a casa da Câmara e Cadeia Pública, o açougue municipal a residência do coronel Albuquerque e a casa onde funciona as oficinas do jornal *O Trabalho*, a coletoria de impostos e a casa de comércio de Albuquerque e as casa de vários amigos e aliados políticos do coronel também foram incendiadas. Exceto o cartório de registro não foi queimado, devido o pedido de dona Matilde que residia no prédio, porém, a documentação foi retirada e queimada, mas como chovia naqueles dias muitos dos arquivos foram recuperados.

Desse ataque, foram localizados dois processos no museu do Judiciário em Florianópolis, sendo um de Apelação criminal, nº 977 de 1916 que julgou Salvador José Mariano, Francisco Mariano, Galdino Mariano, Eduardo Moraes, João Novaes e Pedro Felipe. O segundo é um processo-crime de sedição e dano a propriedade pública dividido em duas partes nº 03 de 1915 que coloca em julgamento os principais líderes do movimento como Francisco Paes de Farias, vulgo Chico Ventura e outros. Contudo, por uma questão metodológico²² silenciou-se para análise no momento apenas processo nº 977 que vem sendo problematizado ao longo desta pesquisa.

O curioso do ataque, é que os rebeldes anunciaram com antecedência a invasão a vila, e no dia do ataque o grupo não sofreu nenhuma resistência. Ao redor haviam várias tropas que poderiam fazer a proteção da cidade, mas ninguém se importou, isso revela uma fragilidade na política do coronel Albuquerque que não recebeu nenhum apoio. Apesar da mídia da época ter anunciado o ataque como um grande massacre, não ocorreu nenhuma morte, até porque se assim fosse, os processos teriam sido abertos como criminais tendo penalidades por homicídio e não crimes de incêndio ou danos a propriedade.

²² Essa documentação é muito extensa, e demanda mais tempo para análise, sendo assim, ficaria inviável em uma pesquisa de mestrado fazer as devidas formalizações da fonte.

Foram escolhas pontuais feitas pelo grupo, os ataques ao cartório, tabelionatos, e arquivos da prefeitura armazenavam documentações de terras, títulos de posses, registros de compra e venda, fica evidente um claro ataque as novas leis de terras, logo todos os locais incendiados tinham uma relação direta com o movimento. Esses atentados não ocorreram apenas nas vilas sob domínio dos coronéis, como visto no capítulo um desta pesquisa a mensagem de Estado do Governador do Paraná também registrou em 5 de setembro de 1914 incêndios nas instalações da Lumber, nas Estações de Ferro, cartório, postos fiscais, casas públicas e particulares, inclusive houve muitas mortes e o assassinato de um Coronel que era prefeito. No Paraná a ofensiva foi extremamente violenta e culminou em muitas mortes, com certeza foi um ataque coordenado aos inimigos do movimento e as instituições. Mas, essa violência revela que no final de 1914 já acendiam no grupo lideranças e movimentações mais radicais.

O documento judicial de Curitiba permite observar o contexto social e político em que os caboclos estavam inseridos, bem como seus laços sociais, e estratégias adotadas em suas ofensivas, o que releva toda uma organização, que foge dos estereótipos e categorias de ignorância e falta de civilização tão reforçados pelos seus opositores. Durante a noite, por exemplo todas as tropas eram retiradas da cidade para uma fazenda com objetivo de que nenhuma mulher sofresse qualquer tipo de violência, pois como dito maioria dos homens haviam saído da vila.

Tanto que no processo nº3 de 1915 que ocorreu mais perto dos fatos maioria das testemunhas de acusação eram mulheres, já no processo nº 977 todos são homens, e das seis testemunhas apresentadas dois eram comerciantes, nenhum deles relata qualquer tipo de furto ou atentado a sua propriedade, um deles era irmão do líder Francisco Farias, e três das testemunhas foram presos por integrantes do grupo e nenhum relatou ter sofrido violência. Com esse processo é possível perceber Segundo Machado (2004) que os laços sociais impediram a violência em Curitiba. A ofensiva foi extremamente organizada, seletiva e cuidadosa, e demonstra um ataque direto ao poder e as propriedades do coronel Albuquerque e de seus amigos. Portanto, em Santa Catarina como no Paraná fica claro um ataque dos caboclos as instituições e pessoas de representatividade política, estavam marcando uma oposição aos poderes locais.

Está pesquisa agora encaminha-se para suas considerações finais. Será trabalhado neste momento a breve menção de duas cartas escritas pelos caboclos durante a guerra. Um dos grandes problemas das fontes oficiais é justamente a ausência da realidade dos fatos. Esses documentos são construções administrativas e levam nome de pessoas,

instituições e políticos importantes, por isso, a narrativa dessas fontes sempre seguem favorável a si própria. Contudo, sempre há indícios a serem revelados, que não estão nos grandes detalhes, mas nas minúcias que passam muitas vezes despercebidas.

Para perceber esses detalhes o método do paradigma indiciário foi fundamental, esse artifício se configura como um método operacional e foi criado por Carlo Ginzburg em 1989, em seu livro *Mitos, emblemas, Sinais*. Ginzburg constrói o paradigma de um “saber indiciário”, ele desenvolve um procedimento de conhecimento cuja força está na observação do pormenor revelador, mais do que na dedução.

Portanto, em 1914, o governador de Santa Catarina estava muito incomodado com a guerra, o país estava com os olhos voltados ao para o sul do Brasil, e tinha medo de que ocorresse um novo Canudos. Não foi possível o restabelecimento da ordem nas primeiras batalhas, os caboclos recusavam-se a obedecer a qualquer lei, pois estavam motivados pelas constantes vitórias, essas informações chegam governador juntamente com um telegrama:

—98—

Campos Novos, 10 de Fevereiro de 1914

Coronel Vidal Ramos

Florianopolis.

Declaro que todos os esforços empregados para dispersão dos fanaticos foram improficuos. Resta-nos o consolo de termos feito o que era possível. Numa carta dos fanaticos a mim dirigida e achada no reducto e que está assignada por quarenta e tantos fanaticos, estes mesmos, entre outras cousas, declaram impossivel evitar derramamento de sangue, caso as forças lá fossem. Esta carta foi lida pelo aspirante Rodolpho Rupp e está em poder do Capitão Nestor Passos.

(Assignado) Rupp.

Imagem 5 – Fragmento de texto da Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1914

O objetivo do telegrama era convencer Vidal Ramos de que era impossível evitar o derramamento de sangue. O governador de fato se empenhou ao longo de todas as mensagens ao congresso em frisar que não queria a guerra, como ele era natural da região onde os conflitos estavam ocorrendo, é possível que o medo de ver suas propriedades ou sua família e amigos em risco tenha o motivado a evitar a guerra, e como governador ele

sabia que isso poderia lhe atribuir uma imagem negativa, não somente a si, mas ao Estado e principalmente a economia seria prejudicada, pois são grandes os gastos com uma guerra.

Rupp informa no telegrama que todas as tentativas do governo para dispersar os “fanáticos” foram um fracasso. Mais de quarenta homens assinaram a carta, e infelizmente o seu conteúdo não foi revelado, a informação que chega vem pela interpretação de terceiros, a única informação que consta era de que por parte dos caboclos era inevitável a guerra, não há dúvida de que isso tenha procedido dessa forma, pois os caboclos realmente queriam a continuidade da guerra, pois o reduto de Caragoatá estava crescendo e as lideranças reuniam novos adeptos. Nesse período as fazendas já eram atacadas e os gados eram levados para os redutos para alimentar milhares de pessoas, e o governador recebia uma forte pressão desses proprietários, assim como de todas as estruturas políticas e institucionais.

Esse fragmento permite visualizar justamente os silenciamentos da fonte, a carta poderia ser anexada, mas foi somente mencionada e selecionada uma informação. É provável que o governador tenha recebido mais informações da carta, mas na hora de formalizar as informações na mensagem escolheu não dar muitas informações. Além disso os espaços de fala desses sujeitos são mínimos, e quando aparecem são controlados e regulados. E foram esses oficiais que construíram a memória da guerra e a ela atribuíram as suas impressões.

Posterior a esse telegrama o frei Gaspar foi enviado ao reduto e voltou sem sucessos. O coronel Marcos Farias juntamente com seu filho enviou um emissário para aconselhar a dissolução do grupo. Novamente os laços sociais e familiares se encontram, no dia 25 de fevereiro retornou o emissário do coronel Marcos e informou que nada havia conseguido para dispersar os “fanáticos”. E trouxe consigo uma carta de Francisco Paes de Farias, vulgo Chico Ventura, dirigida ao sr. Altino de Farias, o filho de Marcos, após foi “selecionada” algumas frases com objetivo de mostrar “a allucinação de que se achavam possuídos os desgraçados sertanejos”²³. Novamente usa-se o trecho de uma carta para promover um ataque mais violento sobre o argumento do fanatismo religioso e da ameaça ao poder da república:

²³ (Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1914, p. 102-103)

...“lembre-se do que eu lhe disse tantas vezes que a lei que deus deixou no mundo é a

—103—

lei de rei é essa é a que estamos esperando e se deus quiser avemos de ver se deus quiser...

... lembre se bem que o primeiro governo que nós sabia que tinha era Imperio e esse é que estamos esperando e se deus quiser avemos ter nem que chova sangue”.

Imagem 6 – Fragmento de texto da Mensagem do Estado de Santa Catarina, 1914.

Primeiramente os laços sociais não estavam mais regulando as decisões das lideranças, é importante separar os conflitos em campos de batalha dos ataques coordenados. Nas vilas o cuidado era maior por conta das mulheres e crianças, esse cuidado também era tido nos redutos, exceto no final da guerra com a entrada de Setembrino, que espalhou uma grande onda de violência. O curioso que a carta foi endereçada ao filho e não ao pai, muitos laços foram fragilizados durante a guerra, é possível que Marcos tivesse um desentendimento com Chico.

Novamente se faz uma seleção do conteúdo da carta, faltando assim todo o seu contexto. De qualquer forma há alguns indícios interessantes, pelo que consta Altino e Chico conversavam bastante, esses assuntos deveriam ser bem recorrentes no cotidiano, pois Chico alertou várias vezes Altino. Após a primeira batalha no final de 1912 para o retorno das guerras em 1913 houve um bom tempo sem conflitos armados. Provavelmente nesse período houve toda uma organização e mobilização para a guerra, pois os caboclos tinham como propósito a guerra independente de qualquer ameaça do governo ou negociação, e estavam todos convencidos disso.

Retomando a questão religiosa, os que morressem em batalha iriam ressuscitar por isso a insistência na guerra nem que chovesse sangue, a base religiosa do grupo foi muito bem construída e articulada sobre o fato de que um possível sacrifício traria uma recompensa no final. Logo, a religião atribuía as ações um caráter de obrigatoriedade, as leis divinas estavam acima das lei humanas, por isso, o sentido de Monarquia não é político, e sim uma oposição ao governo da República, em termos de representação

partido dos estudos de Ivone Gallo, é como se a lei de rei fosse a lei de Deus, e a república a lei do diabo.

Essa oposição a república é por conta de todas as mudanças políticas que surgiram, e não fundamentalmente um retorno a Monarquia. Como já exposto neste trabalho, as ideias de modernização não só do século XX, mas também a construção da república brasileira propiciou ideais de modernização não somente urbanos, mas culturais, intelectuais, econômicos. E desse processo surge a regularidade das terras, registro de posses, definição de limites, e tudo isso gerava ao Estado lucros fiscais pela cobrança de impostos e taxas, isso motivou o governo a formalizar logo esses processos, então surgem os cartórios e novos órgãos reguladores que começam a cobrar mais a população. Nova políticas migratórias surgem para comprar, povoar as terras devolutas do Estado naquele sentido do progresso aliado a mão de obra imigrante.

Portanto, o Contestado não foi o único movimento no Brasil ou no mundo a reagir aos novos processos políticos e econômicos. Houve outros movimentos messiânicos como canudos, o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto no Ceará em 1934. Movimentos tipicamente rurais com populações suplantadas pelos poderes políticos de coronéis.

O foco da guerra no Contestado não era restaurar a Monarquia, mas reafirmar o direito sobre um modo de vida tradicional e também sobre os novos construídos, como a vida nos redutos, o momento de vivas a monarquia, as formas. Somente observando a construção dos laços sociais e as redes de sociabilidade foi possível perceber essa necessidade da população sertaneja em preservar um sistema que estava se fragmentando rapidamente. A começar pela própria construção dos redutos, espaços de reafirmação e novas construções, e foram para as lideranças grandes desafios, contando que a população rural não estava acostumada a viver junta. Quando os caboclos rementem a Monarquia estão associado a um período em comparação a república, a onde as pessoas tinham mais autonomia, e não havia sobre elas um controle tão grande por parte do Estado para possibilitar os seus interesses.

Portanto a iniciativa de unir-se e reagir ao ataque das forças armadas só foi possível porque as lideranças ao construir o movimento acionaram uma profunda rede de relações baseadas na autonomia dessas populações, que constituíram laços sociais sobre vínculos de compadrio, e solidariedade para poderem se manterem, afinal estamos falando de populações pobre com recursos limitados. Essas sociedades rurais possuíam algo funcional para si, as relações mútuas permitiam as pessoas estarem ligadas a uma

unidade cheia de significações. Como afirmou Simmel a sociabilidade pura ela permite captar o máximo possível da realidade dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com a temática do Contestado é um desafio considerando que se trata de uma guerra com tantos acontecimentos. Há um amplo contexto que traz muitas implicações históricas para as análises. Portanto, as seleções realizadas não abrangem a vasta rede de complexidades dessa guerra que aconteceu no sul do país. O foco central dessa pesquisa ao examinar exaustivamente as fontes e as referências bibliográficas foi perceber como os caboclos uniram-se e resistiram aos ataques das forças armadas, tendo recursos tão limitados quando se pensa a estrutura de uma guerra.

A inquietude frente a essa temática iniciou quando somente a região entre Paraná e Santa Catarina entrou em guerra, compreendendo que a linha férrea cortou outros dois Estados. O Rio Grande do Sul havia criado políticas estaduais para anexação dos nacionais, facilitando a compra de terras por meio de parcelamentos. São Paulo não registrou, até o momento conflito, por processos de expulsão relacionados à linha férrea, além disso, o estado apresentava, em relação aos demais, um processo de desenvolvimento da modernização mais acelerado. Sendo assim, para compreender o que motivou os caboclos a mobilizarem-se foi necessário olhar para o contexto em que estavam inseridos.

No Contestado, havia várias tensões em torno da posse do território, algumas com um nível mais intenso e outras em processo de desenvolvimento. Na documentação oficial do Paraná, havia uma grande preocupação com a definição de limites, enquanto que Santa Catarina preocupava-se mais com a colonização de terras e a chegada dos imigrantes. Ambos os estados potencializaram seus processos migratórios, mas também vivenciaram inúmeros problemas realizando a cobrança de impostos e dos títulos de compra das terras. Dentro dessa conjuntura, os caboclos passavam por processos mais intensos de expulsão, desde 1908, quando iniciou a construção da linha férrea.

Dessa forma, foi possível observar no Contestado um cenário de disputa pelo território, vindo de vários níveis da sociedade. Desde 1850, o Brasil iniciou um lento processo de mudança nas políticas territoriais. Com a proclamação da república esse problema fundiário começou a ganhar mais atenção, a responsabilidade de legislar sobre as terras passou a ser totalmente dos Estados, que herdaram do império inúmeras terras devolutas. Essas novas mudanças, transformaram os interesses dos estados do Paraná e Santa Catarina que intensificaram suas políticas coloniais e as uniram às demandas

imigratórias. Consequentemente, esses estados passaram a controlar mais a região de disputa judicial, a fim de tentar firmar novas jurisdições e empreenderam na região empresas estrangeiras que atraíram foco, tanto de iniciativas públicas quanto particulares.

Todos esses processos de mudança acabaram por afetar diretamente os caboclos que viviam nessa região e que passaram a sofrer um intenso controle do Estado sobre as suas práticas de trabalho e modo de vida. Passam a entrar no Contestado novas famílias, a população cresceu rapidamente, novas práticas de trabalho entraram, como o trabalho nas madeireiras e estradas de ferro e vendas de lotes coloniais. Os fazendeiros intensificaram os processos de grilagem, o que já era muito comum na região, por isso, o caboclo era tido como posseiro, pois constantemente poderia vir a mudar de lugar se acaso tivesse algum problema com sua liderança local. Nesse ponto, foi muito relevante pensar os laços de compadrio construídos entre agregados e fazendeiros. Essa prática produziu um sistema de garantias, estratégias e compromissos fidelizados na pia batismal.

Tem-se assim, uma população cabocla sobrevivendo com poucos recursos e dependendo totalmente da agricultura de subsistência, ainda vivendo sobre influência de coronéis. Esse contexto complexo, movido por relações de poder, permitiu que esses homens e mulheres desenvolvessem uma rede mútua de relações de solidariedade e interdependências, criando assim, uma unidade que foi construída nas redes de sociabilidade desses indivíduos.

Esses espaços de troca e cooperação aconteciam quando a comunidade se reunia no seu cotidiano. Citou-se, ao longo dessa pesquisa, algumas práticas, como o pixirum, os faxinais, as festas tradicionais religiosas como momentos de sociabilidade que permitiam a construção de laços sociais. A partir dessa sociabilidade captou-se o máximo possível da realidade, e possibilitou, por meio de processos de interação, uma sociedade rural funcional, cheia de significados que faziam sentido para aqueles grupos. Os caboclos viviam de forma autônoma eram dependentes, unicamente um do outro. Essas relações sociais construíram comportamentos, regras e formas de vida.

Quando essas relações são colocadas no microscópio da Micro-História nota-se em Curitiba uma população cabocla cansada dos mandos e desmandos do Coronel Albuquerque, ao examinar as fontes é visível que esse mesmo processo se repete em outras regiões. Obviamente que cada uma possui sua particularidade, os problemas de um lugar não podem ser generalizados em outro lugar. O que de fato estava acontecendo é que os coronéis e fazendeiros ocupavam os cargos políticos e administrativos das cidades e municípios. Os caboclos tinham consciência dos processos que estavam

passando, muitos eram expropriados, outros, não tinham como comprovar suas posses e nem se quer comprar terras, a justiça também era feita por elites locais o que dificultava qualquer situação de contestação.

Muitas das lideranças caboclas eram proprietárias de médio porte da região, e também estavam perdendo posses e poderes para as grandes oligarquias locais, principalmente para o Coronel Albuquerque que tinha alianças com o governador do estado e isso lhe trazia garantias. Tudo indica que os caboclos sem recursos algum viram na guerra uma saída para seus problemas, principalmente, porque tinham vencido a primeira batalha no Irani, contavam com lideranças experientes através dos combatentes federalistas, havendo uma soma de recursos, por exemplo, os primeiros redutos foram formados nas terras de lideranças caboclas.

A guerra foi uma escolha, o movimento passou por um processo organizador que foi construído sobre os tradicionais modos de vida dos caboclos ligado à terra, exploração das matas, aos encontros religiosos, as festas e as práticas coletivas de trabalho. A vida nos redutos era uma defesa a esse sistema que estava se fragmentando, a guerra era uma forma de reafirmar um direito sobre a terra e também sobre os novos valores construídos nos redutos. A única forma social que prometia justiça aos caboclos era a religião, por isso, o movimento teve todo um caráter messiânico-milenarista, justamente porque tinha ligações com as promessas de um novo mundo firmado na justiça para os criminalizados e marginalizados da sociedade.

Portanto, conclui-se que os caboclos se uniram para um resposta crítico-social ao Estado e suas redes de poderes, Assim como, é possível observar uma fragilidade da justiça enquanto instituição em alguns momentos, pois seus julgamentos estiveram muito comprometidos por conta da composição do judiciário estar relacionada aos problemas daquela sociedade e a sua elite local. A criminalização do movimento foi realizada a partir da visão da elite baseada no “fanatismo religioso”, atraso e barbárie e da necessidade de controle social do movimento para ordem do Estado e retomada dos negócios.

Sobre o elemento religioso do movimento, é de fato uma força agregadora, não se nega a relevância de suas práticas, mas não se pode deixar de observar que os caboclos tinham clareza dos acontecimentos e criaram formas de manterem-se na guerra buscando apoio nos laços sociais e que o grupo conseguiu se reinventar a partir das novas estruturas sociais, políticas e econômicas da época. Houve um equilíbrio entre tradição e invenção quando se pensa nos modos de vida dos caboclos.

FONTES

Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

Processo de Apelação Criminal nº 977. Curitiba, abril de 1916. (incêndio Curitiba) Apelante; Promotor Público. Apelados; Salvador José Mariano e Outros.

Processo de Apelação Criminal nº 1121. Curitiba, 1917. (contém traslado do processo de Adeodato e seu piquete) Apelante: Olímpio Simão. Apelada; A Justiça.

Sumário Crime de Sedição e ajuntamento ilícito nº 22 do livro nº 11. Curitiba, setembro de 1915. Apelante; Promotor público. Apelado; Manoel Pinto Cavalheiro.

Crime de Ferimento grave nº 02. do livro nº 11. Curitiba janeiro de 1915. Apelante Promotor Público. Apelados; Jose Rosa da Silva, Francisco Paes de Farias, Vulgo Chico Ventura e Honorio Alves de Sampaio.

Inquérito Policial nº16. Curitiba 1917. Apelante a Justiça; Apelados Manoel Telemos e outros.

Documentos da Brazil Railway Company

GAULD, Charles. *Resumo do programa de Percival Farquhar, ao organizar a Brazil Railway Company*. Rio de Janeiro, 1942, pacote 5, nº 4.

Arquivo público do Paraná

Relatório de exposição financeira e técnica apresentada aos acionistas em maio de 1900 pelo presidente da e. f. São Paulo – Rio Grande Antonio Roxo de Rodrigues. Rio de Janeiro, 1900.

Relatório apresentado ao exmo. sr. dr. Francisco Xavier da Silva presidente do Estado do Paraná em 31 de dezembro de 1909 pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos santos secretário d'estado de negócios de obras públicas e colonização. Curitiba – 1910.

Relatório apresentado ao exmo. sr. dr. Francisco Xavier da Silva presidente do Estado do Paraná em 31 de dezembro de 1911 pelo bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos santos secretário d'estado de negócios de obras públicas e colonização. Curitiba – 1912.

Relatório apresentado ao exmo. sr. dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque presidente do Estado do Paraná em 31 de dezembro de 1912 pelo bacharel Dr. Ernesto Luiz de Oliveira secretário d'estado de negócios de obras públicas e colonização. Curitiba – 1913.

Relatório apresentado ao exmo. sr. dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque presidente do Estado do Paraná em 31 de dezembro de 1912 pelo engenheiro José Niepce da Silva secretário d'estado de negócios de obras públicas e colonização. Curitiba – 1913.

Relatório apresentado ao exmo. sr. dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque presidente do Estado do Paraná em 1913 pelo Marins Alves de Camargo secretário d'estado de negócios de obras públicas e colonização. Curitiba – 1913.

Mensagem do Estado do Paraná ao Congresso Legislativo pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque presidente do estado do Paraná ao instalar-se a 2ª sessão da 11ª legislatura em primeiro fevereiro de 1913.

Mensagem do Estado do Paraná ao Congresso Legislativo pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque presidente do estado do Paraná ao instalar-se a 2ª sessão da 11ª legislatura em primeiro fevereiro de 1914.

Mensagem do Estado do Paraná ao Congresso Legislativo pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque Presidente do Estado do Paraná ao instalar-se a 2ª sessão da 11ª legislatura em primeiro fevereiro de 1915.

Mensagem do Estado do Paraná ao Congresso Legislativo pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque Presidente do Estado do Paraná ao instalar-se a 2ª sessão da 11ª legislatura em primeiro fevereiro de 1916.

Mensagem do Estado do Paraná ao Congresso Legislativo pelo Dr. Afonso Alves de Camargo Presidente do Estado do Paraná ao instalar-se a 2ª sessão da 11ª legislatura em primeiro fevereiro de 1917.

Arquivo Público do Paraná: **Relatórios do Governo do Estado 1910-1916 disponíveis em**
<<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>, acesso em agosto de 2018.

Arquivo público de Santa Catarina

Mensagem do Estado de Santa Catarina apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos.

Mensagem do Estado de Santa Catarina apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1912 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos.

Mensagem do Estado de Santa Catarina apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1913 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos.

Mensagem do Estado de Santa Catarina apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 20 de junho de 1914 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos.

Mensagem do Estado de Santa Catarina apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 29 de julho de 1915 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos.

Mensagem do Estado de Santa Catarina apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 14 de agosto 1916 pelo governador Felipe Schmidt.

Mensagem do Estado de Santa Catarina apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 14 de agosto 1917 pelo governador Felipe Schmidt.

Arquivo público de Santa Catarina: **Relatórios do Governo do Estado 1910-1916 disponíveis em**

<<http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-142%2C-125%2C2808%2C1981>>, acesso em agosto de 2018.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marcos, César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 168-176, 2004.

ALVES, Tamize Tomazi. *Da Guerra do Contestado à Guerra dos lugares: Reflexões a partir da espacialidade das redes sociais*. In: FRAGA, Nilson Cesar (org). *Contestado em guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil – 1912-1916*. Florianópolis: Isular. 2012.

ARCE, Alejandra; MATEO, Graciela. *Migraciones e identidades en el mundo rural*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PYNSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de, (orgs.). *Os historiadores e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

BARROS, José D'Assunção. História Social: seus significados e seus caminhos. *LPH – Revista de História*, Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, n. 15, p. 235-259, 2005.

BRETAS, Marcos Luiz. *Entre crimes e leis: imaginação e a história brasileira do crime*. In: VENDRAME, Maíra Inês; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Crime e justiça: Reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. Tradução Klauss Brandini Gerhartdt, Roneide Venâncio Majer, Roberto Ferreira Leal. – 2.ed.ampl.-São Paulo: Editora Unesp. 2012.

CAMPUS, Adriana Pereira... [et all], organizadores. *Territórios, poderes, identidades: a ocupação do espaço entre a política e a cultura*. Vitória, ES: GM Editora; Paris: Université de Paris-Est; Universidade do Minho, 2012.

CARDOSO, Roberto de Oliveira. *Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15. 2006.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Micro-história e a história do Crime e da Justiça Criminal: um diálogo possível e desejado*. In: VENDRAME, Maíra Inês; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Crime e justiça: Reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *História, mídia e criminalidade: apontamentos historiográficos e metodológicos*. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André (orgs.). *História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais*. Uberlândia: EDUFU, 2015. p. 51-88.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Uma justiça que seduz? Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941)*. 1.ed. – Jundiá [SP]: Paco, 2019.368p.

CARVALHO M. de, T. (2009). *Coerção e Consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)* Tese [Doutorado em História] - Universidade Federal Fluminense. Niterói.

DALLABRIDA, Valmir Roque. *Significado e implicações da revalorização do território no processo de desenvolvimento: Uma referência do território do Contestado*. In: LIMA, S.P; TOMPOROSKI, A. A. (ORG). *Ecos do Contestado: da serraria Lumber ao Campo de Instrução Marechal Hermes – CIMH/ – Palmas, PR: Kayganguê Ltda, 2017.*

ESPADA, Henrique Lima. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (orgs.). *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

ESPIG, M.J. (2008). *Personagens do Contestado: os tumeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915)* Tese [Doutorado em História] - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

FRAGA, Nilson Cesar (org). *Contestado em guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil – 1912-1916*. Florianópolis: Insular. 2012.

FRAGA, Nilson Cesar (org). *Contestado: o território silenciado*. 2.ed.rev.e ampl. Florianópolis: Insular. 2017.302p.

FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FERNANDES, S.E. (2017) *Brasil em pedaços ou a História dos meios de resolução das questões de limites interestaduais (1989-1930)* [Tese de doutorado] - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

FOETSCH, Alcimara Aparecida. *A construção da identidade territorial faxinalense no Contestado: Diferenciações entre os estados do Paraná e Santa Catarina*. In: Colóquios. 7º Colóquio Nacional de História do Vale do Iguaçu: Centenário do Contestado. A construção da identidade territorial faxinalense no Contestado: diferenciações entre os estados do Paraná e Santa Catarina. 2012. (Simpósio).

FOUCAULT, Michel. *A micro física do poder*. – 7ª ed. - Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, - 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. *O lugar do crime na imprensa brasileira*. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André (orgs.).

História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais. Uberlândia: EDUFU, 2015. p. 51-88.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história.* São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Micro história: duas ou três coisas que sei a respeito.* In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.* São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *O inquisidor como Antropólogo.* In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.* São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. *Os empréstimos e as ferrovias na deformação econômica da América Latina.* In: *As veias abertas da América Latina.* Tradução Sergio Franco. – Porto Alegre: L&PM, 2018.

GALLO, Ivone Cecília D'Avila. *O Contestado: Sonho do milênio igualitário.* Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999.

GRINBERG, . *A história nos porões dos arquivos.* In: PYNSKY, Carla Bassanezi;

HAMEISTER D., M. (2006). *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763).* Tese [Doutorado em História] - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

IUNSKOVSKI, Roberto. *O Contestado e a experiência sociorreligiosa de migrantes caboclos em Florianópolis.* In: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (orgs.). *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado.* Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *O eremita das Américas: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX.* Santa Maria: UFSM, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história.* In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas.* São Paulo: UNESP, 2011.

LIMA, S.P; TOMPOROSKI, A. A. (ORG). *Ecos do Contestado: da serraria Lumber ao Campo de Instrução Marechal Hermes – CIMH/ – Palmas, PR: Kaygange Ltda, 2017.*

LUCA, Tania Regina de, (orgs.). *Os historiadores e suas fontes.* São Paulo: Contexto, 2012.

MAIA, R. C. M.. *Sociabilidade: apenas um conceito?.* Textos de Cultura e Comunicação, Salvador/Bahia, v. 42, p. 22-43, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011 p. 178-186.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Rábulas e Bacharéis na Guerra do Contestado: Direito, polícia e conflito social (1912-1916). *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 9.núm.1, enero-abril, 2017, pp.3-20.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas* (1912-1916), Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. (2001). *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916*. Tese [Doutorado em História] - Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP. Campinas.

MACHADO, Paulo Pinheiro, AXT, Gunter (org.). *O processo de Adeodato, último chefe rebelde do Contestado*. Florianópolis: ed. CEJUR, 2017.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *João Maria e os movimentos sociais: uma tradição camponesa*. In: KARSBURG, Alexandre (org.). *Religiões e Religiosidades no Rio Grande do Sul (volume 7) Monge João Maria na História*. São Paulo: ANPUH, 2019.

MATOSO, Marcus Antonio; MEDEIROS, Paulo César. *A guerra do Contestado: redes, territórios e poder nos discursos oficiais*. In: FRAGA, Nilson Cesar (org). *Contestado: Território silenciado*. Florianópolis: Isular. 2017.

MONSMA, Karl. *Histórias de Violência: Inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo das relações interétnicas*. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EDUFSCAR, 2005. p. 159-221.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de leitura: Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estado sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MUCHALOVSKI, Eloi Giovane. *Os conflitos nos vales do Timbó e Paciência através da imprensa (1900-1908)*. São Paulo: Liber Ars, 2018.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF_FERNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

POYER, V. (2018). *Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado (1907-1918)* Tese [Doutorado em História] - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

PYNSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto 2008.

PYNSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de, (orgs.). *Os historiadores e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

REVEL, Jacques. “*Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica*” In: Jacques Reves. *Proposições. Ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009, 97-137.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Das ordens á disciplina: a relação do exército brasileiro com as populações das vilas na região do Contestado*. In: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (orgs.). *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

SILVA, Lúgia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1996.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SIMMEL, G. *Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal*, in E. Moraes Filho (org.), Georg Simmel: *sociologia*. São Paulo, Ática. (1983).

SIMMEL, Georg. *A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal*. In: _____. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. Simmel no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 50, no 1, 2007, pp. 11 – 48.

SIMMEL, G., *A natureza sociológica do conflito*, in Moraes Filho, Evaristo (org.), *Simmel*, São Paulo, Ática, 1983.

SOARES, Oscar de Macedo. *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Senado Federal: Superior Tribunal de Justiça, 2004.

TOKARSKI, Fernando. *Os polacos na Guerra do Contestado*. In: ESPIG, Marcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008, p. 249-282.

TOMPOROSKI A., A. (2013). *O polvo e seus tentáculos: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940* Tese [Doutorado em História] - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. “Era tudo Igual, nós peleava junto”: O movimento do Contestado e a Defesa dos costumes sertanejos em oposição ao avançado do capital estrangeiro. In: Colóquios. 7º Colóquio Nacional de História do Vale do Iguaçu: Centenário do Contestado. A construção da identidade territorial faxinalense no Contestado: diferenciações entre os estados do Paraná e Santa Catarina. 2012. (Simpósio).

TORRE, Angelo. “Micro/ macro: local/global? El problema de la localidad em uma história especializada”. *História Crítica* n°. 69 (2018): 37-67, doi: <https://doi.org/10.7440/histrit69>. 2018.03

THOMPSON, E. P.. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

VANDENBERGHE, Frédéric. *As sociologias de Georg Simmel*. Tradução de Marcos Roberto Flamínio Peres. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

VALENTINI, D. J. (2009). *Atividades da Railway Company no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906-1916)* Tese [Doutorado em História] - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais, século XX*. São Paulo: Edusc, 2004.

VENDRAME, Maíra Inês. *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VENDRAME, Maíra Inês; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Crime e justiça: Reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre Oliveira de; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Ensaio de Micro-História, trajetórias e emigração*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, (orgs.) *Micro História: um método em transformação*. São Paulo: Letra e Voz, 2020.368p.

VINHAS DE QUEIROZ, M. *Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado*. 2. Ed. São Paulo: ÁTICA, 1977.